

RELATÓRIO ANUAL *2009*

A Contribuição do IICA para o
Desenvolvimento da Agricultura
e das **Comunidades Rurais**

Brasil



RELATÓRIO ANUAL | 2009

A contribuição do IICA para a agricultura e o desenvolvimento das comunidades rurais no Brasil



© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2010

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita su respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrónico (PDF) no sítio Web institucional www.iica.int

Coordenação de Projeto

Carlos Américo Basco

Reportagem

Fernanda Teixeira Tallarico

Rodrigo Germano Rodrigues

Tiago Pereira

Colaboração

Andrea Guedes

Aureliano da Costa Matos

Braulio Heinze

Breno Tiburcio

Carlos Luiz de Miranda

Christian Fischer

Cristina Costa

Gertjan Beekman

Guilherme Mattoso

Heithel Silva

Marcos Marques

Marco Ortega

Lúcia Maia

Luiz André Soares

Sebastian Schlossarek

Coordenação editorial

Fernanda Teixeira Tallarico

Copidesque

Cecília Fujita

Diagramação

João Del Negro

Leiaute da capa

Oficina de Informação Pública e Imagem Institucional – IICA

Fotos

Fernanda Teixeira Tallarico

Rodrigo Germano Rodrigues

Tiago Pereira

Arquivo IICA

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Relatório anual 2009: A contribuição do IICA para o
desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais no
Brasil / IICA. – Brasília, Brasil: IICA, 2010.
104 p. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN13 978-92-9248-228-2

1. IICA - Relatório Anual 2. Desenvolvimento Rural 3. Agricultura
4. Relatórios I. IICA II. Título.

AGRIS
E14

DEWEY
630

RELATÓRIO ANUAL *2009*

A Contribuição do IICA para o
Desenvolvimento da Agricultura
e das **Comunidades Rurais**

Brasil





1. Introdução 9

2. Resumo executivo 11

2.1 Resultados da cooperação técnica em 2009	
2.1.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural	11
2.1.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios	11
2.1.3 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial	12
2.1.4 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA)	12
2.1.5 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente	12
2.1.6 Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural	13

3. Situação da agricultura e da vida rural no Brasil em 2009 15

3.1 O contexto para a agricultura e a vida rural	15
3.2 Crédito rural e apoio à comercialização	16
3.2.1 Crédito rural	17
3.2.2 Apoio à comercialização	17
3.2.3 Apoio à cafeicultura	18
3.3 Gerenciamento de riscos climáticos	18
3.3.1 Zoneamento agroclimático	18
3.3.2 Seguro rural	19
3.4 Defesa agropecuária	21
3.4.1 Ações de saúde animal	21
3.4.2 Ações de sanidade vegetal	22
3.4.3 Qualidade de insumos e produtos agropecuários	23
3.4.4 Sistema laboratorial e vigilância internacional	23
3.4.5 Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia	24
3.5 Fomento e organização da produção	24
3.6 Negociações internacionais e promoção comercial do agronegócio	25
3.6.1 Negociações internacionais multilaterais	25
3.6.2 Promoção comercial do agronegócio	26
3.6.3 Desempenho exportador do agronegócio	26
3.7 Pesquisa agropecuária	29
3.8 Agroenergia	31





Sumário

3.8.1	Complexo sucroalcooleiro	31
3.8.2	Biodiesel	32
3.9	Agricultura familiar e reforma agrária	32
3.9.1	Agricultura familiar	32
3.9.2	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária	33
3.9.3	Crédito rural – Aplicações obrigatórias	34
3.9.4	Ampliação do crédito	34
3.9.5	Seguro da Agricultura Familiar	36
3.9.6	Garantia-Safra	37
3.9.7	Assistência Técnica e Extensão Rural	38
3.9.8	Apoio à comercialização	39
3.9.9	Fomento à diversificação econômica da agricultura familiar	40
3.9.10	Biodiesel e agricultura familiar	40
3.9.11	Políticas para mulheres	41
3.9.12	Apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas	42
3.9.13	Articulação internacional	42
3.10	Reforma agrária	43
3.10.1	Assentamentos e incorporação de terras à reforma agrária	43
3.10.2	Investimentos em qualidade dos assentamentos	44
3.10.3	Programa Nacional de Crédito Fundiário	45
3.10.4	Projeto Dom Hélder Câmara	45
3.11	Regularização fundiária	46
3.11.1	Programa Terra Legal – Regularização fundiária na Amazônia Legal	46
3.12	Desenvolvimento regional	49
3.12.1	Política Nacional de Desenvolvimento Regional	49
3.12.2	Infraestrutura hídrica	52
3.12.3	Defesa civil	54
3.13	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	55
3.14	Meio ambiente para o desenvolvimento sustentável	56





3.14.1 Mudanças climáticas.....	56
3.14.2 Plano Nacional sobre Mudanças do Clima.....	57
3.14.3 Unidades de Conservação.....	57
3.14.4 Combate ao desmatamento ilegal.....	58
3.14.5 Protocolo Verde.....	60
3.14.6 Política Nacional dos Serviços Ambientais.....	60
3.14.7 Fiscalização.....	61
3.14.8 Recursos hídricos.....	61
3.14.9 Planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas.....	62
3.14.10 Revitalização de bacias hidrográficas.....	62
3.14.11 Licenciamento ambiental.....	63
3.14.12 Zoneamento Ecológico Econômico.....	64
3.14.13 Povos e comunidades tradicionais.....	65
3.14.14 Concessão florestal.....	65
3.14.15 Esfera internacional.....	66

4. Resultados da implementação da Agenda Nacional de Cooperação Técnica no Brasil durante 2009.....71

4.1 Contribuições do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural.....	71
4.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios.....	74
4.3 Fortalecimento dos sistemas de Sanidade Agropecuária e da Inocuidade dos Alimentos (SAIA).....	75
4.4 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente.....	78
4.5 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial.....	80
4.6 A introdução de tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e para a vida rural.....	82

5. Resultados da cooperação interagencial.....83

5.1 Ilpes/Cepal.....	84
5.2 CIAO.....	84
5.3 FAO/Consea.....	84

6. Resultados da cooperação técnica horizontal.....	87
6.1 Embrapa capacita técnicos do Mercosul na produção de aves e ovos SPF	87
6.2 IICA, EticAgro e Universidade de Bologna promovem videoconferências do Curso virtual sobre Ética e RSE no Agro.....	87
6.3 IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.....	87
6.4 Curso Internacional de Atualização Conceitual em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial.....	88
6.5 Seminário Extensão Rural na Região Sul.....	88
6.6 V Curso Internacional Ética e Responsabilidade Social Empresarial no Agro	88
6.7 Cursos a distância sobre avaliação de riscos.....	88
6.8 RIB recebe técnicos do IICA da Colômbia.....	88
6.9 Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar em Valdivia.....	89
6.10 II Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica (PCT) no Brasil	89
6.11 IICA e Governo Federal firmam ajuste complementar para implementar parceria Brasil/Haiti	89
7. Novas oportunidades para a cooperação técnica.....	91
7.1 Escola Superior do Ministério Público da União	91
7.2 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	91
7.3 Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural	91
7.4 Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Maranhão	92
7.5 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal	92
7.6 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).....	92
7.7 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário do Maranhão (Sedagro).....	93
7.8 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	93
8. Principais atividades organizadas pela Representação do IICA no Brasil	95
9. Lista de publicações.....	99





1. Introdução

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é um organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado em outubro de 1942.

Com mais de seis décadas de história, o Instituto busca posicionar-se estrategicamente com o propósito de enfrentar os novos desafios da agricultura e dar resposta às demandas de apoio dos países.

Para alcançar sua visão e cumprir sua missão, o IICA possui vantagens competitivas que facilitam o desempenho de seu novo papel.

A acumulação de conhecimentos sobre a agricultura, os territórios rurais e a diversidade cultural e agroecológica das Américas é importante fator para moldar soluções criativas diante de uma grande escala de problemas e desafios para o Instituto.

A sede central do Instituto fica em Costa Rica, havendo também representações em 34 países das Américas, além de dois escritórios na Europa e um em Miami.

Isto oferece a flexibilidade necessária para mobilizar recursos entre países e regiões, promovendo e adaptando iniciativas de cooperação, abordando as prioridades nacionais e regionais, facilitando o fluxo da informação e a difusão das práticas para a agricultura.

No Brasil há 46 anos, o IICA vem acumulando e compartilhando conhecimentos e experiências em temas importantes relacionados a uma agenda de desenvolvimento orientada para as seguintes áreas estratégicas: (a) promoção do comércio e da competitividade do agronegócio, (b) inovação tecnológica, (c) sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, (d) desenvolvimento rural sustentável, (e) manejo sustentável dos recursos naturais e (f) capacitação de técnicos, lideranças políticas e comunitárias e agricultores e agricultoras brasileiros.

Até hoje, os projetos de cooperação técnica do IICA no Brasil já desenvolveram atividades com mais de mil organizações da sociedade civil, atuando nos três níveis de governo da federação e abrangendo um pouco mais de 90% dos estados brasileiros. Em sua atuação no Brasil, cabe ao IICA:

- a. Prover experiência e conhecimento específicos em execução de projetos de desenvolvimento rural sustentável.
- b. Mobilizar rede interamericana de especialistas.
- c. Aproximar e articular instituições nacionais e estrangeiras para mobilizar recursos e alcançar objetivos convergentes ou complementares.
- d. Disponibilizar sua capilaridade para captação e difusão de conhecimentos e informações.
- e. Pôr em prática estratégias inovadoras de gestão de projetos de cooperação técnica.
- f. Planejar e realizar eventos de capacitação e intercâmbios técnicos nacionais e internacionais.

Com o propósito de prestar conta de sua atuação em 2009, a Representação do IICA no Brasil tem a satisfação de compartilhar, por meio deste Relatório Anual, com seus parceiros e com a sociedade brasileira e a dos demais Estados-Membros, os resultados de seus esforços e principais realizações, em um ano em que obteve importantes conquistas.





2. Resumo Executivo

2.1 Resultados da cooperação técnica em 2009

2.1.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural

A Representação do IICA no Brasil (RIB) assinou Ajuste Complementar que consolidou uma parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para a promoção da cooperação técnica Sul-Sul na modalidade triangular entre países da América Latina e Caribe. O documento permite a execução de projetos de cooperação técnica em vários países em desenvolvimento, a começar pelo Haiti, nas áreas de agricultura e segurança alimentar e nutricional.

Apoiou a promoção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa no Brasil de dimensões continentais.

Tornou-se membro observador do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O Consea é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição.

2.1.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios

A RIB mapeou o contexto do Turismo Rural no Brasil e apresentou, em uma publicação, os principais elementos que compõem o setor e algumas debilidades da cadeia; as principais iniciativas para seu desenvolvimento; as potencialidades e as instituições atuantes no mercado; o papel do Ministério Turismo e a necessidade de uma política específica para o desenvolvimento do setor.

A RIB também apresentou a memória do processo de desenvolvimento de uma iniciativa junto com a Prefeitura de Formosa no Estado de Goiás, no sentido de promover e participar de uma ação que visa o desenvolvimento rural sustentável, com foco no fortalecimento das cadeias produtivas. A iniciativa teve sua gênese em um programa de capacitação em Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, organizada no âmbito de uma parceria entre o IICA, o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Ilpes, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas (Ilpes/Cepal/ONU).

2.1.3 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial

Por meio do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS), a RIB promoveu quatro Jornadas Temáticas em 2009. Os temas abordados foram: Sistema de Gestão Estratégica Territorial (SGE); Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira; Sistemas de Financiamento para Projetos Territoriais; e Novas Institucionalidades no Contexto das Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil.

O Fórum DRS lançou a 9ª e a 10ª edição da “Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira e Gestão Social dos Territórios” e promoveu o Curso Internacional de Atualização Conceitual em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e o IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

2.1.4 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (Saia)

Por meio do Projeto de Fortalecimento dos Laboratórios de Diagnóstico da *Influenza* Aviária, componente do Projeto de *Influenza* Aviária e outras enfermidades transfronteiriças, a RIB promoveu a capacitação de técnicos dos Serviços Veterinários Oficiais do Comitê Veterinário Permanente do Conselho Agropecuário Sul (CVP/CAS), com o objetivo de fortalecer os países do Mercosul ampliado (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) em *Influenza* Aviária. Esta atividade demonstrou a importância da cooperação técnica horizontal participativa, consolidando a Vigilância da *Influenza* Aviária na região e a cooperação técnica com o CVP/CAS.

2.1.5 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente

No âmbito do Projeto de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação, Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semi-árida do Brasil (BRA/IICA/07/001), foi realizado o Geoprocessamento e Cadastramento de Propriedades Rurais do Oeste Baiano, mobilizando consultores e especialistas da Universidade de Brasília. O trabalho incluiu também a análise do uso do solo de forma contínua em sete municípios atendidos pelo projeto.

Os Ministérios da Integração Nacional (MI) e do Meio Ambiente (MMA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade de Brasília (UnB), a The Nature Conservancy (TNC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) são parceiros nesse projeto.

O Projeto prevê ainda a formulação de uma base de dados cartográfica digital, segundo normas vigentes, com estruturação de um banco de dados; diagnósticos com base no mapeamento do uso do solo e da cobertura vegetal nas áreas de intervenção dos processos erosivos, em sub-bacias hidrográficas; delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APP's) e áreas degradadas.

Essas iniciativas servirão de insumos para a implementação do Projeto de Recuperação Ambiental e de Controle de Processos Erosivos nas Sub-Bacias Hidrográficas dos rios Grande, Corrente e Margem Esquerda do Carinhanha.

2.1.6 Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural

A RIB apoiou o desenvolvimento do Projeto Corporativo de Segurança da Informação e Modelagem de Processos Tecnológicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Tecnologia da Informação (TI) representa um recurso estratégico para o MAPA devido à necessidade de viabilizar soluções tecnológicas alinhadas ao negócio, possibilitando o acesso e uso das informações pelas Unidades Organizacionais e pela sociedade. O Ministério mantém uma infraestrutura de tecnologia que suporta processos críticos, essenciais às atividades de elaboração e cumprimento das políticas públicas do agronegócio.







3. Situação da agricultura e da vida rural no Brasil em 2009



3.1 O contexto para a agricultura e a vida rural*

No contexto de grave crise financeira internacional, a safra 2008/2009 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade do Governo de agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à população e a geração de excedentes para o mercado externo. Mesmo com os reflexos dessa crise e os problemas climáticos no sul do país, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 135 milhões de toneladas. Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2008 o setor representou 37% das exportações totais do país, em 2009 essa participação se aproximou de 50% do total.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, o Governo estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio. O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural e reforço do orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural e para o apoio à comercialização. Além disso, houve medidas especiais para as cooperativas agrícolas, pesqueiras e agroindustriais. Para 2010, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária e de condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural. A melhoria da tecnologia aplicada nos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra de 142 milhões de toneladas de grãos e cereais.

Por sua vez, a superação da crise por um grande número de países deverá proporcionar o paulatino aquecimento do mercado agrícola internacional. Já em 2009, a China transformou-se no maior comprador de produtos do agronegócio brasileiro, e a expectativa é de que a demanda chinesa continue subindo em ritmo acelerado, especialmente por produtos como a carne de frango, que teve as portas abertas ao Brasil recentemente. Outro mercado de grande potencial de crescimento, a Índia, vem se tornando importante parceiro comercial. Em 2009, aquele país se tornou o segundo destino mais importante para o açúcar brasileiro, superado apenas pela Rússia.

Nesse sentido, as ações governamentais que têm possibilitado a melhoria da sanidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros são essenciais para a conquista de novos mercados e a ampliação das exportações, especialmente de carnes, cujas exi-

*Fonte: Presidência da República Federativa do Brasil

gências dos países importadores demandam constante aprimoramento do setor produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos. Além disso, a competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro passa a ser cada vez mais dependente, também, de percepções externas relativas à sustentabilidade ambiental e social da produção agropecuária, apresentando novos desafios de modernização e adaptação do setor produtivo e governamental.

3.2 Crédito rural e apoio à comercialização

3.2.1 Crédito rural

Apoiar de forma mais incisiva o médio produtor, a agricultura sustentável e o cooperativismo é uma das metas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010. Considerando a agricultura empresarial e a familiar em conjunto, foram disponibilizados R\$ 107,5 bilhões para o financiamento da safra, 37,8% acima do observado na safra anterior. Do total, R\$ 66,2 bilhões foram destinados a custeio e comercialização destes, R\$ 54,2 bilhões oferecidos a taxas controladas de juros. A agricultura empresarial foi contemplada com R\$ 92,5 bilhões e a agricultura familiar com R\$ 15,0 bilhões, ou seja, acréscimos de 42,3% e 15,4%, respectivamente, sobre os valores disponibilizados na safra 2008/2009. Para operações de financiamento para investimento agropecuário, a alocação de recursos foi de R\$ 14,0 bilhões, 37,2% acima do observado na safra anterior.

A carteira de crédito rural do Banco do Brasil é a primeira no *ranking* das instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com participação de 60,5%, representando 23,8% da carteira total de crédito dessa instituição. Na safra 2008/2009, o Banco do Brasil destinou R\$ 30,5 bilhões ao crédito rural, distribuídos em mais de 1,1 milhão de operações de investimento, custeio e comercialização. Para a safra 2009/2010, o Banco estima aplicar R\$ 39,5 bilhões, o que representará um incremento de 30% em relação à safra 2008/2009. O total de recursos a serem disponibilizados pela instituição corresponde a 36,7% do Plano Safra 2009/2010, que totaliza R\$ 107,5 bilhões. Serão destinados à agricultura de mercado R\$ 30,1 bilhões e R\$ 9,4 bilhões à agricultura familiar, o que representa crescimento de 30% em relação ao total aplicado na safra 2008/2009.

Registra-se, ainda em 2009, o lançamento das linhas de crédito Procap-Agro e Procap Produção, destinadas às cooperativas agropecuárias, para financiar capital de giro, saneamento financeiro e integralização de cotas-partes do capital social, com recursos do BNDES. No Procap-Agro a taxa de juros é de 6,75% ao ano, com prazo de até seis anos, e o valor máximo de financiamento é R\$ 50 milhões. No Procap-Produção, os encargos financeiros são TJLP mais 4% ao ano, o prazo é de até 120 meses e o financiamento é limitado ao valor do patrimônio líquido da cooperativa ou até R\$ 200 milhões, o que for menor.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), com direcionamento voltado ao produtor de médio porte e taxa de juros de 6,25% a.a., contou com recursos programados para custeio/comercialização de R\$ 3,46 bilhões. Para investimento, a programação de recursos foi estabelecida em R\$ 1,0 bilhão (Proger BB e Proger BNDES). Além de contar com mais recursos, o programa foi contemplado com maior limite de renda para fins de enquadramento do produtor beneficiário, passando de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil e, também, com aumento dos limites de financiamento para custeio e investimento.

3.2.2 Apoio à comercialização

A política governamental de apoio à comercialização continua visando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Para a comercialização de arroz, algodão, café, feijão, leite de vaca, milho, sisal, trigo e vinho, utilizando-se dos instrumentos públicos (Aquisição do Governo Federal – AGF, Contratos de Opção, Prêmio ao Escoamento de Produto – PEP, Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas – PROP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – Pepro), foram disponibilizados R\$ 774,6 milhões. A totalidade das operações por meio do Pepro alcançou R\$ 615,5 milhões, referentes à negociação de 2,1 milhões de toneladas de produtos; e as operações de PEP corresponderam a R\$ 627,6 milhões, envolvendo 6,8 milhões de toneladas de produtos.

Os estoques públicos adquiridos com a utilização do Programa Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) alcançaram 5,43 milhões de toneladas de produtos agrícolas, com desembolso de R\$ 2,88 bilhões. No período, foram alienadas 235,9 mil toneladas, sendo 10,7 mil toneladas mediante leilão eletrônico, 111,4 mil toneladas com a concessão de subsídio às regiões desabastecidas e 113,7 mil toneladas por meio do programa Vendas em Balcão. A política de formação de estoques públicos prevê, em 2010, a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas, o que demandará desembolsos, para compra e manutenção dos estoques, de R\$ 2,3 bilhões.

Evolução do Crédito Rural e do Volume da Safra em Grãos

Brasil: Financiamento Rural Total e Produção de Grãos – Safras 2002/2003 a 2009/2010

Safra	Financiamento Rural (1) (R\$ milhões)	Produção de grãos (mil toneladas)
2002/2003	30.037,1	123.168,0
2003/2004	39.549,4	119.114,2
2004/2005	47.581,5	114.695,0
2005/2006	50.361,5	122.530,80
2006/2007	57.157,6	131.750,6
2007/2008	74.090,6	144.137,3
2008/2009	74.405,2	135.134,0
2009/2010 (2)	107.500,0	141.346,7

Fonte: Financiamento Rural – Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural – GACR/MAPA; Produção – Conab.

(1) Recursos aplicados (incluído Pronaf).

3.2.3 Apoio à cafeicultura

Em 2009, foram intensificadas as liberações de linhas de crédito para o financiamento ao produtor, com a alocação de R\$ 1,8 bilhão, oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Além disso, foram aprovadas medidas com o objetivo de dar sustentação aos preços do café, melhorar a renda do produtor e equilibrar a oferta e demanda, destacando-se: i) reajuste dos preços mínimos para os cafés arábica e robusta; ii) redução da taxa de juros do Funcafé, de 7,5% para 6,75% a.a., para todas as linhas de financiamento; iii) ampliação da Linha Especial de Crédito (LEC) para indústrias e beneficiadores, de R\$



15 milhões para R\$ 20 milhões; iv) concessão dos financiamentos de estocagem e financiamentos para aquisição de café (FAC), com base no preço mínimo vigente do café; v) leilões de contratos de opção de venda para três milhões de sacas de 60kg de café arábica; vi) aplicação de R\$ 300 milhões diretamente na Aquisição do Governo Federal (AGF) para café; vii) linha de crédito de R\$ 100 milhões do Funcafé para cooperativas de crédito refinanciarem dívidas de cafeicultores que comprovarem incapacidade de pagamento; viii) pagamento em produto das parcelas das operações de crédito de dação em pagamento, com recursos do Funcafé, cujo débito estimado em R\$ 1,1 bilhão foi prorrogado até 2020; ix) pagamento do financiamento de estocagem da safra 2008/2009, em sacas de café de 60kg, com base no preço mínimo vigente, que equivale a aproximadamente R\$ 697 milhões; x) renegociação de financiamentos vinculados à CPR; e xi) prorrogação por quatro anos dos financiamentos de custeio e colheita da safra 2008/2009, vencidas entre 16 de setembro de 2009 e 31 de março de 2010, que totalizam R\$ 860 milhões.

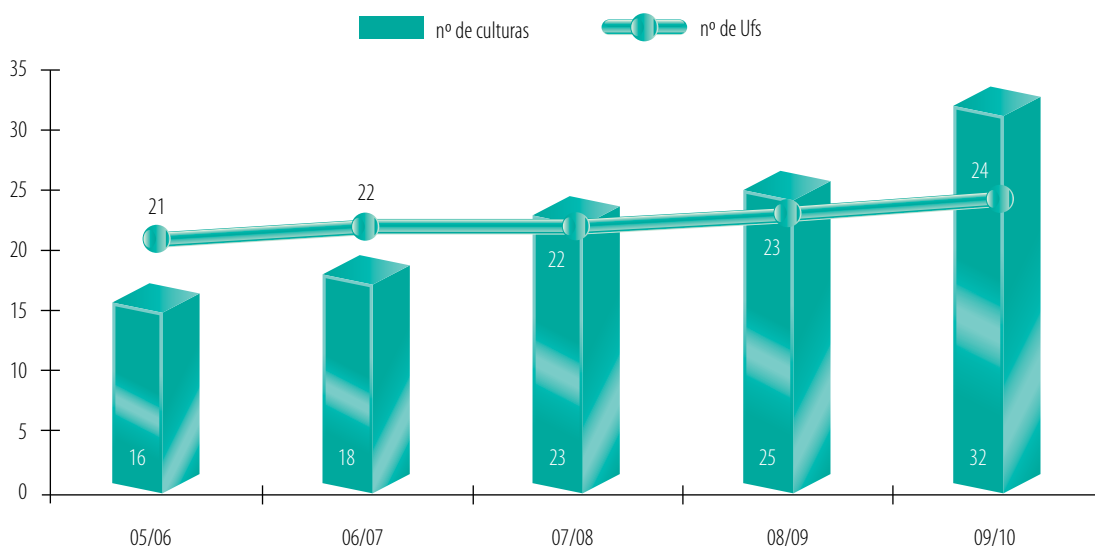
Em 2010, serão priorizadas as ações de desenvolvimento de pesquisas agronômicas de café, levantamento de safra, estoques privados e custos de produção, qualificação da mão de obra, promoção dos Cafés do Brasil, internamente e no exterior, além do planejamento e execução dos financiamentos ao setor cafeeiro, por meio da liberação de recursos para operações de crédito de custeio, colheita, estocagem, FAC, CPR, entre outros instrumentos de política agrícola.

3.3 Gerenciamento de riscos climáticos

3.3.1 Zoneamento agroclimático

A Rede Meteorológica dispõe de 940 estações, das quais 540 automáticas e 400 convencionais, além de 12 estações de radiossondagem. As ações de gestão e minimização de risco foram fortalecidas, com a introdução de novas tecnologias, que contribuem para a diminuição de perdas de safras. Nesse sentido, o Zoneamento Agropecuário de Risco Climático indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, a fim de minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras. Os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático já contemplam um total de 32 culturas, sendo 14 de ciclo anual (abacaxi, algodão, arroz, amendoim, canola, cevada, feijão phaseolus e feijão caupi, girassol, mandioca, milho, soja, sorgo e trigo) e 18 permanentes (ameixa, banana, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, coco, dendê, eucalipto, maçã, mamão, mamona, maracujá, nectarina, pera, pêssego, pínus e uva), alcançando 24 Unidades da Federação. Para o ano de 2010, está prevista a divulgação adicional de estudos de zoneamento para as culturas de açaí, citrus, gergelim, palma forrageira, pimenta-do-reino, pupunha e milheto, além de todas as outras já divulgadas anualmente.

Evolução do Zoneamento Agrícola de Risco Climático – Safras 2005/2006 a 2009/2010



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

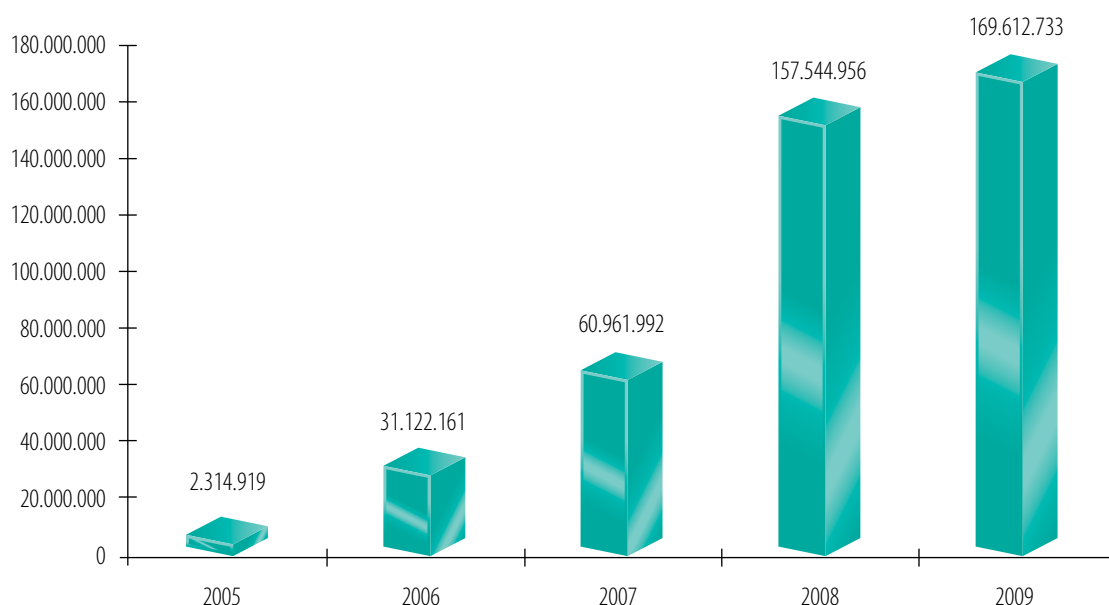
3.3.2 Seguro rural

A política de subvenção ao prêmio do seguro rural tem como objetivo o aumento da base do seguro agrícola, ampliando o mercado de seguros agrícolas e diminuindo o risco de perda. Por meio dessa política, promove-se a busca da universalização do acesso ao seguro rural privado, a indução do uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário, com repercussão na adimplência do setor agropecuário nos bancos e outros agentes de financiamento da produção. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural passou a beneficiar 76 culturas na modalidade agrícola, além das modalidades pecuária, florestal e aquícola. Para as culturas que apresentam maior exposição ao risco climático, os percentuais de subvenção foram elevados, em 2009, situando o apoio governamental na faixa de 30 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. O limite financeiro passou a ser de R\$ 96 mil na modalidade agrícola e R\$ 32 mil para as modalidades pecuária, florestal e aquícola.

Com vistas no aprimoramento dos mecanismos de apoio ao seguro rural, o Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 374, de 2008, de autoria do Poder Executivo, propõe a criação de um Fundo de Catástrofe, para dar garantia às operações de seguro rural contra os efeitos climáticos considerados catastróficos. Espera-se que, em 2010, seja concluída a tramitação desse PLC no Congresso Nacional. Ainda neste exercício, diante da boa receptividade do seguro rural pelos produtores, serão mantidos os percentuais de subvenção e os limites financeiros para o triênio 2010/2012.

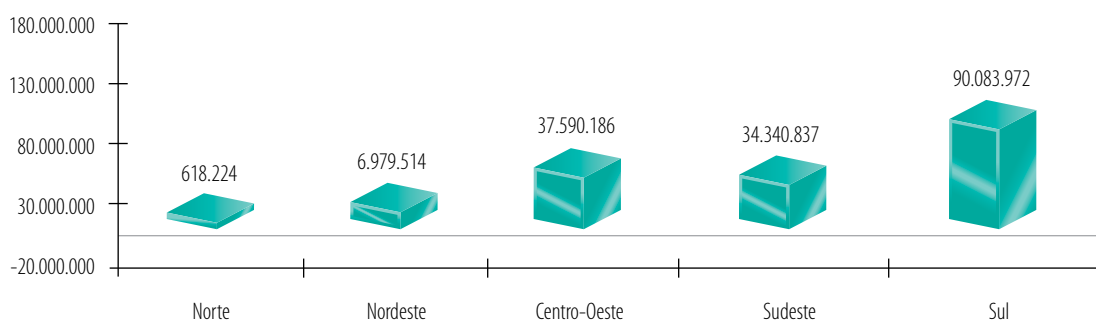


Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural



Fonte: Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – por Região, em 2009 Valor Subvenção (em R\$)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nos financiamentos de custeio agropecuário, concedidos em 2009, o Banco do Brasil incentivou a utilização de mecanismos mitigadores de risco, tais como: Seguro Agrícola, Proagro e proteção de preços em bolsas de mercadorias e futuros. Da carteira de custeio agrícola contratada entre os meses de junho e dezembro de 2009 (safra 2009/2010), 66,5% das operações contam com o BB Seguro Agrícola ou com o Proagro. Por sua vez, a utilização do Mercado de Futuros e de Opções possibilita aos produtores a proteção em relação às oscilações de preços das *commodities* agropecuárias. Em 2009, foram contratadas 34.678 apólices de BB Seguro Agrícola, o que permitiu segurar aos produtores rurais R\$ 4,5 bilhões contra intempéries climáticas, utilizando R\$ 100 milhões da subvenção autorizada pelo Governo, equivalente a 62% do valor total disponibilizado ao mercado segurador – R\$ 160 milhões. Além disso, em 2009, o

Banco do Brasil intermediou 13.311 contratos em bolsas de mercadorias e futuros. Para 2010, estimam-se incrementos significativos nos resultados de proteção de preço, com a regulamentação da subvenção ao prêmio de opções, conforme previsto na Lei n. 11.775, de 2008.

3.4 Defesa agropecuária

O rigor e a eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar da população e os ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional, pois, à medida que os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas são realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, pragas e doenças prejudiciais à produção são controladas e são asseguradas a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial.

Participação Brasileira na Produção e Comércio Mundial de Produtos Agropecuários

PRODUTO	PRODUÇÃO				EXPORTAÇÃO			
	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	POSIÇÃO INTERNACIONAL 2008	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	POSIÇÃO INTERNACIONAL 2008
Carne Bovina	15,7	15,9	15,5	2	27,8	28,9	24,0	1
Carne de Aves	14,0	14,7	14,9	3	37,3	38,9	38,0	1
Carne de Suínos	2,9	3,2	3,1	4	12,2	14,1	10,2	4
Açúcar	18,6	19,1	19,4	1	34,3	40,7	37,9	1
Café	30,9	35,0	31,8	1	26,5	28,8	28,4	4,3
Suco de Laranja	61,3	53,2	55,8	1	86,3	83,9	85,0	1
Soja em Grãos	24,9	27,6	27,0	2	32,9	31,9	39,0	2
Farelo de Soja	15,7	15,7	16,1	4	23,6	21,8	24,8	2
Óleo de Soja	16,4	16,4	16,9	4	23,3	22,0	21,1	2
Algodão	5,7	6,1	5,1	5	3,5	5,8	9,2	2
Milho	7,2	7,4	6,4	3	11,5	7,9	9,4	3
Arroz	1,8	1,9	1,9	9	0,8	1,8	1,6	11

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA)

3.4.1 Ações de saúde animal

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece o *status* de livre de febre aftosa com vacinação, para 15 estados brasileiros. Não há ocorrência de febre aftosa no país desde abril de 2006. A doença encontra-se oficialmente erradicada em 16 Unidades da Federação e parcialmente em outras duas. As áreas livres de aftosa, compreendidas em 5 milhões de km², detêm uma população de aproximadamente 180 milhões de bovinos e 25 milhões de suínos. As vacinações semestrais contra a doença demandaram uma produção de 460 milhões de doses da vacina, para a imunização de 190 milhões de bovinos. Na busca da meta da erradicação da doença em todo o país, foram efetuadas avaliações que permitiram a classificação dos estados em diferentes níveis de risco para a febre aftosa. Na área ainda não reconhecida como livre da doença, estados como Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará são classificados nacionalmente como de risco médio,

reunindo as condições básicas para seguirem os passos seguintes visando ao reconhecimento como zona livre de febre aftosa.

Em relação à avicultura, ao longo de 2009, foram intensificadas as ações de controle das doenças na produção desse setor, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da *Influenza* aviária e da doença de *Newcastle*, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais. Com relação ao Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica, houve ampliação da zona livre da doença, com a inclusão do Estado de Rondônia. Dessa forma, a zona livre já alcança 50% do território nacional e concentra cerca de 54% das propriedades que detêm 81% do rebanho suíno nacional e 93% da indústria de produtos suínos no Brasil.

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), vulgarmente conhecida como “doença da vaca louca”, continua sendo exótica para o Brasil. Tendo sido concluída a análise de risco da EEB no Brasil, os resultados serão submetidos à apreciação da OIE, visando à reclassificação do país como de “risco negligenciável” para EEB, possibilitando a abertura de mercados para produtos de origem bovina. Para 2010, as perspectivas são o fortalecimento dos sistemas de combate a doenças que afetam a produção nacional, com ênfase na erradicação da febre aftosa, na ampliação das áreas livres da doença de *Newcastle* e de peste suína clássica, e na prevenção da *Influenza* aviária.

3.4.2 Ações de sanidade vegetal

Ampliaram-se, em 2009, as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais. Em que pesem as detecções da mosca-negra-dos-citros no Estado de São Paulo e da mancha-negra dos citros no Estado de Goiás, as ações da defesa agropecuária na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas no país. Algumas ações no controle de pragas merecem destaque: i) a nova instrução normativa sobre a praga *greening* dos citros proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço; ii) a erradicação do foco de *Cydia pomonella*, em Bom Jesus (RS) e a expectativa de sua total erradicação, até 2012; iii) a disponibilização para os produtores de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa; e iv) a implementação do processo de reconhecimento de áreas livres de Moko da bananeira. Com o aprimoramento do Sistema de Certificação Fitossanitário, que permite a rastreabilidade dos produtos vegetais, o Brasil atendeu aos rígidos critérios internacionais dos nossos principais parceiros comerciais.

A partir de 2010, todo esse sistema passará a ser informatizado e incluirá os cerca de 20 mil engenheiros agrônomos habilitados para a emissão do Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) em todo o país. Também, neste exercício, será ampliado o combate à ferrugem asiática da soja, adotando-se o vazio fitossanitário e a caracterização de áreas livres de pragas no território nacional. Entre as ações previstas, incluem-se, ainda, o estabelecimento do sistema de manejo de risco da área livre de sigatoka negra na cultura de banana, com ampliação das áreas livres dessa praga e do sistema de manejo de risco para mosca-das-frutas em cultivos de cucurbitáceas. Para alcance desses objetivos, as principais medidas previstas são: i) incremento na alocação de recursos humanos, materiais e financeiros; ii) melhoria da rede laboratorial; e iii) revisão e adequação da legislação vigente, mediante apresentação de proposta de normativas e de anteprojeto de lei de defesa sanitária vegetal.

3.4.3 Qualidade de insumos e produtos agropecuários

A oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo depende da correta aplicação e do cumprimento das boas práticas de produção, das normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários e tecnológicos e das avaliações de risco e identificação das características dos produtos. O sistema de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas ampliou a quantidade de produtos fiscalizados no mercado interno, em 2009, superando os resultados de 2008. Tal resultado decorre dos ajustes dos procedimentos de fiscalização, bem como de alguns padrões oficiais de classificação, que possibilitaram a ampliação do leque de produtos vegetais fiscalizados. O índice de conformidade, que é o percentual de amostras de produtos vegetais coletadas em conformidade com a legislação, apresentou um significativo aumento em 2009, passando de 73% para 82%.

Ampliaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários – produtos destinados à alimentação animal –, como medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal. Além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância para a execução dos programas nacionais de controle e erradicação de algumas doenças animais, como a febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Cabe destacar, ainda, o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Com o objetivo de melhor atender às demandas quanto à qualidade e inocuidade dos insumos pecuários e adequá-los aos constantes avanços tecnológicos, foram atualizadas diversas normas, em 2009, destacando-se o decreto que estabelece a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização de alimentos para animais e as normas higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação de alimentos para animais. Foram, ainda, aprovados o regulamento que proíbe o uso da violeta de genciana em alimentos para animais e o que define os critérios para produção, comercialização e uso de vacinas contra leishmaniose visceral canina. Tendo em vista o grande número de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar humana e a crescente demanda por alimentos seguros, foram introduzidos programas para controlar e viabilizar a rastreabilidade dos produtos em todos os segmentos da cadeia alimentar, incluindo o uso racional e adequado de medicamentos veterinários e a inocuidade dos alimentos para animais, os quais constituem um elo importante da cadeia produtiva.

3.4.4 Sistema laboratorial e vigilância internacional

Em 2009, foram realizadas, por meio dos laboratórios federais e da rede credenciada pública e privada, 23,1 milhões de análises laboratoriais de produtos de origem animal e vegetal. Em 2010, será consolidada a ampliação da rede federal de laboratórios de biossegurança, com a adequação de quatro unidades. A ampliação enfatizará o atendimento aos programas de prevenção de *Influenza* aviária, de erradicação da febre aftosa, da peste suína clássica e da doença de *Newcastle*, que ensejam as principais barreiras não tarifárias ao comércio internacional de animais e seus produtos. Na área físico-química de produtos



de origem vegetal, está prevista a ampliação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) dos Estados do Pará, de Pernambuco, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. No caso específico dos organismos geneticamente modificados (OGMs), haverá a consolidação da estrutura dos laboratórios dos Estados de Goiás, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, possibilitando a ampliação dos escopos para a detecção e quantificação de algodão transgênico e de OGM em alimentos para animais. Há que ressaltar que a vigilância agropecuária internacional atualizou e promoveu a modernização dos procedimentos de fiscalização das importações e exportações de animais vivos, de produtos de origem animal e vegetal, e de insumos agropecuários, com a atualização do *Manual de Procedimentos Operacionais do Vigiaagro*, visando à simplificação dos procedimentos e à garantia da segurança nas importações e exportações de produtos e insumos agropecuários.

3.4.5 Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia

Um esforço importante da defesa agropecuária está relacionado à geração de tecnologia e novas metodologias de controle sanitário e fitossanitário, bem como de verificação de conformidades em insumos agropecuários, e à certificação zoofitossanitária. Para aprimorar as ações de defesa agropecuária, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal, e dos insumos agropecuários, o Governo, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), está realizando uma série de pesquisas por intermédio de diversos centros de tecnologia nacionais. Durante três anos, serão aplicados cerca de R\$ 110 milhões para o apoio a 376 projetos, que proporcionarão maior suporte técnico e científico à defesa agropecuária no Brasil. Essa ação visa incentivar a participação da comunidade científica em temas de interesse do agronegócio, assim como aproximar as universidades e institutos de pesquisa dos reais desafios para o crescimento sustentável da agricultura e da pecuária brasileiras.

3.5 Fomento e organização da produção

No último exercício, os sistemas de produção sustentáveis foram intensificados e fortalecidos, com ênfase na expansão do sistema agropecuário de produção integrada, além da recuperação de áreas degradadas no Bioma Amazônia, tendo inclusive sido firmadas parcerias entre o Governo e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Houve avanços na Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Gestão Sustentável de Microbacias, com: i) a implantação de cinco projetos piloto de gestão de microbacias (MS, PR, RS, SC e SP); ii) a mobilização de 340 instituições públicas e privadas; iii) a formação de 14 comitês técnicos gestores, com a participação de 31 municípios; iv) o desenvolvimento de 22 unidades comparativas; v) a difusão tecnológica para 2.040 pessoas; e vi) a promoção de ações integradas com a “Operação Arco Verde” e com os Territórios da Cidadania, para a implantação de projetos de apoio à produção sustentável.

O projeto de reconhecimento de produtos notórios do agronegócio como Indicação Geográfica apoiou o desenvolvimento de 45 projetos de fomento em pelo menos 20 estados. Foram desenvolvidos trabalhos de organização e capacitação direta da base de produtores, delimitação de áreas geográficas,

elaboração de regulamentos de uso, orientação sobre sanidade e qualidade dos produtos, além da organização de estratégias de controle pós-registro dos produtos como Indicação Geográfica. Em 2010, as ações terão maior abrangência, passando a fomentar também outros sinais distintivos para os produtos agropecuários, além de Indicação Geográfica, como as Marcas Coletivas e as Marcas de Certificação, com a consequente ampliação do rol de produtos a serem trabalhados.

O desenvolvimento tecnológico da agropecuária tem permitido redirecionar os rumos de prioridades para a biotecnologia agropecuária e para a agricultura de precisão. Em 2009, foram reconhecidas 160 novas variedades, totalizando 1.477 cultivares protegidas por direitos de propriedade intelectual no país, com crescente atração de investimentos do setor privado.

3.6 Negociações internacionais e promoção comercial do agronegócio

3.6.1 Negociações internacionais multilaterais

A Organização Mundial do Comércio autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos (EUA) no contexto do contencioso sobre subsídios ao algodão, até um montante de US\$ 441 milhões anuais sobre as exportações daquele país para o Brasil, e poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento das regras multilaterais de comércio. O Governo, por intermédio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), está finalizando a definição da lista dos bens a serem objeto de retaliação, a vigorar em 2010.

Por sua vez, o Brasil e a União Europeia negociaram as condições de compensação pela adesão da Romênia e Bulgária ao Bloco comunitário. Avaliou-se o impacto que a medida poderia ter no comércio de produtos do agronegócio brasileiro, em especial quanto à carne bovina, carne de aves e açúcar. No caso específico do açúcar, houve incremento da cota para o Brasil de 300 mil toneladas anuais, com a cobrança apenas da tarifa intracota de 98 euros por tonelada.

No que se refere às negociações de temas sanitários e fitossanitários, destacam-se os resultados obtidos nas negociações com a União Europeia, Mercosul, Rússia, Argentina, EUA, México, China, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Argélia, Angola, Egito, África do Sul, Peru, Colômbia, Chile e Itália, que resultaram na ampliação do acesso a mercados para produtos agropecuários brasileiros, tais como as carnes bovina, suína e de aves *in natura*, com ou sem osso, carnes termoprocessadas, produtos lácteos, animais vivos e gelatina. Além disso, ampliou o mencionado acesso à exportação de alguns estados constantes da área livre de febre aftosa com vacinação e consolidou o *status* sanitário do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação, garantindo maior inserção no mercado internacional.

O Governo, por intermédio do MAPA, participou ativamente da negociação dos acordos firmados entre o Mercosul e Israel, Índia e SACU (União Aduaneira da África do Sul). O acordo com a Índia entrou em vigor, em junho de 2009, e atualmente está em fase de aprofundamento. O acordo Mercosul-SACU, assinado nesse ano de 2009, será analisado pelo Congresso, e o acordo com Israel, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no mês de novembro de 2009, aguarda aprovação do Senado. Caso aprovado, será o primeiro acordo de livre-comércio extrarregional do Mercosul.

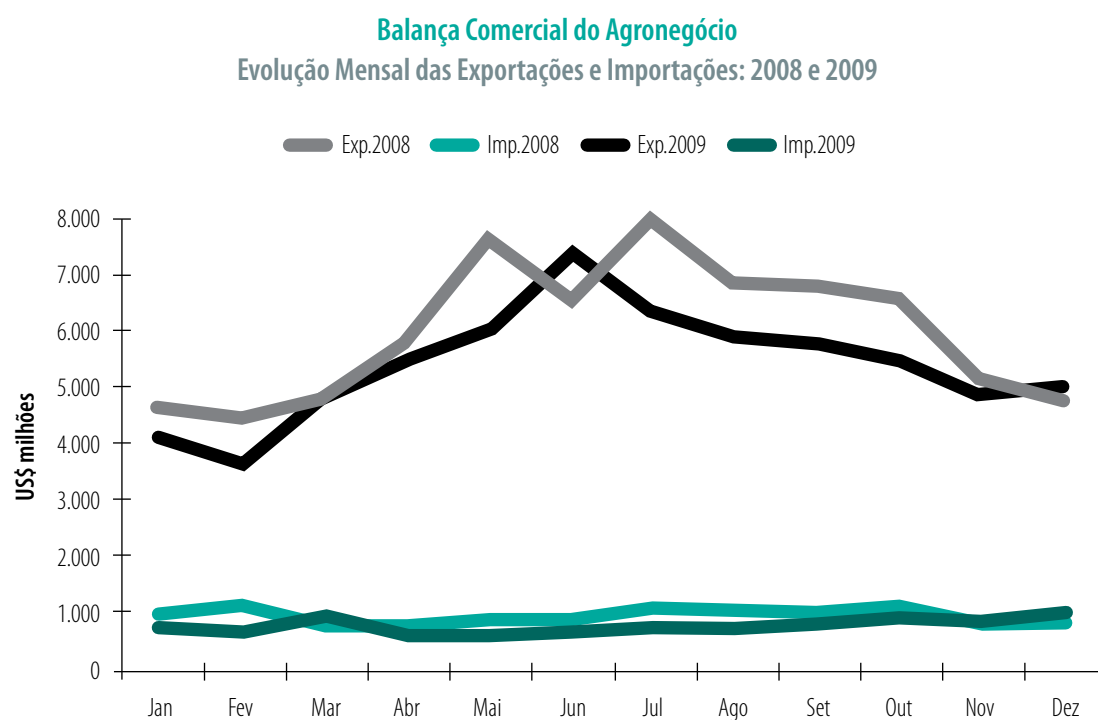


3.6.2 Promoção comercial do agronegócio

A crise econômica internacional trouxe, como grande desafio, a busca de novos mercados compradores para os produtos do agronegócio brasileiro, tendo em vista o encolhimento da demanda nos países desenvolvidos. Nesse contexto, o Governo atuou rapidamente no sentido de reunir os representantes dos principais setores exportadores do agronegócio nacional, com o objetivo de apresentar e discutir possíveis cenários e propostas de ações, como resposta à então iminente contração do mercado global. Foram realizadas missões comerciais para os Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Indonésia, Hong Kong, Rússia, Vietnã, Taiwan, Arábia Saudita e China.

Para o ano de 2010, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê trabalhos nos seguintes mercados: Emirados Árabes Unidos, Catar, Kuwait, China, Cingapura, Venezuela, Colômbia, Japão, Coreia do Sul, África do Sul, Angola, Taiwan, Marrocos, Egito, Líbia, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Canadá, Estados Unidos e Arábia Saudita.

3.6.3 Desempenho exportador do agronegócio



Fonte: Elaborado pelo MAPA, a partir de dados do MDIC.

Em 2009, as exportações do agronegócio somaram US\$ 64,75 bilhões, com queda de 9,8% em relação ao mesmo período de 2008. A queda do valor exportado resultou, principalmente, da redução dos preços das principais mercadorias exportadas pelo Brasil. O índice de preços das exportações do agronegócio

cio apresentou redução de 9,4%, enquanto o *quantum* exportado manteve-se praticamente constante (-0,4%). O valor das importações também apresentou redução de 16,9% no período, totalizando US\$ 9,82 bilhões. O saldo comercial do agronegócio contraiu-se, de US\$ 59,98 bilhões para US\$ 54,93 bilhões. Alguns setores apresentaram aumento do valor exportado, a saber: complexo sucroalcooleiro (23,4%), fumo e seus produtos (10,7%), animais vivos (12,8%), produtos hortícolas (34,3%), produtos apícolas (47,8%). Os demais setores apresentaram retração no valor exportado.

Balança Comercial do Agronegócio Exportações, Importações e Saldos – US\$ mil

SETORES	JANEIRO – DEZEMBRO/2009			JANEIRO – DEZEMBRO/2008			VAR. %	
	EXP.	IMP.	SALDO	EXP.	IMP.	SALDO	EXP.	IMP.
Produtos de Origem Animal	15.269.242	1.506.119	13.763.123	19.535.392	1.564.291	17.971.101	-21,8	-3,7
Carnes	11.787.227	265.904	11.521.323	14.545.484	266.186	14.279.198	-19,0	-0,1
Couros, Produtos de Couro e Peleteria	2.041.066	156.304	1.884.762	3.140.208	257.725	2.882.484	-35,0	-39,4
Demais Produtos de Origem Animal	536.794	115.627	421.167	573.287	146.707	426.580	-6,4	-21,2
Animais Vivos	471.141	26.364	444.776	417.582	32.182	385.400	12,8	-18,1
Pescados	194.664	675.114	-480.449	269.286	648.323	-379.037	-27,7	4,1
Lácteos	167.478	266.794	-99.316	541.590	213.159	328.431	-69,1	25,2
Produtos Apícolas	70.872	12	70.860	47.956	9	47.947	47,8	26,5
Produtos de Origem Vegetal	49.486.390	8.316.871	41.169.519	52.274.075	10.255.903	42.015.171	-5,3	-18,9
Complexo de Soja	17.239.708	72.651	17.167.057	17.980.184	106.851	17.873.333	-4,1	-32,0
Complexo Sucroalcooleiro	9.715.971	2.363	9.713.608	7.873.074	831	7.872.244	23,4	184,5
Produtos Florestais	7.222.872	1.735.185	5.487.687	9.326.149	2.554.385	6.771.764	-22,6	-32,1
Café	4.278.940	16.383	4.262.557	4.763.069	8.380	4.754.689	-10,2	95,5
Fumo e Seus Produtos	3.046.032	67.222	2.978.810	2.752.032	49.300	2.702.733	10,7	36,4
Cereais, Farinhas e Preparações	1.818.559	2.558.008	-739.449	2.206.966	3.225.570	-1.018.604	-17,6	-20,7
Sucos de Fruta	1.751.828	16.358	1.735.470	2.151.783	15.162	2.136.621	-18,6	7,9
Fibras e Produtos Têxteis	1.260.340	755.187	505.153	1.587.384	969.097	618.287	-20,6	-22,1
Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	871.153	460.542	410.611	1.033.135	444.917	588.218	-15,7	3,5
Demais Produtos de Origem Vegetal	659.402	413.239	246.163	798.550	149.713	378.836	-17,4	-1,5
Produtos Alimentícios Diversos	411.106	245.204	165.901	447.134	233.567	213.566	-8,1	5,0
Cacau e Seus Produtos	352.338	274.433	77.905	400.636	215.749	184.887	-12,1	27,2
Bebidas	234.191	350.723	-116.532	273.194	329.617	-56.423	-14,3	6,4
Chá, Mate e Especiarias	191.511	32.856	158.655	208.232	36.480	171.752	-8,0	-9,9
Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	161.327	585.146	-423.819	120.117	743.829	-623.712	34,3	-21,3
Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	137.022	572.154	-435.132	166.221	707.179	-540.958	-17,6	-19,1
Rações Para Animais	102.566	139.259	-36.694	147.611	181.174	-33.562	-30,5	-23,1
Plantas Vivas e Produtos de Floricultura	31.525	19.956	11.568	35.604	14.105	21.499	-11,5	41,5
TOTAL	64.755.631	9.822.990	54.932.642	71.806.467	11.820.195	59.986.273	-9,8	-16,9

Fonte: Elaborado pelo MAPA, a partir de dados do MDIC.

Em 2009, as exportações brasileiras do agronegócio apresentaram crescimento para a Ásia (16,7%), Oriente Médio (14,4%) e África (3,1%). A Ásia deslocou a União Europeia como principal destino das exportações do agronegócio, passando de uma participação de 23,5%, em 2008, para 30,4%, em 2009. Com uma redução de 20,2% nas exportações para a União Europeia, o bloco teve sua participação no destino das exportações reduzida de 33,1% para 29,3%.

Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos – US\$ mil

BLOCOS	JANEIRO – DEZEMBRO		VAR % 2009/2008	PARTICIPAÇÃO	
	2009	2008		2009	2008
Ásia (excl. Oriente Médio)	19.662.730	16.852.027	16,7	30,4	23,5
Ue 27	18.983.602	23.775.502	-20,2	29,3	33,1
Oriente Médio	5.858.621	5.122.980	14,4	9,0	7,1
Nafta	5.497.433	7.215.475	-23,8	8,5	10,0
África (Excl. Oriente Médio)	4.961.599	4.811.855	3,1	7,7	6,7
Europa Oriental	3.841.942	5.469.506	-29,8	5,9	7,6
Aladi (Excl. Mercosul)	3.130.665	4.334.638	-27,8	4,8	6,0
Mercosul	1.634.012	2.013.529	-18,8	2,5	2,8
Demais da Europa Ocidental	741.904	824.372	-10,0	1,1	1,1
Oceania	201.774	411.423	-51,0	0,3	0,6
Demais da América	109.456	254.288	-57,0	0,2	0,4

Fonte: Elaborado pela Sri/MAPA, a partir de dados da Secex/MDIC.

Na análise por país, verificou-se aumento das vendas para a China (12,4%), Índia (442,6%), Hong Kong (5,2%), Arábia Saudita (5,1%), Coreia do Sul (28,0%), Emirados Árabes Unidos (49,8%) e Irã (20,0%).



Exportações do Agronegócio por Países – US\$ mil

PAÍSES	JANEIRO – DEZEMBRO		VAR % 2009/2008	PARTICIPAÇÃO	
	2009	2008		2009	2008
China	8.915.881	7.930.975	12,4	13,8	11,0
Países Baixos	4.964.835	6.531.259	-24,0	7,7	9,1
Estados Unidos	4.549.640	6.249.484	-27,2	7,0	8,7
Rússia	2.785.478	4.187.630	-33,5	4,3	5,8
Alemanha	2.775.714	3.107.992	-10,7	4,3	4,3
Bélgica	2.273.560	2.551.187	-10,9	3,5	3,6
Índia	1.792.863	330.394	442,6	2,8	0,5
Itália	1.792.492	2.752.984	-34,9	2,8	3,8
Japão	1.783.924	2.441.931	-26,9	2,8	3,4
França	1.770.136	2.139.174	-17,3	2,7	3,0
Reino Unido	1.715.107	1.946.958	-11,9	2,6	2,7
Hong Kong	1.708.728	1.623.616	5,2	2,6	2,3
Venezuela	1.582.794	2.426.212	-34,8	2,4	3,4
Espanha	1.573.379	2.270.987	-30,7	2,4	3,2
Arábia Saudita	1.504.874	1.431.746	5,1	2,3	2,0
Coreia, Re. Sul	1.304.519	1.018.974	28,0	2,0	1,4
Emir. Árabes Uni,	1.144.236	763.890	49,8	1,8	1,1
Irã, Rep. Isl Do	1.112.675	927.438	20,0	1,7	1,0
Argentina	982.164	1.317.292	-25,4	1,5	1,8
Tailândia	809.900	905.347	-10,5	1,3	1,3
Demais Países	17.912.763	18.951.007	-5,5	27,7	26,4
TOTAL	64.755631	71.806.467	-9,8	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela SRI/MAPA, a partir de dados da Secex/MDIC

3.7 Pesquisa agropecuária

Para que a agricultura brasileira possa responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental, e às mudanças climáticas, necessitará contar com crescente oferta de tecnologias. Para fins de pesquisa agropecuária, foram alocados no Orçamento Geral da União R\$ 1,7 bilhões, em 2009, representando um incremento de 23% em relação a 2008. A pesquisa agropecuária manteve, no último exercício, uma carteira de 590 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, concluídos ou em execução, cujos principais resultados são: i) cultivar de mandioca lançada para a Amazônia – aipim-manteiga –, constituindo-se em opção de desenvolvimento agroindustrial para a região; ii) programa de melhoramento de feijoeiro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com indicação de seis novas cultivares já registradas e três em fase de registro, além do desenvolvimento de nove linhagens promissoras para futuras indicações; iii) programa de melhoramento de arroz, pelo qual foram lançadas as cultivares BRS Apinajé, direcionadas aos agricultores familiares do Pará, e BRS Jacanã de arroz irrigado tropical, para os Estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul, com maior resistência

à brusone, bem assim duas cultivares de terras altas em licenciamento (BRS Monarca e BRS Pepita) e três cultivares em fase de lançamento (BRS Tropical, para várzeas, BRS Serra Dourada, para o Estado de Goiás, e uma cultivar de arroz irrigado resistente a imidazolinona, a ser nomeada); iv) programa de melhoramento de feijão caupi, que lançou, nos últimos três anos, oito cultivares – BRS Novaera, BRS Xiquexique, BRS Tumucumaque, BRS Cauamé, BRS Pajau, BRS Potengi, BRS Juruá e BRS Itaim –, para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com características superiores de arquitetura adequada à colheita mecanizada, resistência aos principais estresses abióticos, alto valor culinário e adequadas para consumo do grão *in natura* ou processado; v) desenvolvida metodologia com a ferramenta SIG (Sistema de Informações Geográficas), determinando a distribuição espacial de importante doença do milho, a ferrugem tropical (*Physopella zaeae*), em função dos cenários de mudanças climáticas; vi) desenvolvimento do capim BRS Piatã, que é apropriado para solos de média fertilidade, tolera solos mal drenados, produz forragem de boa qualidade e acumulação de folhas, possui colmos finos, o que resulta em um melhor aproveitamento pelo animal, é resistente ao ataque de cigarrinhas-das-pastagens e destaca-se pelo elevado valor nutritivo e alta taxa de crescimento e rebrota; vii) clone de Caju Embrapa 51, que foi lançado para o plantio comercial, em cultivo de sequeiro, no Estado do Ceará; e viii) produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania, cujo processo permite o acesso a uma diversidade varietal de sementes, a preservação de sementes tradicionais altamente adaptadas às condições locais, e de alto valor sociocultural para as comunidades.

Em 2010, serão executados, aproximadamente, 600 projetos, com perspectiva de conclusão de aproximadamente 250, resultando na geração e transferência de novos produtos tecnológicos relacionados à caracterização e manejo de agroecossistemas, biologia avançada, defesa agropecuária, mudanças climáticas globais, recursos genéticos, desenvolvimento agropecuário e agroindustrial para a inserção social, entre outros.

Em 2009, o Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa (PAC Embrapa) foi contemplado com R\$ 245,7 milhões, dos quais R\$ 123 milhões direcionados às ações em custeio e investimento, R\$ 120,4 milhões às Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) e R\$ 2,3 milhões para custear as ações de monitoramento das obras do PAC. Em 2010, está prevista a alocação de R\$ 220,7 milhões para a conclusão do PAC Embrapa, quando serão implantadas novas linhas de pesquisa e concluído o desenvolvimento de produtos tecnológicos, que constituem as 88 metas voltadas à área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Será finalizada a contratação dos novos profissionais, sendo 752 pesquisadores e 459 analistas e assistentes. Está projetada, também para este exercício, a finalização da ampliação da capacidade operacional da Embrapa, com a criação de três novas unidades de pesquisa em áreas de fronteira agrícola, nos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, e a implantação da unidade de estudos macroestratégicos, em Brasília. No campo internacional, os objetivos são o fortalecimento dos laboratórios virtuais nos Estados Unidos e na Europa, e a finalização da instalação do laboratório virtual na Coreia do Sul.

Na área internacional, no que diz respeito à cooperação tecnológica com países de economia avançada, bem como ao processo de transferência tecnológica a países da América Latina e África, destacam-se os seguintes resultados, em 2009: i) presença de 10 cientistas seniores em laboratórios de excelência nos Estados Unidos e Europa Ocidental (Labex), com a finalidade de realizar pesquisas estratégicas, monitorar o desenvolvimento científico e tecnológico e articular projetos conjuntos de pesquisa. Essa presença

objetiva garantir a competitividade futura da agricultura brasileira, pela incorporação de conhecimentos novos ao setor; ii) abertura do Labex Coreia, com a assinatura do Convênio com o Instituto de Pesquisa Agropecuária da Coreia; iii) presença de 7 pesquisadores na África e Venezuela, com a missão de transferir tecnologia para o desenvolvimento agrícola de países da região; iv) elaboração e implementação de projetos de cooperação para países em desenvolvimento, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nas áreas de produção de alimentos básicos, agroenergia e conservação de recursos naturais; v) execução do Projeto Agrofuturo, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando fortalecer a infraestrutura e treinamento na Embrapa; vi) planejamento de projetos estruturantes de cooperação com países da África, com cooperação da ABC e terceiros países: França, Japão e Estados Unidos da América; e vii) realização do evento *Innovation Marketplace*, para identificar demandas e articular projetos de apoio a países africanos.

Em 2010, está prevista a consolidação do Labex Ásia, do qual faz parte o Labex Coreia, com a presença física de pesquisadores seniores naquele importante polo de geração de conhecimentos; a implementação de projetos de cooperação tripartites na África, com a participação da Embrapa, ABC, França, Japão, Estados Unidos; e a ampliação de apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico para países da América Latina e a implantação de escritório da Embrapa para a América Latina.

3.8 Agroenergia

3.8.1 Complexo sucroalcooleiro

Em 2009, destaca-se a publicação da proposta de zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, encaminhada ao Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei n. 6.077. Ele tem por objetivo identificar áreas mais aptas à expansão sustentável do cultivo da cana-de-açúcar, excluindo os biomas sensíveis, as áreas de vegetação nativa e aquelas onde ainda não é possível a mecanização da colheita, esta importante para evitar a queima da palha. Paralelamente, foi encaminhado projeto de lei estabelecendo vedações à instalação de usinas de açúcar e etanol nas áreas não recomendadas pelo zoneamento e definindo cronograma para eliminar a queima da cana-de-açúcar nas áreas mecanizáveis.

O zoneamento agroecológico é considerado instrumento fundamental para a sustentabilidade do complexo sucroalcooleiro e para orientar políticas públicas direcionadas ao setor. No esforço desenvolvido pelo Brasil em outros países com potencial para o cultivo da cana-de-açúcar, o Governo brasileiro enviou técnicos especializados para ministrar curso sobre o alcance e a importância desse zoneamento para a expansão sustentável dos biocombustíveis. Esse curso foi oferecido *in loco* para técnicos dos governos da África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Em decorrência da crise financeira do setor, foi reativado, em 2009, o sistema de financiamento à estocagem de álcool, com recursos do BNDES e do Banco do Brasil, no valor de R\$ 2,3 bilhões. Foi dada continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao acompanhamento brasileiro da safra de cana-de-açúcar, feito nas regiões produtoras do país, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque, também, a realização do segundo *Ethanol Week*, curso destinado a estrangeiros, do qual participaram 48 representantes de 20 países. O curso foi realizado em Ribeirão Preto (SP), com a colaboração da Universidade Federal de São Carlos.



Atualmente, existem 437 usinas de açúcar e etanol em produção no país, que empregam mais de um milhão de trabalhadores. Em 2009, o setor sulcraolcooleiro gerou cerca de US\$ 9,7 bilhões, sendo US\$ 8,4 bilhões com açúcar e US\$ 1,3 bilhão com etanol. Em 2010, além das medidas de apoio ao setor, incluindo os levantamentos de safra, será aperfeiçoada a política de estocagem de etanol, importante instrumento para proporcionar um estoque regular desse combustível de fontes renováveis, evitando oscilações bruscas nos preços aos consumidores entre os períodos de safra e entressafra.

3.8.2 Biodiesel

Em 2009, o setor de biodiesel foi apoiado com um conjunto de ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas. São exemplos desse apoio o Circuito de Dias de Campo da Cultura do Pinhão Manso; o I Congresso Brasileiro de Pesquisa em Pinhão Manso; o Congresso de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel; o Treinamento sobre a Produção de Dendê; a Capacitação Técnica no Cultivo Sustentável da Mamona; e o *Workshop* sobre Aproveitamento da Glicerina Originada na Produção de Biodiesel na Produção de Alimentação Animal.

A Embrapa Agroenergia vem investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), sobretudo com pinhão manso e inajá, visando diversificar as oleaginosas passíveis de aproveitamento na fabricação de biodiesel e difundir novas tecnologias, principalmente aos pequenos e médios produtores, na busca do aumento da produtividade e da competitividade do biodiesel. Os avanços tecnológicos no campo agrônomo são fundamentais, uma vez que as matérias-primas respondem por aproximadamente 80% do custo de produção de biodiesel. Assim, o suporte da PD&I à cadeia produtiva do biodiesel é indispensável para a sua consolidação, pois o Brasil já é um dos principais produtores mundiais desse combustível de fontes renováveis e utiliza, desde julho de 2009, a mistura obrigatória de 4% de biodiesel ao diesel mineral (denominado B4), tendo antecipado em três anos, para janeiro de 2010, a mistura obrigatória de 5% (B5).

3.9 Agricultura familiar e reforma agrária

3.9.1 Agricultura familiar

Com o objetivo de dotar o país de informações oficiais sobre a agricultura familiar, em consonância com a Lei n. 11.326, de 2006, o Governo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do IBGE, tornou possível a delimitação conceitual dos estabelecimentos agropecuários desse segmento, com os dados do Censo Agropecuário de 2006 e os conceitos da citada lei. Com as informações do Censo, será possível melhor planejar as políticas para o setor da agricultura familiar, comunidades tradicionais e reforma agrária, além das políticas transversais de gênero e raça.

Os resultados do Censo Agropecuário de 2006, apresentados em 2009, mostram que a área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares (ha) e a dos não familiares de 309,18 ha. Do total de estabelecimentos agropecuários, 84,4% (4,4 milhões de estabelecimentos) são familiares, ocupando 24,3% da área total desses estabelecimentos. Apesar de abranger apenas 24,3% da área total, a agricultura

familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP), gerando R\$ 54 bilhões anuais e empregando 12,3 milhões de pessoas (74,4% do pessoal ocupado). O Censo Agropecuário mostrou que a agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos básicos para a população brasileira, conforme apresentado no quadro que se segue.

Percentual de Alimentos Produzidos pela Agricultura Familiar

PRODUTO	%
Mandioca	87
Feijão	70
Milho	46
Café	38
Arroz	34
Trigo	21
Soja	16
Leite	58
Aves	50
Suínos	59
Bovinos	30

Fonte: Censo Agropecuário 2009 – IBGE.

A produção da agricultura familiar – aqui entendida como pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais (indígenas, pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, quilombolas, entre outras) –, garantindo a segurança e soberania alimentar, foi de fundamental importância para minimizar o impacto da crise internacional e da alta dos preços dos alimentos ocorrida no final de 2008 e início de 2009.

Em 2009, milhares de agricultores familiares foram beneficiados com o aumento de recursos para o financiamento da produção, destacando-se que no Plano Safra 2009/2010 os recursos previstos para a agricultura familiar alcançaram o montante de R\$ 15 bilhões. Além disso, de setembro de 2008 a dezembro de 2009, 19.402 tratores e motocultivadores de até 78 CV foram financiados e entregues aos agricultores de todo o país, por meio do Programa Mais Alimentos.

3.9.2 Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) amparou, na safra de 2008/2009, 653 mil contratos, alcançando o valor segurado de R\$ 7 bilhões. Até novembro de 2009 foram registradas no sistema Proagro despesas no valor de R\$ 536 milhões e, no mesmo período, o programa ressarciu aos beneficiários o montante de R\$ 522 milhões, referentes a coberturas, perícias e remuneração do agente. O programa beneficiou, principalmente, os pequenos produtores agrícolas enquadrados no conceito de agricultura familiar, atendidos pelo Proagro Mais, com 585 mil contratos.



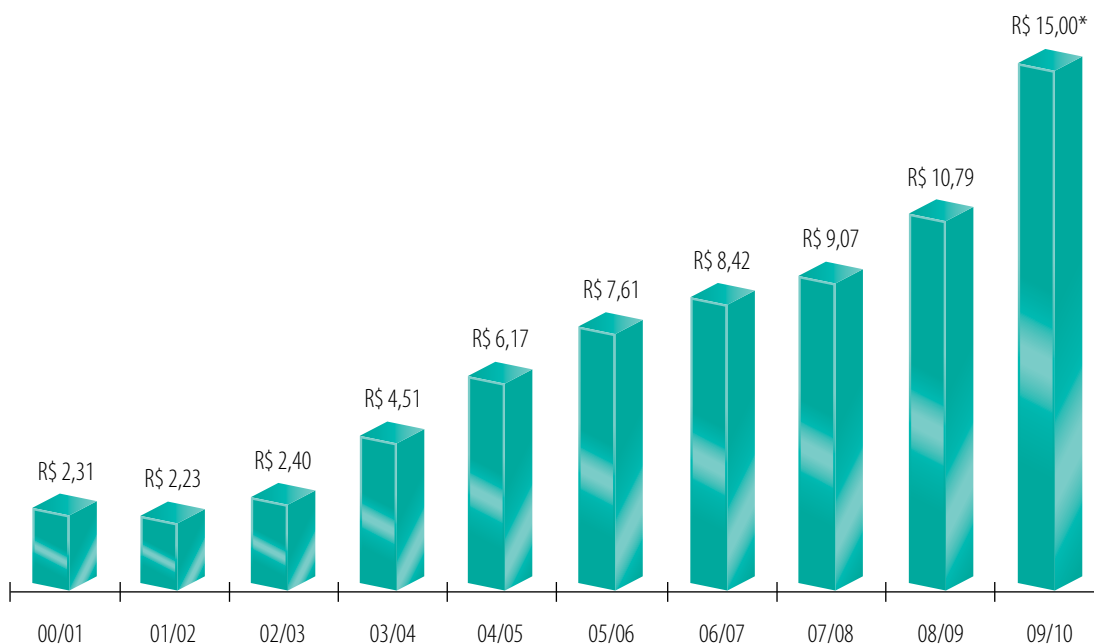
3.9.3 Crédito rural – Aplicações obrigatórias

No período de cumprimento das exigibilidades do crédito rural 2008/2009, foram registradas pelas instituições financeiras aplicações obrigatórias de R\$ 34 bilhões, oriundos dos depósitos à vista e R\$ 38 bilhões de depósitos de poupança rural. Além desses recursos, foram aplicados em crédito rural cerca de R\$ 3 bilhões, originários das deficiências de aplicação do período 2007/2008, que haviam sido recolhidos ao Banco Central e foram repassados às instituições financeiras.

3.9.4 Ampliação do crédito

O volume de recursos emprestados nas linhas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano-safra de 2008/2009, foi ampliado em mais de R\$ 1,7 bilhão em relação ao que foi aplicado na safra passada. O crescimento percentual do volume aplicado foi de 18,9%. No gráfico que se segue é apresentada a evolução do volume de recursos emprestados aos agricultores familiares no Pronaf, em cada ano-safra, e o volume disponibilizado para 2009/2010, em bilhões.

Utilização dos Recursos do Pronaf pelos Agricultores Familiares (R\$ bilhões)



Fonte: MDA. *Recursos disponibilizados para o Programa na Safra 2009/2010.

A linha Pronaf Mais Alimentos foi o destaque do ano-safra 2008/2009. Foram ampliados os produtos/produtores beneficiados e incluída a armazenagem e o transporte, entre os itens financiados. Atualmente, o Pronaf Mais Alimentos financia a produção, a armazenagem e o transporte de açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aqui-

cultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. O Mais Alimentos permite, ainda, o financiamento de preparo e conservação do solo, máquinas e implementos agrícolas para a produção, armazenagem e transporte dos produtos, o que propicia ao agricultor maior apropriação da renda gerada. No primeiro ano-safra de operacionalização, o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 1,18 bilhão, com a venda de 22.986 máquinas e equipamentos.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) foi ampliado e hoje garante as operações de custeio e investimento realizadas no âmbito do Pronaf. O PGPAF garante até R\$ 5 mil por agricultor, em caso de queda nos preços na hora da comercialização. São contemplados no programa 35 produtos: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi e piaçava, algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha-do-brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café Conillon, café arábica, inhame, cará, castanha-de-caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Sabendo que a ampliação da oferta de crédito também resulta em maior exposição do agricultor ao risco financeiro, foi criado o Pronaf Sustentável, em 2009. O objetivo do Pronaf Sustentável é conjugar o planejamento, a orientação, a coordenação e o monitoramento, resultando na implantação dos financiamentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária com enfoque sistêmico, com atenção à geração de renda e à adequação ambiental das unidades familiares de produção.

Em 2009, o crédito rural do Pronaf ajudou os agricultores familiares do país a enfrentarem as piores adversidades climáticas dos últimos anos. As Regiões Norte e Nordeste sofreram com o excesso de chuvas, causando prejuízos não só à agropecuária familiar, mas também às moradias e a toda a infraestrutura produtiva existente em muitas localidades. Ao mesmo tempo, a Região Sul, principal produtora de grãos e de animais de pequeno porte, sofreu com a seca, o que frustrou a safra agrícola e reduziu a oferta de alimentos para a pecuária (aves e suínos).

O sul do país não foi afetado somente pela estiagem. O excesso hídrico castigou o Estado de Santa Catarina no final de 2008, gerando prejuízos econômicos e sociais nunca vistos antes naquela Unidade da Federação. Para superar esses desastres, foram criadas condições específicas para o atendimento do público atingido pelo efeito nefasto do clima. Com a "Linha Especial de Crédito de Investimento para Reconstrução e Revitalização", criada em 2009, o crédito rural do Pronaf atendeu aos agricultores daquele Estado, disponibilizando R\$ 100 milhões, com taxa de 2% a.a. para financiamentos de até R\$100 mil, permitindo a reconstrução da infraestrutura produtiva arruinada pelas chuvas.

Poucos meses após as chuvas castigarem Santa Catarina, a Região Sul (inclusive o próprio Estado de Santa Catarina) sofreu com a estiagem, ao mesmo tempo em que as Regiões Norte e Nordeste eram afetadas pelas chuvas em excesso. Para atender os agricultores familiares dessas três regiões, foi criada a "Linha Emergencial" para estiagem ou enchentes, com taxas de 0,5% a.a. para investimentos localizados, cuja disponibilização foi de R\$ 385 milhões.

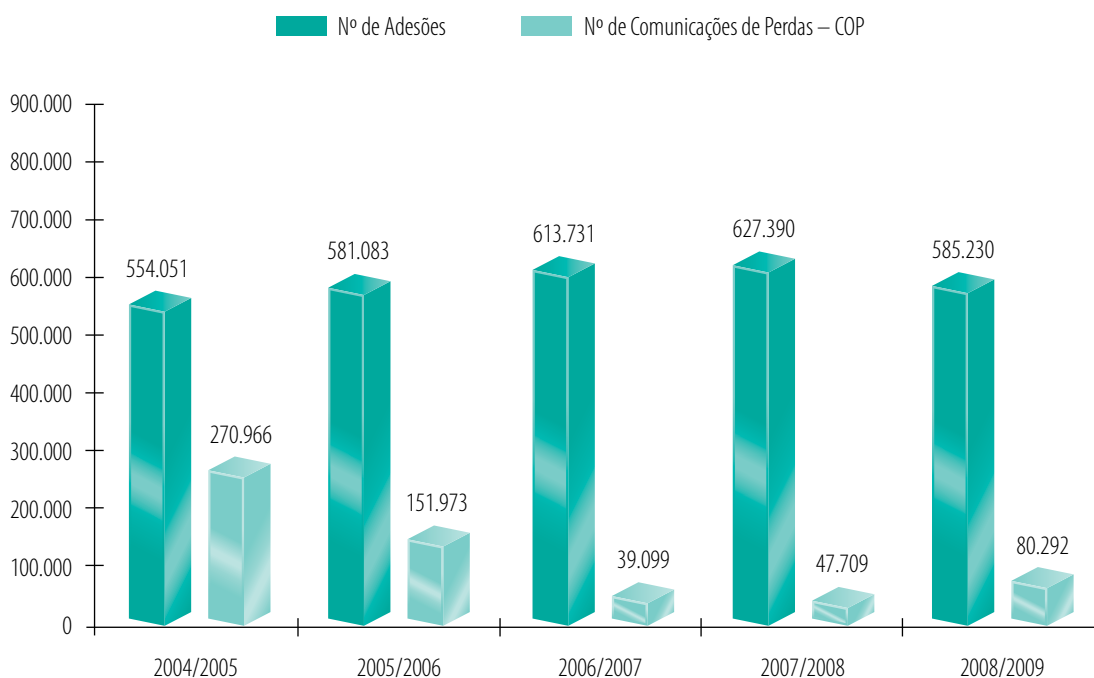
3.9.5 Seguro da Agricultura Familiar

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) foi criado pelo Governo, em 2004, para que os agricultores pudessem plantar com maior segurança, estimulando assim a produção de alimentos e a geração de trabalho e renda. O Seguro oferece garantia de renda (cobertura de 100% do financiamento, mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado, até o limite de R\$ 2.500,00) e a adesão é automática para os agricultores que contratam financiamento de custeio agrícola Pronaf de culturas seguráveis. O prêmio é estimado em cerca de 8% a 10% para culturas como milho, feijão, soja e trigo. O agricultor paga 2% do valor enquadrado e o restante do prêmio é subsidiado pelo Governo.

O SEAF tem sido um importante instrumento para administrar situações de perdas agrícolas por eventos climáticos, evitando a configuração de crises sociais no campo. No início da operação desse Seguro, houve ocorrência de forte estiagem, atingindo grande número de municípios. Na safra 2008/2009 voltaram a ocorrer eventos climáticos em diversas localidades, atingindo as lavouras e gerando perdas. Nesses locais, o Seguro foi de fundamental importância para que as perdas agrícolas não gerassem graves problemas sociais nas comunidades atingidas, evitando o êxodo rural para a periferia das cidades e a submissão dos agricultores a situações de extrema pobreza e privação.

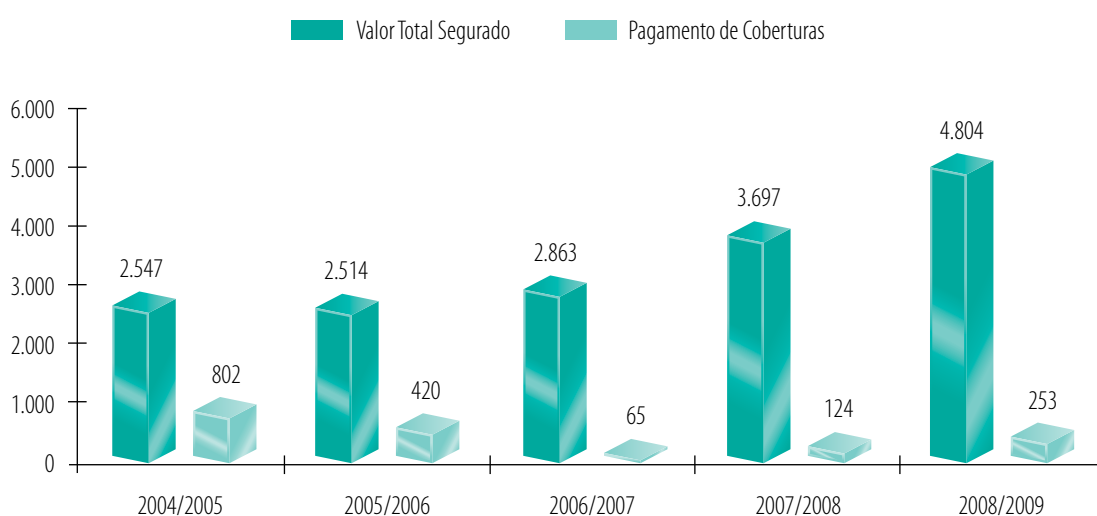
No primeiro ano de operação do SEAF foram segurados 554 mil empreendimentos agrícolas. Esse número cresceu, atingindo 585 mil empreendimentos na safra 2008/2009. O crescimento mais expressivo ocorreu no valor segurado, como se pode verificar nos gráficos que se seguem, saltando de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 4,8 bilhões. Na última safra, mais de 49 mil famílias receberam indenização do SEAF, com um valor de aproximadamente R\$ 253 milhões.

Seguro da Agricultura Familiar – Adesões e Comunicações de Perdas



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Seguro da Agricultura Familiar – Valor Segurado e Indenizações (R\$ milhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Entre os principais avanços alcançados pelo SEAF, no ano passado, estão o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à gestão de riscos na agricultura familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas, como a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. Essas medidas reduzem a sinistralidade e os dispêndios com pagamentos de cobertura, conferindo ao SEAF indicadores de eficiência e sustentabilidade compatíveis com a realidade do mercado internacional de seguro agrícola. Ao mesmo tempo, as referidas medidas têm sido importantes para evitar a ocorrência de perdas, proporcionando maior estabilidade para a produção e a renda dos agricultores.

3.9.6 Garantia-Safra

O Fundo Garantia-Safra é um seguro de renda para situações de catástrofe provocadas por seca ou excesso de chuvas, que provoquem perdas superiores a 50% nas lavouras de milho, feijão, algodão, arroz e mandioca de agricultores familiares de municípios situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O Fundo garante o pagamento de R\$ 550,00 para cada família prejudicada. No ano de 2009, 553.225 agricultores de 714 municípios dos estados do Nordeste e da região semiárida de Minas Gerais participaram do Fundo Garantia-Safra. Nesse mesmo ano, 383.903 agricultores familiares da região de atuação da Sudene receberam o benefício de R\$ 550,00 que o Garantia-Safra assegura. Ainda em 2009, o Fundo passou por transformações destinadas ao seu aprimoramento, como a extensão da cobertura para eventos de perdas de safra ligados ao excesso de chuva e o aperfeiçoamento dos procedimentos de verificação de perdas, para que o seguro chegue com mais rapidez aos agricultores. Para a safra 2009/2010, foram disponibilizadas 694.852 cotas de participação e as adesões estão em andamento, com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, municipalidades e governos estaduais.

3.9.7 Assistência Técnica e Extensão Rural

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço essencial para que as políticas públicas cheguem às comunidades e propriedades rurais. Durante o ano de 2009, o Governo realizou um conjunto de atividades com o objetivo de ampliar e qualificar esse serviço, destacando-se o apoio às instituições de ATER credenciadas; a formação de agentes de desenvolvimento rural e agricultores familiares; as ações de inovação tecnológica adequadas às especificidades dos diversos biomas; a articulação com a pesquisa agropecuária para disponibilização de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar; a parceria com o CNPq, visando fomentar a extensão tecnológica; a articulação do “Pacto Federativo para a Redução das Desigualdades no Nordeste e na Amazônia Legal”, que visa ampliar a oferta de ATER nos Territórios da Cidadania; a participação na operação “Arco Verde”, apoiando a disponibilização de tecnologias de produção e gestão para os agentes de ATER, agricultores e suas organizações, e a formação de agentes e agricultores em políticas públicas.

As organizações de ATER credenciadas pelo MDA são agora 548, abrangendo mais de 23.000 técnicos de todos os estados. O orçamento de ATER para a agricultura familiar chegou, em 2009, a mais de R\$ 246 milhões, permitindo atendimento a 1,6 milhão de famílias em ações de capacitação e orientação para a produção, processamento e comercialização dos produtos, e apoio para o acesso ao crédito, seguro e outras políticas públicas.

No contexto do pacto federativo, por meio da articulação com os governos de 16 estados e suas respectivas entidades de ATER, estão sendo repassados mais de R\$ 133 milhões, no biênio 2009/2010, mediante contrapartida dos Estados, os quais deverão contratar e lotar, nos municípios dos Territórios da Cidadania, cerca de 3.200 técnicos para atendimento direto aos agricultores familiares, permitindo o acesso às políticas de crédito, comercialização, habitação, alfabetização, novas tecnologias, entre outras.

As ações do Programa Mais Alimentos foram fortalecidas consideravelmente com a ação da ATER. O Governo, por meio do MDA e da Embrapa, viabilizou e ampliou as ações para disponibilizar tecnologias para a agricultura familiar, inaugurando, em 2009, uma nova etapa na integração da ATER com a pesquisa. Foram realizadas mais de 1.662 ações de disponibilização de tecnologias e instaladas 458 Unidades Demonstrativas em comunidades rurais, as quais foram usadas como “sala de aula” para a capacitação de 337.617 beneficiários diretos, entre extensionistas rurais e agricultores familiares. Essas ações são apoiadas pela distribuição de 81 mil exemplares de publicações, que tratam especificamente das tecnologias disponibilizadas. As organizações de ATER são responsáveis pela elaboração e acompanhamento dos projetos de investimento do Programa Mais Alimentos, buscando a utilização da linha de crédito para aquisição das máquinas, equipamentos, manejo de solo e água etc.

Os processos de Formação dos Agentes de ATER concentraram-se no apoio ao Programa Territórios da Cidadania, por meio do Projeto Cultivando Saberes, e no apoio à implementação do Pronaf Sustentável. As ações de formação realizadas diretamente pelo MDA focaram no desenvolvimento rural sustentável, no uso de métodos e ferramentas que promovem a participação, na produção de alimentos limpos e na preservação do meio ambiente. Por meio de convênios com as entidades estaduais de ATER, foram repassados, no último exercício, recursos para a capacitação de cerca de 20 mil agentes de ATER e 360 mil agricultores familiares.

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, que é um compromisso assumido no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, ratificada pelo Brasil em 2005, investiu recursos em projetos de extensão rural, capacitação e pesquisa, atendendo a 20 mil famílias de agricultores familiares fumicultoras das Regiões Sul e Nordeste do Brasil. Outra ação importante refere-se ao Programa de Prevenção das Gripes Aviária, Suína e Equina, implementado a partir da realização de cursos de Formação de Formadores de Agentes de ATER para 89 médicos veterinários. O programa contempla, ainda, a capacitação e multiplicação para aproximadamente 1.400 técnicos de campo vinculados às entidades estaduais de ATER e a distribuição de um milhão de cartilhas sobre o tema para agricultores familiares.

Outra ação de destaque, em 2009, foi a realização de uma chamada de Projetos de ATER Indígena, que disponibilizou aproximadamente R\$ 2,5 milhões, por meio de 17 projetos aprovados, permitindo uma abordagem diferenciada dessas atividades para os povos indígenas.

Por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 5.665, de 2009, que institucionaliza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, atendendo a uma demanda dos setores governamentais e não governamentais que prestam serviços nessa área. Esse Projeto de Lei foi aprovado e já foi sancionado, resultando na Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que, entre outras medidas, institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

3.9.8 Apoio à comercialização

Em 2009, o Governo investiu cerca de R\$ 624 milhões, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no fomento à comercialização de produtos da agricultura familiar, consolidando esse programa como uma ação estratégica de segurança alimentar e de geração de renda para a agricultura familiar.

Em 2009 houve uma importante conquista no campo da comercialização dos produtos da agricultura familiar brasileira, por meio da Lei n. 11.947, que instituiu a compra obrigatória de, no mínimo, 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com os recursos recebidos do Programa Nacional de Alimentação Escolar. No referido período, foram realizadas diversas atividades visando a divulgação da Lei, de forma que no ano 2010 as compras se efetivem. A estimativa é de que cerca de 250 mil famílias comercializem sua produção para a alimentação escolar, atendendo a um mercado que representa cerca de R\$ 600 milhões.



3.9.9 Fomento à diversificação econômica da agricultura familiar

O Governo tem estimulado os agricultores familiares e seus empreendimentos a diversificarem suas atividades produtivas, ampliando as possibilidades de renda, trabalho e valorização da produção. Nesse sentido, quase R\$ 11 milhões foram utilizados em projetos inovadores que promovem a diversificação das economias rurais. Produtos e mercados diferenciados como o de orgânicos, da biodiversidade, da agroindústria familiar e de atividades não agrícolas, como o turismo e artesanato, são os objetos dessa linha de ação.

Iniciativas inovadoras como a VI Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada pela segunda vez na Cidade do Rio de Janeiro, são uma pequena amostra do que vem ocorrendo no meio rural. Nessa Feira, foram comercializados aproximadamente R\$ 4 milhões, com a presença de mais de 600 expositores, representando todas as Unidades da Federação. Produtos diversificados e de alta qualidade têm garantido uma cesta de alimentos variada e de baixo custo para a população, contribuindo, inclusive, para a estabilidade dos preços da cesta básica nacional.

Também em 2009, foi iniciado o trabalho de implantação de duas cadeias de produtos da sociobiodiversidade – castanha-do-brasil e babaçu –, com a organização desses setores e concessão de subvenções para venda dos produtos por parte das populações extrativistas. Ambas fazem parte do Plano Nacional de Produtos da Sociobiodiversidade.

3.9.10 Biodiesel e agricultura familiar

A agricultura familiar vem sendo fortalecida com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O cultivo de matérias-primas para a produção de biodiesel cria oportunidades de trabalho, gera mais renda no campo, estimula a inclusão social em todas as regiões do país e possibilita novas alternativas de desenvolvimento do meio rural. Em 2009, com o aprendizado adquirido por todos os atores desde o início do Programa, vários avanços puderam ser percebidos. Atualmente, existem 32 empresas com o Selo Combustível Social, estimulando e fortalecendo aproximadamente 54.000 famílias produtoras de oleaginosas em todo o território nacional. Dessas empresas, três receberam o Selo em 2009.

Na Região Nordeste, especialmente no Semiárido, a Petrobras já começou a realizar contratos com vigência de cinco anos e com parâmetros de preços mínimos vinculados ao Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Além disso, essa empresa tem prestado assistência técnica de qualidade, com a contratação de mais de 700 técnicos.

Na Região Norte, agricultores familiares, Governo, movimentos sociais e empresas apostam no fortalecimento da cadeia produtiva do óleo de dendê como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda. Como exemplo de avanço, tem-se a iniciativa de ação conjunta dos Programas Biodiesel e Terra Legal e a inclusão do dendê em linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental, que faz parte do Pronaf. A criação do Pronaf Dendê estabelece limite de crédito de R\$ 65 mil por agricultor, sendo R\$ 6.500,00 por hectare. Também em 2009, o Governo investiu perto de R\$ 7 milhões de reais em projetos de apoio à organização

produtiva, transferência de tecnologia e produção de sementes e mudas em todo o país. Desse total, quase R\$ 4 milhões foram destinados a agricultores familiares e técnicos dos 34 Territórios da Cidadania, com ações do Programa de Biodiesel.

3.9.11 Políticas para mulheres

O Governo vem implantando políticas de igualdade que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais, privilegiando a noção de “família” no planejamento das políticas públicas e ações governamentais direcionadas à agricultura familiar. Essa institucionalidade e a participação social requalificaram os programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. Nesse sentido, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) assegura às mulheres rurais, de forma gratuita, acesso a documentos civis e trabalhistas e promove ações educativas, atendendo acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas. Em 2009, no período de janeiro a dezembro, por meio do PNDTR, foram realizados 741 mutirões de documentação em mais de 764 municípios e emitidos mais de 403 mil documentos, que asseguram para mais de 177 mil mulheres do meio rural as condições básicas para acessar as políticas públicas governamentais. Nesse exercício, o Programa começou a implantar 22 unidades móveis de atendimento, conhecidas como “Expresso Cidadã”, que são ônibus adaptados com equipamentos para ampliar e agilizar a rede de serviços de emissão de documentos civis e trabalhistas.

Com o objetivo de viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais vem fortalecendo, por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, de conhecimentos técnicos, culturais e organizacionais, de gestão e de comercialização. O programa reforça a integração das políticas do Governo e estabelece a parceria e o controle social com as representantes da sociedade civil. Atualmente, estão identificados 9.402 grupos produtivos de mulheres articulados às Redes e Movimentos Sociais, dos quais 3.129 estão nos Territórios da Cidadania. Foram capacitadas em políticas públicas mais de 167 mulheres de grupos produtivos, distribuídas nos 27 estados e em 44 Territórios da Cidadania. Também foram realizadas três Feiras da Economia Feminista e Solidária – em Recife (PE), Natal (RN) e Salvador (BA) –, das quais participaram 293 grupos produtivos de mulheres.

As organizações e movimentos de mulheres passaram a contar com representantes no Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Atualmente, projetos de assistência técnica são selecionados por meio de chamadas públicas de ATER para mulheres e foram realizadas capacitações de mulheres rurais e extensionistas sobre essa política. Também foi criada a Rede ATER para Mulheres, que articula representantes de instituições governamentais e organizações de mulheres que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural. Em 2009, foram 41 projetos, que beneficiaram 28 mil mulheres, em 13 Estados, com investimento de R\$ 4 milhões.



Para buscar maior participação das mulheres no Pronaf e garantir a sua inclusão na gestão do crédito familiar, vários instrumentos foram redirecionados ou criados de modo que os financiamentos fossem dirigidos às mulheres rurais. Os resultados já podem ser verificados na evolução do número e no montante de recursos, discriminados por sexo. Considerando a série histórica, de 2003 a 2008 foram celebrados 35.697 contratos, representando um volume de mais de R\$ 247,2 milhões emprestados.

3.9.12 Apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas

O Governo tem somado esforços na tarefa de promover a inclusão social e econômica das comunidades quilombolas. Nesse contexto, vem desenvolvendo ações voltadas ao apoio a projetos de capacitação, assistência técnica e extensão rural; ao apoio a comercialização da produção quilombola; e ao fortalecimento institucional das comunidades para a elaboração de projetos e regularização fundiária dos territórios quilombolas. Com o objetivo de promover o etnodesenvolvimento dessas comunidades, visando melhorar as condições de vida e fortalecer a sua organização, valorizando experiências históricas e culturais, a integração sustentável com o meio ambiente e o respeito aos valores e aspirações locais, foram aplicados, em 2009, R\$ 7,4 milhões, beneficiando 168 comunidades.

O Governo tem articulado a execução de outras ações em relação às comunidades quilombolas, como o apoio à participação dessas comunidades na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária; o estímulo à pesquisa no tema das comunidades negras rurais, por meio do Prêmio Territórios Quilombolas; a promoção do desenvolvimento do pensamento crítico a respeito do tema; e a capacitação dos quilombolas para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos.

3.9.13 Articulação internacional

Consolidar e ampliar a inserção da agricultura familiar e da reforma agrária na política externa brasileira e apoiar o fortalecimento da inserção internacional do país foram os objetivos centrais da ação internacional do Governo no âmbito da temática rural. Essa temática se fez presente na agenda de cooperação técnica internacional e também no relacionamento com as agências das Nações Unidas. Participou-se de inúmeras atividades de cooperação técnica com países africanos e com os parceiros do Mercosul e da América Central, com o objetivo de apoiar a formulação de políticas públicas para o setor e melhorar e aumentar a produção de alimentos nesses países.

O Governo atuou, em 2009, na integração regional do Mercosul, por meio da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF). Os principais avanços foram a aprovação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF), o início da implementação do registro comum da agricultura familiar na região, a realização do curso de formação de jovens rurais do Mercosul e a aprovação do programa regional de políticas de igualdade de gênero na agricultura familiar. Para o exercício de 2010, pretende-se avançar no relacionamento externo com a cooperação técnica em políticas de agricultura familiar e reforma agrária, especialmente com países africanos e, também, a Índia e China. No âmbito do Mercosul, pretende-se, também, buscar a aprovação e operacionalização do FAF, que deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional, e avançar no desenvolvimento de um selo da agricultura familiar do

Mercado Comum. Nas negociações internacionais de comércio buscar-se-á um tratamento adequado e diferenciado aos produtos da agricultura familiar e de segurança alimentar e, ainda, condições para a manutenção e ampliação das políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária, necessárias ao desenvolvimento do país.

Arca das Letras

O Governo, por intermédio dos Ministérios da Educação, da Cultura, da Justiça e de Minas e Energia, em parceria com o Banco do Brasil e com os estados, municípios e o IICA, participa do Programa Arca das Letras. Trata-se de um programa de bibliotecas rurais, desenvolvido por meio de metodologia que garante a participação das comunidades na formação dos acervos, na implantação e na gestão das atividades da biblioteca. Os moradores indicam o local de sua instalação, os assuntos de seus interesses e os agentes de leitura, voluntários que são treinados para realizar o empréstimo dos livros e o incentivo à leitura. A biblioteca é organizada em móvel de madeira fabricado em marcenarias de projetos sociais ou de penitenciárias estaduais. Com o trabalho na Arca das Letras, os sentenciados têm suas penas reduzidas. Até setembro de 2009, foram instaladas 6.823 bibliotecas em 1.942 municípios, além de uma em Cuba, três em Timor Leste e cinco em Moçambique, com 1.815.402 livros distribuídos, 731.234 famílias atendidas e 13.818 agentes de leitura formados.



Programa Arca das Letras – 2009

Municípios	bibliotecas	Famílias	Livros
461	1.327	143.309	252.630

Fonte: Sistema Arca das Letras.

3.10 Reforma agrária

3.10.1 Assentamentos e incorporação de terras à reforma agrária

Em 2009, foram assentadas 55.421 famílias e criados 297 projetos de assentamentos, sendo que no período de 2003/2009 o Governo implantou aproximadamente 62% do total de assentamentos realizados nos 39 anos de história do Incra. Para atingir esses resultados, foram ampliados os recursos destinados à obtenção de terras, totalizando R\$ 7 bilhões em sete anos. Somente em 2009, foram destinados R\$ 742,8 milhões na obtenção de terras, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais. No período de 2003 a 2009, foram incorporados à reforma agrária mais de 47,7 milhões de hectares, com a criação de 3.386 projetos de assentamento, sendo 4,6 milhões de hectares somente em 2009.



3.10.2 Investimentos em qualidade dos assentamentos

Nos últimos anos, foram ampliados e intensificados os investimentos em ações de qualificação dos projetos de assentamento. O Governo retomou e ampliou significativamente o serviço de assistência técnica aos assentados e ampliou os recursos destinados aos créditos para a instalação das famílias. Trata-se de ação essencial para garantir qualidade de vida e condições sustentáveis de produção aos assentados. Em 2009, 270 mil famílias assentadas estão sendo beneficiadas com serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária (ATES), sendo aplicados mais de R\$ 110 milhões, contratados cerca de 2.818 profissionais, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental a mais de 3.700 projetos de assentamento em todo o país. No ano de 2010, há previsão de ampliação do número de famílias atendidas com a ATES, bem como do orçamento previsto para essas atividades.

Também em 2009, foi priorizada a realização de capacitações dos técnicos responsáveis pela elaboração de mais de 6.900 Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) e Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA). Esses planos definem as diretrizes e ações que serão trabalhadas nos projetos de assentamento, visando o seu pleno desenvolvimento e sustentabilidade. Existem diversas etapas para a implantação de assentamentos, as quais são necessárias para estruturar os projetos destinados a receber as famílias assentadas, criando condições adequadas para a instalação e o desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária. Destaca-se como ação fundamental nesse processo a aplicação do Crédito Instalação, que atualmente apresenta nove modalidades para financiamento de atividades, como o apoio inicial para a estruturação da família; a construção e reforma de moradia; o crédito adicional para o Semiárido e o crédito mulher. Outra iniciativa de destaque foi a elevação de 50% do valor destinado à construção de moradias, que passou de R\$ 10.000,00 para R\$ 15.000,00, proporcionando moradias dignas às famílias assentadas e, por consequência, melhor qualidade de vida. No ano passado, 65,8 mil famílias foram beneficiadas com crédito para a construção ou recuperação de casas nos assentamentos. Além disso, foram realizadas mais de 59 mil outras operações de crédito, envolvendo modalidades como o Apoio Inicial, Fomento e complementações de crédito. Nessas ações, foram aplicados mais de R\$ 1,2 milhão, sendo 82,4% destinados às famílias das Regiões Norte e Nordeste, como forma de redução das desigualdades ainda existentes no país. Devem ser registradas outras ações implementadas com vistas na qualificação da infraestrutura básica nos novos assentamentos, tais como a construção e recuperação de estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água e energia elétrica. Somente com ações de construção e recuperação de estradas, foram beneficiadas mais de 63 mil famílias, perfazendo um total de 7.751,88 km. Em 2009, foram disponibilizados mais de R\$ 324 milhões para ações de infraestrutura nos assentamentos; além da construção e recuperação de estradas, foram construídos 299 sistemas de abastecimento de água, bem como implantadas outras 876 obras, tais como construção de quadras de esporte e centros comunitários.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) vem apoiando o processo de escolarização e formação dos assentados. Em 2009, 21.076 pessoas tiveram acesso à ação de educação de jovens e adultos nos assentamentos, por meio desse programa. Registre-se que, no exercício passado, ocorreu a institucionalização do Pronera, por meio da aprovação da Lei n. 11.947, de 2009, que autorizou o Poder Executivo a instituí-lo.



Outra ação desenvolvida no âmbito do Pronera é a Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, com a finalidade de promover a formação profissional e disponibilizar, em cada área de reforma agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável. Tal ação atendeu diretamente 6.487 alunos em 2009. Já a Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social tem a finalidade de capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins à reforma agrária, com vistas à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos. Além disso, visa propiciar aos alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do Pronera bolsa de estudo ou estágio, para atuarem junto das equipes de ATES e ATER, das escolas e de outros programas de Governo em execução nos assentamentos. Nessa ação, foram selecionadas 23 propostas contemplando 52 projetos, atendendo 2.222 alunos.

3.10.3 Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como instrumento de acesso à terra, por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. O programa também concede créditos para investimentos básicos e estruturação de unidade produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a consequente melhoria das condições de vida da população rural. O PNCF beneficiou, em 2009, cerca de 5,9 mil famílias com aplicação de recursos total de mais de R\$ 226 milhões, que viabilizou a realização de investimentos básicos e comunitários, e a aquisição de aproximadamente de 90,6 mil hectares pelas famílias beneficiárias.

Programa Nacional de Crédito Fundiário – 2009

PROJETOS	FAMÍLIAS	VALORES (R\$)	ÁREA (HA)
4.984	5.872	226.907.164,00	90.608

Fonte: MDA – Sistema de Análise e Contratação.

3.10.4 Projeto Dom Hélder Câmara

O Projeto Dom Hélder Câmara é direcionado aos assentamentos da reforma agrária na região do Semiárido do Nordeste e tem como objetivo geral fortalecer processos locais de construção social do desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras. Para o desenvolvimento das ações do projeto, são firmadas parcerias com entidades da sociedade civil. As áreas de atuação estão localizadas nos Estados do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns); Rio Grande do Norte (Sertão do Apodi); Paraíba (Sertão do Cariri); Pernambuco (Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe); Sergipe (Sertão Sergipano) e Piauí (Sertão de São João do Piauí).



Em 2009, foram aplicados R\$ 22,5 milhões em ações que visaram a melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva do público-alvo, entre as quais se destacam: assistência técnica permanente prestada a 15.050 famílias; comercialização de produtos, por meio do apoio para a realização de 21 feiras de agricultura familiar e implantação de uma nova feira; educação do campo e convivência com o Semiárido, sendo beneficiados 12.000 alunos; e apoio creditício, por meio de nove fundos rotativos de microfinanças rurais, alfabetização e capacitação de jovens e adultos.

As prioridades estratégicas para o ano de 2010 são a manutenção da assessoria técnica a 15.050 famílias; a implantação de 80 hectares irrigados em pequenas propriedades rurais; a implantação de duas unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar; a manutenção de 22 feiras da agricultura familiar; a implantação de 300 consórcios agroecológicos de produção de alimentos e algodão; e a implantação de 5 novas unidades demonstrativas de manejo da caatinga.

3.11 Regularização fundiária

3.11.1 Programa Terra Legal – Regularização fundiária na Amazônia Legal

O Programa Terra Legal, lançado no dia 19 de junho de 2009, tem como objetivo a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal e a promoção do ordenamento territorial da região. O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) tem registradas 185.537 posses situadas na Amazônia Legal e estima-se que exista um grande número de posses a serem ainda regularizadas na região. A situação fundiária na Amazônia Legal é caracterizada pela precariedade ou pela ausência de reconhecimento jurídico da posse de terras. Constitui, assim, um complexo mosaico em que se sobrepõem títulos legítimos, títulos falsos, documentos precários concedidos administrativamente e ocupações sem documentação. Esse quadro gera conflitos fundiários marcados, muitas vezes, pela violência.

Nesse contexto, assume singular importância a regularização de terras públicas federais. As áreas da União ainda não destinadas – aquelas cujo uso não é reconhecido/autorizado pelo Poder Público – representam cerca de 58 milhões de hectares (11% da Amazônia Legal). Essas terras podem ou não estar ocupadas. Caso estejam ocupadas, necessitam de regularização ou de retomada, de acordo com a função social que devem desempenhar. Com base nos pontos coletados pelo IBGE durante o Censo Agropecuário de 2006, estima-se que existam, aproximadamente, 158 mil ocupações a serem regularizadas nessas áreas.

A legislação brasileira tratava a regularização fundiária como uma exceção, ainda que a Constituição de 1988 tivesse selado os princípios para sua realização. As leis que regiam a regularização, operada principalmente pelo Incra, previam um conjunto de exigências que eram iguais para grandes, médios e pequenos imóveis, na Amazônia ou em outras regiões do Brasil. Assim, um ribeirinho, na mais remota região amazônica, deveria cumprir as mesmas exigências que o ocupante de uma área pública no interior do Estado de São Paulo. Posses exercidas coletivamente por comunidades locais enfrentavam as mesmas exigências de grandes fazendas. Diante desse quadro, o Poder Executivo editou a Medida Provisória n. 458, em 10 de fevereiro de 2009, convertida na Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, para criar uma política massiva e célere de regularização fundiária na Amazônia Legal, adequada às especificidades da região.

A nova lei simplificou procedimentos para a regularização de ocupações em terras da União, situadas na Amazônia Legal, que tenham área de até 1.500 hectares. Estabeleceu, ainda, diferença de tratamento a pequenas, médias e grandes áreas. Para a operacionalização desse novo marco legal, já foram publicados diversos atos normativos, entre decretos regulamentadores, portarias, normas técnicas e instruções normativas. O processo de regularização fundiária de ocupações em terras rurais é executado em três passos: i) cadastramento/identificação ocupacional; ii) georreferenciamento das áreas ocupadas; e iii) análise para regularização (titulação ou retomada). Em 2009, foram cadastrados mais de 26 mil ocupantes, totalizando quase 4,5 milhões de hectares requeridos, em 261 municípios dos estados da Amazônia Legal. Os primeiros títulos do Programa Terra Legal já foram emitidos para 270 ocupantes dos Municípios de Novo Progresso (PA), Nova Ubiratã (MT), Sorriso (MT) e Porto Velho (RO).

Programa Terra Legal: Requerentes Cadastrados ou Identificados por meio de Levantamento Ocupacional Área Requerida, por Estado, 2009

UF	Nº DE CADASTROS	% CADASTROS	SOMA DE ÁREA (HÁ)	%ÁREA
RO	11.879	42,3	1.787.623,27	36,6
PA	9.018	32,1	2.095.823,37	42,9
TO	2.111	7,5	371.931,28	7,6
MA	1.564	5,6	166.640,66	3,4
AM	2.448	8,7	188.981,91	3,9
MT	638	2,3	230.902,97	4,7
RR	194	0,7	17.588,034	0,4
AC	213	0,8	22.833,82	0,5
TOTAL GERAL	28.065	100	4.882.325,31	100,0

Fonte: Sisterleg/SRFA/MDA.

Além dos cadastros acima relacionados, foram recepcionados no Sisterleg 27.365 cadastros, com área de 1,6 milhão de hectares, correspondentes às Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) de posseiros com até 4 módulos fiscais dos Municípios objeto do cadastramento, totalizando 53.556 cadastros, com área total de 6,1 milhões de hectares.

O georreferenciamento dos imóveis rurais possibilita um diagnóstico das ocupações cadastradas, constituindo pré-requisito para a regularização fundiária propriamente dita. É preciso conhecer com precisão o imóvel que será regularizado. Nesse sentido, estão em andamento os serviços de georreferenciamento de áreas rurais, no âmbito do Programa Terra Legal, que totalizarão cerca de 3,9 milhões de hectares e 24 mil ocupações. Em 2010, serão contratados os serviços de georreferenciamento de outras 80 mil ocupações.

Os Entes Federados também sofrem as consequências da incapacidade histórica relativa à regularização do uso e da exploração de suas terras. Assim, cerca de 170 municípios da Amazônia Legal têm suas áreas urbanas inteiramente localizadas em glebas federais não destinadas. Sem regularidade das ocupações das terras do município, inclusive aquelas onde se localizam os prédios e os equipamentos públicos, as prefeituras enfrentam inúmeras dificuldades para acessar recursos, realizar obras e cobrar impostos



municipais, como o IPTU. A referida Lei n. 11.952, de 2009, prevê que os núcleos urbanos consolidados e as áreas de expansão urbana situados em terras federais serão doados aos municípios, que promoverão a regularização dos lotes existentes, com o apoio do Ministério das Cidades. Para que a doação seja efetivada, é preciso realizar o georreferenciamento dessas áreas. Nesse sentido, o Governo está contratando o georreferenciamento de núcleos urbanos consolidados em 87 municípios localizados nos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Em 2010, a contratação do serviço de georreferenciamento deverá abranger todas as áreas urbanas, em terras públicas federais ainda não regularizadas.

Buscando garantir a sustentabilidade das áreas regularizadas, o Governo estabeleceu como uma das principais estratégias do Terra Legal a integração com outras políticas públicas. Assim, as áreas de até quatro módulos fiscais que forem regularizadas terão prioridade para inclusão em outras políticas, como as de crédito e assistência técnica, por exemplo, além de já serem encaminhadas ao processo de regularidade ambiental nos órgãos estaduais responsáveis. Essas iniciativas constituem o que se chama Rota Verde e já foram aplicadas a 232 imóveis titulados no Estado do Pará. Outra estratégia de integração adotada foi o início das atividades do Terra Legal pelos 43 municípios integrantes da Operação Arco Verde. Esses municípios lideraram as estatísticas de desmatamento nos últimos anos e, por isso, foram priorizados pela ação integrada do Governo Federal. Em mutirões instalados nessas localidades, foram oferecidos serviços cadastrais, como emissão de documentação civil, capacitação, regularização ambiental e fomento produtivo. Do total de 17.164 cadastros realizados pelo Terra Legal até novembro de 2009, 8.369 são de municípios integrantes do Arco Verde (49% do total).

A fim de controlar o cumprimento das cláusulas resolutivas dos títulos emitidos no âmbito do Terra Legal, bem como estimular o controle social, o Governo está desenvolvendo um sistema de monitoramento pós-título. De um lado, será realizado o monitoramento periódico por meio de imagens de sensoriamento remoto, com o objetivo de acompanhar a manutenção da cultura efetiva, a preservação da cobertura vegetal e os indicativos de (re)concentração fundiária. Adicionalmente, será realizada a análise de informações literais de bancos de dados, para monitorar a manutenção do perfil produtivo da propriedade e as transferências entre vivos.

Além do Terra Legal, que se concentra na Amazônia Legal, e a ação de regularização fundiária dos Territórios Quilombolas, o Governo Federal executa, em parceria com os estados, o geocadastro e a consequente titulação dos imóveis em terras devolutas estaduais. Atualmente, estão em execução convênios/termos de cooperação firmados com o propósito de atender a mais de 100.000 famílias, em 13 estados.

A regularização fundiária é executada por meio de convênios plurianuais firmados com os estados e por meio de ação direta, por parte das Superintendências Regionais do Incra. No quadro apresentado a seguir são mostrados os resultados obtidos por estado, no exercício de 2009, totalizando a emissão de aproximadamente 37,5 mil títulos, com uma área regularizada de 851.250 hectares nos estados conveniados.

UF	Nº TÍTULOS	ÁREA REGULARIZADA (HÁ)
Sergipe	1.058	2.129,00
Piauí	97	6.094,84
Paraíba	873	27.620,00
Rio Grande do Norte	1.767	92.746,91
Minas Gerais	8.716	121.574,22
Ceará	22.045	168.289,70
Pernambuco	2.939	432.795,68
TOTAL	37.495	851.250.35

Fonte: Incra.

3.12 Desenvolvimento regional

3.12.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), parte da estratégia de desenvolvimento do país, foi institucionalizada por meio do Decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. A PNDR passa, atualmente, por revisão conceitual e teórica dos marcos que a embasam, a fim de adequá-la às transformações socioeconômicas e político-institucionais pelas quais passou o país nos últimos anos.

Essa revisão busca a modernização dos instrumentos de desenvolvimento regional, como forma de combater com maior eficácia as desigualdades inter e intrarregionais. Não se trata apenas de elaborar políticas desconcentradas para as macrorregiões consideradas menos desenvolvidas, mas de traçar uma política integrada para o desenvolvimento nacional, capaz de detectar fragilidades e explorar potencialidades regionais, articulando as ações das três esferas governamentais com os segmentos pertinentes da sociedade civil. Prevê-se que a nova proposta da PNDR seja enviada ao Congresso Nacional, em 2010, visando sua consolidação como política de Estado. Para a divulgação dessa política e promoção das iniciativas ligadas ao desenvolvimento regional, pretende-se realizar, no próximo ano, o evento denominado Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional, que homenageará o economista Celso Furtado.

Dentre os resultados de 2009, merecem destaque a elaboração do documento-base para o planejamento das ações do Governo nas Áreas de Influência dos Projetos de Integração de Bacias e de Revitalização do Rio São Francisco e a elaboração, em fase final, do Plano de Desenvolvimento da Região Turística do Meio Norte, que abrange áreas dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Por sua vez, os planos da Área de Influência da BR-163 e do Arquipélago do Marajó estão sendo implementados.

Para 2010, estão previstas a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste Amazônico, a continuidade do processo de elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e a parceria com o Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap). Além disso, pretende-se lançar o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento Regional, com a construção de redes, por meio de cadastros voltados aos colaboradores da PNDR e às instituições de ensino e pesquisa. O Projeto conceitual, técnico e institucional já foi formulado, inclusive o módulo destinado a realizar o monitoramento das ações territoriais do Governo.

No que se refere às ações de capacitação, destaca-se o lançamento do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional (PNCDR), prevendo a realização de curso de especialização em desenvolvimento regional, que viabilizará a capacitação de gestores públicos e privados envolvidos na implementação de políticas públicas de impacto territorial. Ressalte-se, ainda, a ocorrência, em 2009, de quatro cursos de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, voltados para técnicos e funcionários de governos estaduais e instituições envolvidos com o tema em múltiplas escalas geográficas. Essas ações contribuem para o enfrentamento, com qualidade, dos desafios da implementação da política regional no Brasil. Em 2010, pretende-se realizar cursos no âmbito do PNCDR, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Merece citação, ainda, o processo de cooperação entre o Governo e a União Europeia, o qual suscita conhecimento, informação e oportunidades de troca de experiências entre gestores da política europeia e brasileira, agregando conhecimento técnico e experiência à política nacional. Esse processo envolveu a participação de profissionais ligados aos territórios prioritários da PNDR e gestores e técnicos do Governo em programa de intercâmbio, com o objetivo de conhecer processos produtivos identificados com a atividade econômica das mesorregiões selecionadas. Foram também realizadas três oficinas de capacitação no país, que envolveram profissionais do Brasil e da Europa. Para 2010, está prevista a realização de novas oficinas, com o objetivo de ampliar a cooperação mútua.

Ainda com o objetivo de cumprir a missão institucional de combate às desigualdades, o Governo tem coordenado a implementação de programas de desenvolvimento regional, visando estimular a dinamização econômica de localidades identificadas como regiões deprimidas economicamente. Destacam-se o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver). Em 2009, foram aplicados, por intermédio desses programas, R\$ 24,1 milhões nos municípios de várias regiões de desenvolvimento prioritário na PNDR. Apoiou-se, também, a estruturação e a reestruturação dos fóruns das mesorregiões diferenciadas, os quais constituem espaço de discussão, planejamento, proposição de políticas e estabelecimento de estratégias e demandas conjuntas. São pilares no fomento ao fortalecimento das bases locais e congregam a participação do Poder Público, da sociedade civil e da iniciativa privada em torno das matérias de interesse comum para a promoção do desenvolvimento econômico e social das mesorregiões. Outro passo importante para o fortalecimento das bases locais foi a realização da I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, ocorrida no período de 10 a 13 de março de 2009. Esse evento, além de ter proporcionado visibilidade às ações da PNDR, gerou várias oportunidades comerciais para o fechamento de negócios e contou com especialistas nacionais e internacionais na área de desenvolvimento regional.

Como parte das estratégias para consolidar o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, foi aprovada a Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, de iniciativa do Poder Executivo, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco). Os principais instrumentos de ação da Sudeco serão o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros previstos na Constituição Federal. A atuação do Governo nessa região evoluiu de um patamar de investimentos de aproximadamente R\$ 5 milhões, em 2006, para R\$ 273 milhões em 2009, o que reflete a prioridade concedida ao desenvolvimento des-

sa macrorregião. No enfoque sub-regional, destacam-se as ações realizadas na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região da Faixa de Fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), os recursos aplicados apoiaram diversos setores da economia e portes de tomadores, sendo que até o mês de novembro de 2009, foram contratados financiamentos ao setor produtivo da ordem de R\$ 12,2 bilhões, o que representou um crescimento de 8,2% em relação a mesmo período de 2008. Desse total, foram contratados R\$ 2,8 bilhões em 56,1 mil operações de financiamento na Região Centro-Oeste; R\$ 2,1 bilhões em 40,2 mil operações na Região Norte; e, na Região Nordeste, foram contratados R\$ 9,1 bilhões em 380,4 mil operações.

Quanto aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), voltados para o financiamento da infraestrutura e de projetos estruturadores da economia, foram aprovados em 2009 projetos da ordem de R\$ 457 milhões para a Amazônia e contratados projetos no montante de R\$ 2,6 bilhões para o Nordeste. Em 2010, serão destinados pelo Governo para aplicação por meio desses Fundos aproximadamente R\$ 17,3 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões provenientes do FCO, R\$ 8,0 bilhões do FNE e R\$ 3,2 bilhões do FNO, além de R\$ 1,1 bilhão do FDA e R\$ 1,6 bilhão do FDNE.

No ano de 2009, até o mês de outubro, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo e operações de mercado de capitais voltados para o desenvolvimento da Região Nordeste, no valor de R\$ 20,8 bilhões. Com recursos do FNE, principal fonte de recursos para o desenvolvimento regional, o BNB contratou o montante de R\$ 9,1 bilhões, tendo sido priorizados os segmentos de micro e pequenas empresas e de agricultura familiar, além dos investimentos em infraestrutura e estruturadores de cadeias produtivas. As contratações de FNE ocorreram alinhadas às estratégias do Governo, consubstanciadas no Plano Plurianual 2008/2011, tendo como direcionamento a PNDR e o PAC.

Especificamente no que se refere ao PAC, o BNB financiou, no período de 2005 a 2009, com recursos do FNE, 18 projetos dos setores de energia e transporte, com um montante contratado de R\$ 2,1 bilhões, para um investimento total de R\$ 10,9 bilhões. Com referência ao desenvolvimento territorial, a estratégia Nordeste Territorial consolidou-se no ano de 2009, tendo sido implementados 451 projetos territoriais que apoiam cadeias produtivas de vários segmentos setoriais na Região Nordeste, notadamente nos 65 Territórios da Cidadania, com aplicação de R\$ 1,7 bilhão, 17.559 operações contratadas, beneficiando 15.157 clientes. No que se refere às micro e pequenas empresas, o BNB contratou, em 2009, o montante de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão. No âmbito do Pronaf, foram contratadas 235,8 mil operações, no valor de R\$ 890,1 milhões. Para 2010, o BNB planeja contratar um volume de R\$ 25 bilhões em operações de crédito de curto e longo prazos e de mercado de capitais. Com relação às micro e pequenas empresas, a meta para 2010 é contratar o valor de R\$ 2 bilhões, e no tocante ao Pronaf, a meta é contratar R\$ 1,1 bilhão. Já com referência ao PAC, o BNB conta com 11 projetos em carteira do setor de energia, com expectativa de contratação de financiamentos com recursos do FNE da ordem de R\$ 1,6 bilhão para um investimento total previsto de R\$ 3,4 bilhões.

Com foco na geração de trabalho e renda, o Banco do Brasil vem implementando, desde 2003, a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), que busca impulsionar o desenvolvimento de regiões brasileiras, considerando as potencialidades, vocações e características locais. Com a estratégia



DRS, o Banco do Brasil atua não somente como instituição de crédito, mas como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos, políticos e sociais para a estruturação de atividades produtivas que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas, sempre com respeito à diversidade cultural. Até 30 de setembro de 2009, essa estratégia contemplava o atendimento de mais de 1,1 milhão de famílias, integrantes de 4.475 Planos de Negócios DRS, implementados em 4.709 municípios, com créditos programados no montante de R\$ 5,2 bilhões. As perspectivas para 2010 são a ampliação para 1,3 milhão do número de famílias beneficiárias da estratégia DRS e a intensificação das ações de apoio às atividades produtivas de caprinocultura e ovinocultura. O Banco do Brasil atuará na estruturação das cadeias produtivas de cajucultura, açaí, banana, aquicultura, pesca, bovinocultura de leite, apicultura e biodiesel. Está prevista, também para 2010, a implementação do Projeto Gestores DRS, visando ao aperfeiçoamento da implementação e da gestão dos Planos de Negócios DRS, a fim de contribuir para a qualificação das ações e a promoção do empreendedorismo, da inovação e de parcerias para geração de trabalho, renda e negócios sustentáveis com foco territorial e em cadeias produtivas.

3.12.2 Infraestrutura hídrica

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade hídrica para o consumo humano e outros usos, o Governo, em 2009, concentrou esforços na realização de obras que viabilizassem a superação de problemas relacionados à estagnação econômica de determinadas regiões, visando criar condições necessárias para a sustentabilidade do desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, foram aplicados R\$ 753,9 milhões para a implementação de projetos que possibilitarão a armazenagem de 1 bilhão de metros cúbicos de água, além da implantação de 930km de adutoras, com destaque para os seguintes empreendimentos: Barragem Gasparino (BA); Barragem do Rio Arraias (TO); Adutora Pirapama, Sistema Adutor Limoeiro, Adutora de Agrestina, Adutora do Agreste, Adutora do Oeste e Adutora Pajeú (PE); Barragens Setúbal e Peão (MG); Adutora e Barragem Piau (PI); Adutora São Francisco (SE); Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (Eixo de Integração Castanhão/Fortaleza) e Adutora de Ibaretama (CE); Canal do Sertão Alagoano; Sistema Adutor Capivara, Sistema Adutor do Congo e Adutora Acauã (PB); Sistema Adutor de Alto Oeste (RN); e Barragens de Jaguarí e Taquarembó (RS). Destaque especial deve ser dado às seguintes obras do PAC, concluídas em 2009: Sistema Adutor Capivara (PB), Adutora e Barragem Poço do Marruá (PI), Sistema Adutor Serra de Santana (BA) e Adutora Palmeira dos Índios (AL). Essas obras viabilizaram a oferta de 330 milhões de metros cúbicos de água, mediante a execução de 310km de adutoras.

Para 2010, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão destinados à construção de adutoras, barragens e sistemas simplificados de abastecimento de água. Neste ano está prevista a conclusão dos projetos Jaguarí, Taquarembó, Limoeiro, Agrestina, Setúbal, Peão, Piau, Ibaretama, Congo, Alto Oeste e Gasparino, que permitirão a armazenagem de 621 milhões de metros cúbicos de água, com adução por meio de 620km de canais.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) visa possibilitar o desenvolvimento sustentável, por meio da garantia hídrica, especialmente às regiões semiáridas do país, mediante o atendimento a 12 milhões de habitantes. Em 2009, as obras no Eixo Norte do PISF, cuja

extensão é de 402km, alcançou uma execução física de 19%, enquanto no Eixo Leste, que mede 220km, a execução física foi de 26%. Nesse período, foram concluídas e entregues 86 casas em comunidades indígenas e quilombolas e, das 16 Vilas Produtivas Rurais previstas para o reassentamento da população afetada pela obra, duas já estão com sua construção avançada. Na Vila Produtiva Rural de Captação, 11 casas estão concluídas, e na de Junco, 55 casas prontas foram sorteadas para seus futuros moradores. Até o momento, foram gerados 9.137 empregos diretos, atendendo, na sua maioria, trabalhadores da região. Desses trabalhadores, 1.336 estão lotados no 2º turno de trabalho. Em 2009, foram investidos R\$ 891,7 milhões no PISF. Para 2010, está prevista a aplicação de R\$ 1,33 bilhão e a conclusão das obras do Eixo Leste.

Em 2009, na Revitalização das Bacias do São Francisco e Parnaíba, mediante investimentos no valor de R\$ 235,9 milhões, foram realizadas intervenções para a implementação de projetos de esgotamento sanitário em 198 municípios dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí e Maranhão, tendo sido concluídas obras em 10 desses municípios. Nas ações de conservação de água e solo, foram realizadas obras de dragagem do leito e de contenção de barrancas para recuperação da Hidrovia do São Francisco. Além disso, está sendo implementada a reconstrução da Vila Nossa Senhora da Conceição (antiga Vila do Louro), localizada no Município de Barra (BA), afetada pela degradação das margens do rio. No âmbito do Programa Água para Todos, estão sendo executados os sistemas de abastecimento em 749 localidades e construídas as cisternas para o atendimento a 32.155 famílias.

Para 2010, com recursos da ordem de R\$ 410,0 milhões, está prevista a implementação: i) de projetos de tratamento de resíduos sólidos em 187 municípios, por meio de consórcios intermunicipais; ii) de esgotamento sanitário e continuidade das obras para controle do processo erosivo das margens do São Francisco; e iii) das obras de sistemas de abastecimento de água. Na área do saneamento básico, estão sendo desenvolvidos projetos, em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano de uso e ocupação do solo, com vistas na recuperação, prevenção, controle e minimização dos impactos causados por fatores climáticos. Nesse sentido, o Governo criou o PAC – Drenagem, que conta atualmente com 25 projetos, visando dar maior ênfase ao setor e priorizando as intervenções em áreas de reincidência de enchentes.

Em 2009, foram direcionados R\$ 19,2 milhões para a realização de obras de pequeno vulto de macrodrenagem e controle de erosão marítima e fluvial. Para 2010, estão previstos recursos no valor de R\$ 410,4 milhões.

Na área da agricultura irrigada, os investimentos objetivam promover o processo de ampliação da infraestrutura necessária para expandir a produção agrícola, aumentar os níveis de emprego e, com isso, reduzir as desigualdades regionais, gerando melhor distribuição de renda. Nesse sentido, em 2009, foram aplicados R\$ 578,64 milhões em projetos que somam 77.717 hectares, compreendendo ações de assistência técnica, manutenção e outras atividades necessárias aos perímetros que se encontram



em operação. Nesse ano, foi implantada a infraestrutura de irrigação em uma área equivalente a 9.646 ha. Destacam-se os seguintes perímetros de irrigação: Várzeas de Sousa (PB); Flores de Goiás (GO); Marituba (AL); São João e Sampaio (TO); Salitre e Baixo de Irecê (BA); Pontal (PE); Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba (2ª etapa) e Platôs de Guadalupe (PI); Araras Norte, Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú (CE); e Jacaré-Curitiba (SE).

Para 2010, estão previstos recursos no valor de R\$ 730,2 milhões, para aplicação nos principais perímetros de irrigação, localizados em diversos estados, inclusive com a implantação de infraestrutura em uma área de 55.234 hectares. Além disso, estarão sendo direcionadas ações para assistência técnica, transferência de gestão, revitalização e estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Além da retomada dos investimentos, o Governo se preocupou com novos modelos de gestão dos perímetros irrigados, que garantam a sustentabilidade econômica e a emancipação no que se refere à necessidade de recursos públicos para sua manutenção.

Marco nesse sentido foi o lançamento, em dezembro, do Edital de Concorrência Internacional para a implantação de uma parceria público-privada (PPP) para a gestão do Perímetro de Pontal, no Município de Petrolina (PE). A expectativa é de que, ainda no primeiro semestre de 2010, a empresa âncora responsável pela gestão do Perímetro tenha sido selecionada. Cabe salientar que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 6.381, de 2005, que trata da Política Nacional de Irrigação, cuja aprovação é de relevante importância para atualização desse setor.

3.12.3 Defesa civil

No ano de 2009, o Governo priorizou as ações de prevenção, considerando o que determina a legislação brasileira e, também, os estudos elaborados pela ONU, os quais preconizam que a aplicação de recursos em prevenção gera economia em ações de resposta aos desastres e reconstrução. Essa estratégia foi delineada a partir da realização do V Seminário Internacional de Defesa Civil e deverá ser consolidada com a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil, que ocorrerá em 2010, quando serão discutidos os novos rumos da Defesa Civil no Brasil.

No âmbito das atividades de capacitação, ressalta-se a realização, em 2009, em Brasília, do 1º Curso Regional de Assistência e Proteção para Respostas a Emergências Químicas, com a participação de 32 técnicos de 14 países da América Latina e do Caribe, além de outros 86 cursos presenciais, nos quais foram formados 2.924 novos agentes de defesa civil.

Com a ocorrência de diversos desastres ao longo do ano de 2009, em função, principalmente, das fortes chuvas que assolaram os Estados do Amapá, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, foi necessária a aplicação de recursos adicionais no valor de R\$ 1,447 bilhão, destinados a prestar ajuda humanitária aos afetados pelo forte incremento hídrico que atingiu diversas cidades brasileiras. Cabe registrar a atuação direta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad/MI) no atendimento aos desastres, mediante a emissão de alertas preventivos em relação a eventos meteorológicos extremos. Acrescenta-se, ainda, que, no período, foram editadas

1.661 portarias de reconhecimento de anormalidades em 869 municípios. Em 2010, além da realização da Conferência Nacional e da continuidade da formação de agentes de defesa civil, continuarão a ser executadas as ações de gerenciamento de riscos e desastres, bem como realizados investimentos na prevenção de riscos.

3.13 Desenvolvimento sustentável de territórios rurais

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apoia ações conjuntas entre municípios, estados e organizações não governamentais, com investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais, além de estimular o fortalecimento das organizações sociais locais. Busca-se superar a fragmentação e desarticulação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento rural e mobilizar os atores locais na construção de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRSs) capazes de aproveitar as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas.

Ao longo do ano de 2009, o Governo apoiou 164 Territórios Rurais, selecionados nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 2.500 municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas, correspondendo a uma área de 5.046.045,5km². Os recursos totais aplicados pelo programa foram da ordem de R\$ 382 milhões. Já estão constituídos Colegiados Territoriais em todos os 164 territórios apoiados, organizados com base nos princípios da participação, do diálogo e da transparência, tendo como referência a observância de critérios como a representatividade, a diversidade e a pluralidade de segmentos sociais e interesses de cada território. Como espaços de governança, esses colegiados têm observado o princípio da paridade entre sociedade civil e Poder Público, elemento de fundamental importância para que se consolide a estratégia da gestão social do desenvolvimento.

Em 2009, foram discutidos e deliberados, no âmbito dos Colegiados Territoriais, os projetos territoriais de infraestrutura e serviços a serem apoiados, com a aplicação do montante de R\$ 158,4 milhões, beneficiando 109 Territórios Rurais. Dentre os projetos apoiados, destacam-se os investimentos em infraestrutura hídrica, em estruturas de comercialização e em projetos de agroindustrialização e agregação de valor à produção. Motivados com as perspectivas da abordagem territorial, alguns estados, como a Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, adotaram a estratégia de desenvolvimento territorial e, por conseguinte, os territórios como unidades de planejamento e implementação das ações governamentais. Foram elaborados, no último ano oito novos PTDRSs e, com isto, um total de 116 territórios já dispõem dessa ferramenta de planejamento e gestão. Encontra-se em andamento o processo de revisão/qualificação de 69 planos e de elaboração de outros 48 novos PTDRSs, envolvendo 117 territórios de 19 estados. No período, o montante aplicado para o processo de elaboração e qualificação dos PTDRSs foi de R\$ 1,7 milhão. Como componente complementar aos PTDRSs, 60 novos Planos Safra Territoriais (PSTs) estão em fase final de elaboração, o que irá contabilizar um total de 120 Planos Safra já elaborados, sendo que, em 2009, foram investidos R\$ 1,07 milhão na elaboração e gestão dos PSTs. Para a capacitação de agentes de desenvolvimento, foram investidos, nesse mesmo período, recursos da ordem R\$ 411 milhões, com a formação de 27.836 pessoas.

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais pressupõe o apoio aos processos de dinamização econômica dos territórios, cujas estratégias e ações estão viabilizadas pelo Projeto de Fomen-



to ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol). Em 2009, destacam-se os seguintes resultados: o investimento de recursos da ordem de R\$ 33,2 milhões no apoio aos empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar, cujas ações se voltaram para a formação de quadros dirigentes; o assessoramento aos empreendimentos no acesso a mercados; e o planejamento de cadeias e de negócios dos empreendimentos. Em 2010, serão apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais um total de 164 territórios.

3.14 Meio ambiente para o desenvolvimento sustentável

Em 2009, o Governo avançou na implementação de um novo modelo de gestão ambiental compatível com o desenvolvimento econômico, na busca pela consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente. Esse avanço tornou possível ao Brasil apresentar na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15), em Copenhague, compromissos significativos na forma de metas de redução nas emissões de CO₂. O país deverá reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões previstas para 2020. Contribuem para o alcance desse objetivo a redução da taxa de desmatamento da Floresta Amazônica, que teve, no período de agosto de 2008 a julho de 2009, seu menor índice numa série histórica de 21 anos, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Além do combate ao desmatamento na Amazônia, em 2009 o Governo ampliou essa atividade a outros biomas brasileiros, com destaque para o Bioma Cerrado. Foi elaborado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento de Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e lançados os dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período de 2002 a 2008.

No sentido de contribuir para a redução do desmatamento, destaca-se, também, a celebração de pactos setoriais, os quais têm por finalidade a adoção de medidas para inibir o avanço de atividades predatórias, abrangendo diferentes setores: Governo Federal, governos estaduais, empresas, bancos públicos e privados, organizações da sociedade civil. Nesse sentido, em 2009, foi firmado o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

3.14.1 Mudanças climáticas

O Brasil desempenha papel de destaque no cenário internacional em relação à implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O país está elaborando sua Segunda Comunicação Nacional sobre Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com o envolvimento de diversas instituições e especialistas, tendo sido divulgadas preliminarmente algumas informações que serviram de base ao estabelecimento das metas apresentadas na COP 15.

Em 2009, 5.533 projetos encontravam-se em alguma fase do ciclo de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sendo 1.882 já registrados pelo Conselho Executivo desse Mecanismo. O Brasil é um dos países líderes no movimento, ocupando atualmente o 3º lugar em número de atividades de projeto, contando 420 projetos nacionais (8% do total mundial). Em termos de reduções de emissões projetadas, o Brasil também está entre os três líderes, sendo responsável pela redução potencial de 368

milhões de toneladas de CO₂, o que corresponde a 6% do total mundial no primeiro período de obtenção de créditos, que pode ser de 7 ou 10 anos.

O MDL já constitui uma fonte de financiamento importante para a redução das emissões de GEE no Brasil, principalmente no setor energético. Dos projetos brasileiros, 49% estão na área de energia renovável, contando conservadoramente com 3.557 MW de potência instalada. Há outros exemplos relevantes, como a redução de emissões alcançada pelos 30 projetos brasileiros relativos a aterros sanitários já registrados no Conselho Executivo, correspondendo a 50% das emissões nacionais de aterro sanitário, em 1994. Da mesma maneira, apenas cinco projetos brasileiros de redução de N₂O no setor industrial praticamente zeraram as emissões nacionais desse setor.

3.14.2 Plano Nacional sobre Mudanças do Clima

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado no final de 2008, sintetiza ações voluntárias de diversos setores voltadas para a redução de gases de efeito estufa lançados na atmosfera anualmente. Entre os objetivos do PNMC está prevista a redução sustentada das taxas de desmatamento em todos os biomas brasileiros e a eliminação da perda líquida de cobertura florestal, por meio do estímulo ao reflorestamento de áreas degradadas com florestas nativas e exóticas. Na área de transporte e energia, destacaram-se, em 2009, as iniciativas para manter a crescente taxa de consumo de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e a manutenção da elevada participação da energia renovável na matriz elétrica, ressaltando-se a hidroeletricidade e as iniciativas de aumento da eficiência energética.

O PNMC deverá passar por sua primeira revisão em 2010, incorporando novas sugestões e informações do novo inventário de emissões. Nas próximas fases, deverão ser estabelecidos os mecanismos de avaliação do desempenho das ações em curso e respectivos resultados. Serão também apresentadas ações e instrumentos complementares, incluindo pactos com os estados, destinados a garantir o alcance dos objetivos.

Para auxiliar na implantação do PNMC, o Poder Executivo propôs, por meio do Projeto de Lei (PL) n. 3.820, a criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esse PL foi sancionado em 2009, resultando na Lei n. 12.114, consolidando assim a criação do referido Fundo. Os recursos desse Fundo deverão, essencialmente, financiar empreendimentos para mitigação da mudança do clima. Outro avanço, em 2009, foi a edição da Lei n. 12.187, resultante da sanção do PL n. 3.535, encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional, em 2008, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e fixa seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos, além de definir compromisso nacional voluntário para reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de GEE projetadas até 2020.

3.14.3 Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) visa à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios dela decorrentes. Em 2009, quatro unidades de conservação federais foram criadas, ampliando o Sistema em aproximadamente 369 mil hectares e protegendo importantes áreas nos Biomas Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e área marinha com Unidades de Conservação



(UCs), que, além da proteção do meio ambiente, beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

Além da criação, a consolidação das UCs é objetivo perene. Nesse sentido, o Programa Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA), em 2009, deu um grande passo ao realizar ações para a implementação e consolidação de 62 UCs, assim como o Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de UCs nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica. O quadro a seguir apresenta um balanço geral das UCs já criadas nos territórios brasileiros.

Criação de UCs

PERÍODO	ÁREA CRIADA (HÁ)	%	UCS CRIADAS	%
Até 2002	50.515.151	66	235	77,0
De 2003 a 2009	26.333.617	34	69	23,0
TOTAL	76.848.7968	100	304	100

Fonte: DAP/SBF/Ministério do Meio Ambiente.

Para 2010, destacam-se como principais objetivos a ampliação da área protegida por UCs em 1,605 milhão de hectares; a realização de campanha pública de divulgação da importância dessas unidades para a melhoria da qualidade de vida e crescimento econômico regional; o estímulo ao turismo em UCs; a capacitação dos órgãos gestores de UCs para garantir a sustentabilidade financeira das áreas; e a regulamentação da concessão de serviços em UCs.

3.14.4 Combate ao desmatamento ilegal

O desmatamento na Amazônia, durante o período de 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009, foi de aproximadamente 7 mil km², segundo dados preliminares recentemente divulgados pelo Inpe. Essa estimativa corresponde à menor taxa observada desde que esse instituto deu início ao monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia, há 21 anos, representando uma queda de aproximadamente 45% em relação ao período anterior.

Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço de setores governamentais e da sociedade envolvidos na execução de atividades previstas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Entre essas ações, destacaram-se o condicionamento da concessão de crédito para atividade agropecuária à comprovação de regularidade ambiental, conforme Resolução do Banco Central n. 3.545, de 2008; e a intensa e efetiva fiscalização do Ibama na Amazônia, com o apoio da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército Brasileiro e do Ministério do Trabalho e Emprego. Vale destacar que os trabalhos de fiscalização no período resultaram na aplicação de 6.590 multas (no valor de R\$ 2,76 bilhões), embargo em 502 mil hectares e apreensão de 231 mil m³ de madeira e 414 caminhões.

Em 2009, o PPCDAM passou por um processo de revisão que contou com a participação de 13 ministérios e instituições vinculadas. Com base no levantamento das causas do desmatamento na região, as

ações do plano foram reformuladas e surgiram novas ações. Dessa maneira, o novo PPCDAM dá início a uma nova fase (2009-2011) rumo ao desmatamento ilegal zero.

Ao longo de 2009, visando promover um maior envolvimento dos estados na gestão dos recursos florestais, o Governo Federal prestou apoio técnico à elaboração de planos de prevenção e controle do desmatamento e de queimadas dos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, e, recentemente, iniciou articulação para apoiar os Estados de Roraima e Maranhão. Destaca-se que esses planos foram construídos de forma participativa e possuem articulação com o PPCDAM.

Deve ser reiterado que, em 2009, foram adotadas duas importantes medidas para a redução do desmatamento no Cerrado: a elaboração do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e o lançamento dos dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período 2002 a 2008. Além das ações de repressão, o PPCerrado prevê medidas de ordenamento territorial, criação de Unidades de Conservação, apoio a atividades econômicas sustentáveis e implementação de planos de bacias. Assim, por meio do Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros, foram quantificadas as áreas de desmatamento da vegetação nativa no Bioma Cerrado. Segundo os dados desse mapeamento, entre 2002 e 2008, o Cerrado teve sua cobertura vegetal suprimida em 85.075km², o que representa uma taxa anual de aproximadamente 14.200km²/ano para esse período. O percentual de áreas desmatadas em 2002 era de 41,95% e em 2008 subiu para 47,84%. Cabe ressaltar que essa iniciativa de monitoramento do desmatamento foi estendida a outros biomas e em breve serão lançados os dados relativos à Caatinga. Para o controle do desmatamento nesse Bioma deverá ser lançado um plano de ação em 2010.

Outra iniciativa importante para a redução do desmatamento é a celebração de pactos setoriais. Nesses pactos, diferentes setores – Governo Federal, governos estaduais, empresas, bancos públicos e privados, organizações da sociedade civil e outros – dispõem-se a adotar medidas para inibir o avanço de atividades predatórias. Nesse sentido, em 2009, foram firmados o já mencionado Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental com a Febraban e diversos pactos envolvendo supermercados e frigoríficos pela não obtenção de carne proveniente de áreas desmatadas ilegalmente.

Como parte das ações prioritárias nos municípios que mais desmataram recentemente, foram realizados os Mutirões Arco Verde – Terra Legal, com o objetivo de implementar políticas públicas do Governo Federal, em parceria com os governos estaduais e municipais, nos 43 municípios identificados como prioritários para o controle do desmatamento na Amazônia Legal. Como produto da atuação integrada entre esses entes governamentais, por meio desses mutirões foi iniciado um processo de implementação de ações para estimular atividades produtivas sustentáveis, promover o fortalecimento da cidadania e intensificar a execução das demais medidas previstas no PPCDAM.

Dentre as principais metas alcançadas destacam-se o início do processo de regularização fundiária, por meio do cadastramento fundiário urbano e rural, tendo sido realizados até outubro de 2009 cerca de 7,7 mil cadastramentos rurais; e a emissão de títulos definitivos para mais de 5 mil famílias. No Estado do Mato Grosso, 38,77% das áreas passíveis de licenciamento já contam com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) efetivado (mais de 7 milhões de hectares, em 3.545 propriedades).



Em 2010, o Governo pretende apoiar o cadastramento ambiental de imóveis rurais nos Municípios de Plácido de Castro (AC), Brasnorte (MT), Feliz Natal (MT), Juína (MT), Marcelândia (MT), São Félix do Xingu (MT), Dom Eliseu (PA), Marabá (PA) e Paragominas (PA). Além desses, por meio do Fundo Amazônia (BNDES), mais 10 municípios realizarão o CAR de suas propriedades. Assim, ao final de 2010, espera-se que ao menos 19 municípios tenham concluído essa atividade.

3.14.5 Protocolo Verde

A Carta de Princípio para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Protocolo Verde, foi revisada em 2008 pelos Ministérios do Meio Ambiente, Fazenda, Integração Nacional, Agricultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e bancos públicos, com o objetivo de atender aos desafios socioambientais atuais. A revisão do Protocolo Verde permitiu a mencionada adesão dos bancos privados, que assinaram o referido protocolo de intenções, bem assim a celebração de outros pactos, compreendendo outros setores da iniciativa privada, como os citados supermercados e frigoríficos. Trata-se de um compromisso histórico desses setores para uma gestão ambiental mais eficaz, com o reconhecimento da magnitude dos problemas ambientais da atualidade, sobretudo as mudanças do clima.

3.14.6 Política Nacional dos Serviços Ambientais

O Governo enviou ao Congresso Nacional, em 2009, o Projeto de Lei n. 5.487, que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa e o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. A política proposta pelo Poder Executivo cria o citado Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), um instrumento para viabilizar a aplicação para esse pagamento de uma parcela de até 40% dos recursos de que trata o inciso II do § 2º do art. 50 da Lei n. 9.478, de 1997 (percentual da participação especial na exploração do petróleo, a ser aplicada pelo MMA), e de outras fontes possíveis, inclusive internacionais.

O pagamento será destinado aos provedores de serviços ambientais da natureza, organizados nos seguintes subprogramas:

- Floresta, que tem como finalidade atender os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados de reforma agrária e agricultores familiares, nas seguintes ações: i) reflorestamento de áreas degradadas; ii) conservação da biodiversidade em áreas prioritárias; iii) preservação da beleza cênica relacionada ao desenvolvimento da cultura e do turismo; e iv) formação e melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.
- Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que têm por finalidade: i) atender aos instituidores das reservas que objetivem a manutenção ou a recuperação de área de extrema relevância para fins de conservação da biodiversidade; e ii) a formação e melhoria de corredores ecológicos entre unidades de conservação de proteção integral.
- Água, para atender aos ocupantes regulares de áreas situadas em bacias hidrográficas de baixa disponibilidade e qualidade hídrica, priorizando as bacias abastecedoras de sistemas públicos de fornecimento de água para consumo humano ou contribuintes de reservatórios.

Em 2010, estão programadas as seguintes etapas: i) regulamentação da lei, após sua demandada aprovação pelo Congresso Nacional; ii) estruturação administrativa do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais; iii) desenvolvimento dos instrumentos técnicos de gestão do PFPSA – sistema de gerenciamento dos contratos e o Cadastro Federal de PSA; iv) estruturação administrativa do Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais; e v) instituição do Comitê Gestor do PFPSA.

3.14.7 Fiscalização

Durante o exercício de 2009, o Governo realizou cerca de 426 operações contra ilícitos ambientais, por intermédio do Ibama, destacando-se: Operação Guardiões da Amazônia; Boi Pirata II (PA); Rei do Gado (PA); Curuá (MT); Turiawaca (MA); Polo Arco de Fogo e Portal da Amazônia (RO); Angustifólia (PR) e Impacto Profundo – nos litorais Norte, Nordeste e Sudeste. Nessas operações foram emitidos 20.535 autos de infração, que resultaram no já referido montante de R\$ 2,76 bilhões em multas. Quanto à apreensão de madeira, contabilizaram-se 156 mil m³ e foram embargados 404 mil hectares na Amazônia por ilícitos ambientais.

Realizou-se o monitoramento das áreas embargadas por ilícitos ambientais, mantendo-se sobre elas constante controle por meio de ações fiscalizatórias e cartas-imagem geradas por satélite. Em 2009, foram elaboradas cerca de 4.453 cartas-imagem com indicativos de desmatamento, para subsidiar planejamento de operações federais contra o desmatamento ilegal.

Visando ao fortalecimento e aprimoramento da fiscalização ambiental, foram estabelecidas, para 2010, as seguintes ações prioritárias: executar o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental; implementar o processo de padronização e capacitação dos agentes ambientais federais; implementar as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PP-CDAM), no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), no Plano Emergencial de Fiscalização da Pesca da Lagosta e no Plano de Combate ao Desmatamento da Mata Atlântica; fortalecer a capacidade de monitoramento ambiental, por meio da contratação de servidores e da integração dos bancos de dados e sistemas das Superintendências do Ibama; fortalecer as articulações interinstitucionais para as ações de comando e controle; concluir o fortalecimento do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais (Siscom), por meio da integração dos bancos de dados com Oemas, Incra e Sipam; concluir o sistema de cadastramento de alvos de desmatamento; combater o tráfico de animais silvestres e intensificar as operações de fiscalização de fauna e controle de criadouros; e preparar as equipes de fiscalização para o combate à biopirataria e para ações de biossegurança.

3.14.8 Recursos hídricos

No setor de recursos hídricos, entre as atividades desenvolvidas no exercício de 2009 estão: o apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à Gestão Integrada de Recursos Hídricos; o desenho institucional do



Observatório das Águas; o desenvolvimento da Matriz de Coeficientes Técnicos de Consumo de Água nos processos produtivos; o apoio à elaboração do Programa Nacional de Águas Subterrâneas; e o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Entre as atividades relacionadas à mobilização estão: a preparação para a 1ª Pré-Conferência Nacional de Águas, a ser realizada em março de 2010; a Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA); a realização do I Seminário Nacional de Capacitação e Educação Ambiental; a atuação nos Processos Formativos do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata; e a participação na formação da Rede de Telecentros, com a inclusão de Comitês de Bacia Hidrográfica.

No âmbito da Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços e Cooperação Internacional, merecem destaque, em 2009, os avanços da Cooperação Brasil-Argentina em gestão integrada de recursos hídricos (formação de capacidades e o fortalecimento institucional entre os países), bem como o planejamento e a realização do Curso sobre Governabilidade de Água na Ibero-América, no âmbito da Conferência de Diretores Gerais de Água da Ibero-América.

3.14.9 Planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas

Destacou-se, no exercício de 2009, a aprovação do Plano da Bacia do Tocantins-Araguaia, pelo CNRH, propiciando a identificação das potencialidades naturais da região e de seu papel estratégico no desenvolvimento do país. Esse plano define diretrizes para a gestão dos recursos hídricos, com a indicação de áreas a serem preservadas e prioridades para o desenvolvimento, buscando promover os usos múltiplos dos recursos hídricos: hidroenergia, navegação e irrigação. O arranjo institucional proposto (Colegiado Gestor e GTs de Irrigação e Apoio a Implementação) para implementação da gestão na bacia e internalização do plano no âmbito do Governo Federal é um caminho novo a ser testado pelo sistema de recursos hídricos.

O Plano da Bacia do Rio Doce, cuja elaboração foi iniciada em 2009, inovou na concepção do termo de referência, ao criar o conceito de Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia (PIRH) e de Planos de Ação de Recursos Hídricos (PARHs) das sub-bacias contribuintes, propiciando a superação de dificuldades relevantes na articulação institucional. Além disso, merecem destaque o arranjo institucional para acompanhamento do plano, o treinamento prévio do Grupo Técnico de Acompanhamento (GAT) e a proposta de enquadramento dos rios. Para 2010, está prevista a contratação do Plano da Bacia do Paranaíba, que incorpora a inserção da proposta formal de enquadramento e destaca a situação da irrigação nessa bacia.

3.14.10 Revitalização de bacias hidrográficas

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas objetiva promover a recuperação, a conservação e a preservação das bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental, bem como promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes de ações humanas com elevado comprometimento ambiental. Atualmente, o Programa atua nas Bacias dos Rios Tocantins-Araguaia, Paraíba do Sul, Parnaíba, Sinos, Alto Paraguai (Pantanal) e São Francisco. Destaca-se, em 2009,

a conclusão dos projetos de recuperação e preservação de microbacias no Alto São Francisco, que são referência para revitalização do São Francisco, nos Municípios de Luz, Pains, Martinho Campos e Pedra do Indaiá (MG). Esses projetos possibilitaram a revitalização e educação ambiental, por meio de conservação de solo, medições de quantidade e qualidade das águas, cercamento de nascentes, readequação de estradas vicinais, plantio em áreas de mata ciliar e de recarga de lençol freático, além de captações de águas pluviais mediante a construção de microbarragens (barraginhas). Merece destaque, também, a continuidade das atividades dos quatro Centros de Referências em Recuperação de Áreas Degradadas. O objetivo desses Centros é efetivar-se como referência para a produção de modelos apropriados de recuperação de áreas degradadas, que serão reproduzidas em larga escala no Alto São Francisco.

Ainda em 2009, foram desenvolvidos projetos de controle de queimadas, que têm por fim controlar e reduzir o uso do fogo em atividades agropecuárias, com o objetivo de reduzir incêndios florestais na Bacia do São Francisco. Foram realizados cursos de formação de brigadas e de formação de multiplicadores/extensionistas em queima controlada e o Projeto SOS São Francisco, visando a mobilizar e implementar ações para a proteção, recuperação e monitoramento das Áreas de Preservação Permanente e das Reservas Legais localizadas nas propriedades rurais às margens desse rio. Iniciou-se, ainda no ano passado, o processo para a revisão do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004-2013, importante ferramenta para um novo direcionamento das ações de revitalização naquela região hidrográfica.

3.14.11 Licenciamento ambiental

Em 2009, deu-se continuidade à estratégia de articulação entre os entes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e órgãos setoriais, visando ao estabelecimento de uma agenda nacional para o aprimoramento do licenciamento ambiental. Também foram desenvolvidos procedimentos, normas, capacitação para os sistemas de licenciamento ambiental, inclusive apoio ao desenvolvimento de sistemas de informação sobre licenciamento ambiental, em especial o Sistema de Licenciamento Ambiental Federal (SisLic). Avançou-se na inserção da dimensão ambiental no planejamento e na gestão das agendas setoriais, tais como energia, petróleo e gás natural.

Com a finalidade de consolidar a integração das políticas ambiental e setoriais, deu-se continuidade ao projeto Desenvolvimento Metodológico e Tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica. Aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos, o projeto piloto está sendo aplicado na Bacia do Rio Uruguai. Esse projeto está sendo executado em parceria com as Universidades Federais de Santa Maria e do Pampa, envolvendo os órgãos ambientais estaduais dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, contando ainda com a participação do setor elétrico (Ministério de Minas e Energia, Eletrosul e outros). Em maio de 2009, foi concluída a primeira etapa desse projeto, que se refere à análise ambiental dos Rios Pelotas e Uruguai e à definição de diretrizes para orientar o licenciamento ambiental do Ibama para os empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 30MW nesses rios. A previsão é que o projeto seja finalizado em 2010.

O quadro a seguir apresenta o balanço geral das licenças concedidas pelo Ibama, em 2009, sendo que para os empreendimentos do PAC foram concedidas 83 licenças.



Estadística de Licenças Emitidas pelo Ibama – 2009

TIPOS	QUANTIDADE
Licença Prévia	39
Licença de Operação	89
Licença de Instalação	92
Autorização de Supressão de Vegetação	74
Prorrogação de Licença Prévia	1
Renovação de Licença de Operação	27
Prorrogação de Licença de Instalação	12
Retificação de Licença de Instalação	3
Retificação de Licença de Operação	20
Retificação de Licença Prévia	1
Licença Prévia para Perfuração	9
Renovação de Licença Prévia para Perfuração	1
Retificação da Renovação de Licença de Instalação	1
Retificação da Renovação de Licença de Operação	6
Renovação de Autorização de Supressão de Vegetação	19
Retificação de Autorização de Supressão de Vegetação	2
Licença de Operação – Regularização	2
Licença de Pesquisa Sísmica	10
Autorização para Abertura de Picada	4
Retificação da Renovação da Licença de Pesquisa Sísmica	1
Retificação da Renovação de Licença Prévia de Perfuração	1
TOTAL	433

Fonte: Sistema de Licenciamento Ambiental federal (SisLic).

3.14.12 Zoneamento Ecológico Econômico

Na área do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que constitui fundamental instrumento de gestão ambiental, foi iniciado o desenvolvimento, em 2009, do Projeto de Macrozoneamento da Amazônia Legal, um instrumento de integração regional, bem como de pactuação em torno de um novo modelo de desenvolvimento voltado para a adoção de padrão produtivo, com base na diversidade regional. Para tanto, elaborou-se marco teórico conceitual contemplando amplo levantamento de dados a partir de informações de órgãos federais e estaduais e outros estudos, balizando proposições relacionadas às unidades territoriais e respectivas estratégias. Tais informações e propostas foram submetidas a consulta em reuniões setoriais envolvendo o setor empresarial, agências de fomento, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, organizações não governamentais, academia e setor governamental. Essas propostas também foram debatidas com os estados da região, tendo em vista a necessidade de compatibilizar os zoneamentos estaduais ao Macrozoneamento da Amazônia Legal.

Destaca-se também a execução do Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia, na escala de 1:100.000, que digitalizou, atualizou e validou as bases cartográficas analógicas elaboradas pelos estados da região e produziu cartas para os vazios cartográficos, oferecendo nova capacidade para a gestão ambiental e

territorial da Amazônia. Merece registro, também, o fato de que, em maio de 2009, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou o ZEE do Oeste do Estado do Pará, aumentando significativamente as áreas da Amazônia abrangidas pelo Zoneamento.

No ZEE da Bacia Hidrográfica do São Francisco, foram concluídos os Diagnósticos do Meio Físico, Meio Biótico, Socioeconômico e Jurídico-Institucional, já disponíveis na Internet. Em 2010, serão concluídos os prognósticos para a gestão ambiental e territorial da bacia. O Macrozoneamento do Nordeste, em 2010, terá seu arranjo preliminar concluído para o início de elaboração dos diagnósticos para a sua construção. Foi elaborado, também em 2009, o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, coordenado pelo MAPA e executado pela Embrapa, resultando em medida fundamental para assegurar a expansão ordenada e sustentável da produção de etanol, conferindo competitividade ao produto brasileiro no mercado nacional e internacional.

3.14.13 Povos e comunidades tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) avançou consideravelmente, em 2009, por meio da inserção econômica dos povos e comunidades tradicionais como atores econômicos. Um dos principais instrumentos para esse avanço foi a criação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), executado pelo Governo por intermédio do MMA, MDA, MDS e Conab. Esse Plano veio consolidar os investimentos iniciados, ainda em 2008, em dez cadeias produtivas (açai, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha-do-brasil, copaíba, pequi e piaçava), resultando na implantação de duas cadeias nacionais (castanha-do-brasil e babaçu) e oito cadeias territoriais.

Foi consolidada a inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo sido criados ou adequados preços mínimos para sete produtos da sociobiodiversidade, que viabilizaram a subvenção da ordem de R\$ 500 mil para 1.800 famílias extrativistas, indicando enorme potencial dessa política para 2010.

Ampliou-se o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao mencionado Programa de Aquisição de Alimentos e também a oportunidade de mercados institucionais para esses produtos, com a promulgação da referida Lei n. 11.947, de 2009, determinando que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos diretamente pela agricultura familiar, priorizando-se comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades quilombolas. Esse processo possibilita resultados diretos na renda dessas populações e agregação de valor aos produtos.

3.14.14 Concessão florestal

As concessões florestais para manejo implicam a realização de levantamentos socioeconômicos, de estudos de viabilidade econômica e da elaboração de editais de licitação. As áreas a serem concedidas devem estar previamente identificadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e no Plano Anual de Outorga Florestal, ambos instrumentos desenvolvidos pelo Serviço Florestal Brasileiro.



Em outubro de 2009, sob essas condições, foi lançado o edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Estado do Pará. As três unidades de manejo florestal disponibilizadas para licitação totalizam aproximadamente 140 mil hectares e visam a fomentar o desenvolvimento sustentável no oeste daquele estado e dinamizar, em especial, a economia dos Municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, com a geração de cerca de mil empregos. Ainda no ano passado, por meio do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, foram identificadas áreas no país, que totalizaram aproximadamente 239 milhões de hectares. Além disso, foi publicado o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2010), que indicou as áreas passíveis de serem submetidas ao processo de concessões florestais.

Dentre as políticas implementadas no ano de 2009, destaca-se o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, destinado a fortalecer a atividade florestal comunitária, por meio de instrumentos legais de apoio e fomento voltados às peculiaridades do manejo florestal praticado por agricultores familiares e comunidades tradicionais. A principal inovação é a efetivação de uma rotina anual de planejamento e execução de ações, com envolvimento dos diferentes órgãos federais, estaduais e da sociedade civil, para tornar efetivos os instrumentos de crédito, assistência técnica, capacitação, infraestrutura e comercialização. Para tanto, foi elaborado o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário para 2010, com a participação de diferentes setores do governo e da sociedade civil.

Foi concluída, também, a metodologia de implementação do primeiro Inventário Nacional de Florestas, estudo que será publicado a cada cinco anos e que permitirá conhecer, em detalhes, as florestas do Brasil, suas espécies, estrutura, estoques de carbono associados, entre outros aspectos. Está prevista para 2010 a implementação do Inventário Florestal Nacional em dois Biomas brasileiros: Caatinga e Mata Atlântica. Ainda neste exercício serão priorizadas: i) a assinatura dos Contratos de Concessão Florestal em Saracá-Taquera; ii) a disponibilização para consulta pública da Minuta do Edital de Concessão Florestal da Flona de Amana (área de aproximadamente 350 mil hectares), no Estado do Pará; e iii) o início do Processo de Concessão Florestal nas Florestas Nacionais de Jacundá, no Estado de Rondônia, Crepori e Trairão, ambas localizadas no Estado do Pará. Ademais, estima-se para 2010 o registro de 250 milhões de hectares de florestas públicas no respectivo Cadastro Nacional.

3.14.15 Esfera internacional

O Brasil engajou-se ativamente no processo negociador, que culminou na mencionada 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio amplo na Assembleia Geral da ONU (AGNU) para a proposta de realizar, em 2012, nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio+20). Na presidência dos Países Megadiversos Afins, trabalhou pela adoção, em 2010, de regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios pela Convenção sobre Diversidade Biológica.

Na parceria estratégica Brasil-França, deu-se início à implementação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica e do Comitê Binacional do Protocolo para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico. No Foro das Nações Unidas sobre Florestas, adotou-se decisão sobre possível fundo global sobre florestas.

III Jornada Nacional do Jovem Rural

A III Jornada Nacional do Jovem Rural reuniu cerca de 800 pessoas, entre jovens e educadores rurais de todos os estados brasileiros, para debater o tema “Trabalho e sustentabilidade do campo”. O palco do encontro foi a sede do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), em Glória do Goitá (PE).



Foram muitos os caminhos que, na semana de 22 a 25 de setembro, levaram os participantes à III Jornada Nacional do Jovem Rural. Por céu, terra e mar, os participantes chegaram à Zona da Mata pernambucana com a quilometragem alta e muitas histórias – e “estreias” – para contar: o voo de avião, a primeira vez em outro estado, a viagem de barco, o encontro de tantos jovens rurais de uma só vez. Cansaço? Nenhum! Só a bagagem cheia. Repleta de expectativas e ansiedade de dividir sonhos, desventuras e experiências da vida no campo.

Os quatro dias foram suficientes para aprofundar o tema da jornada, fio condutor da programação. Painéis, minicursos, oficinas e grupos de trabalho movimentaram as dependências do Sertão, anfitrião do encontro e integrante da Rede de Fortalecimento Institucional do Jovem Rural (RFI-JR), promotora do evento.

Mas nem só de prosa foi feita a jornada. Teve verso também. E em versos, ritmos, peças e danças, a Jornada Cultural proporcionou uma “viagem” às origens culturais de todas as regiões, e mostrou a riqueza artística do meio rural.

Riqueza que não faltou na Feira Regional de Produtos da Agricultura Familiar. Os estandes fartos, coloridos e carregados de regionalismo mostraram a força do campo, e alguns sabores dos quatro cantos do país.

Orgulhosa por recepcionar o Brasil, a cidade de Glória do Goitá se enfeitou para o lançamento do livro “Vozes e visões do campo”, um registro em textos e fotos do II Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira. Orgulho que emergiu também dos olhos da juventude rural da Bacia do Goitá. Esta moçada recebeu com entusiasmo os participantes da jornada, que se deslocaram interior adentro para conhecer de perto as experiências locais.

Enfim, diante de tanta diversidade de sotaques, culturas e origens, em comum o desejo de promover o desenvolvimento rural sustentável através do protagonismo juvenil.

Protagonismo juvenil nos Minicursos e Oficinas

No dia 23, jovens e educadores espalharam-se pelo Campo da Sementeira para participar dos 22 minicursos e oficinas que integraram a programação da III Jornada. Engana-se, porém, quem imaginou um professor conduzindo as atividades. Na maioria das salas de aula, quem estava à frente eram os próprios jovens multiplicando suas experiências e conhecimentos.

Foram trabalhadas as seguintes temáticas: agricultura orgânica; agroturismo; arranjos produtivos; beneficiamento de frutas; crédito fundiário; fontes renováveis de energia; meliponicultura; mercados institucionais; mobilizações sociais; novas profissões do campo; permacultura e multifuncionalidade; proteção e isolamento de nascentes; e, entre outros, soberania alimentar. Dois minicursos foram dedicados aos educadores: Dimensão Política da Educação e Questão Social no Campo.



Intercâmbio

O jovem da Nicarágua, Roberto Martinez, integrante do Programa de Jovens Líderes da Agricultura nas Américas, do IICA, participou pela primeira vez de um encontro de jovens rurais. "Fiquei impressionado! A Jornada tocou o lado emocional. É mais forte do que racional", explica e ressalta que "não sabia como era possível reunir 800 jovens de todos os lugares do Brasil, nem sequer imaginava como podia ser".

Na observação de um estrangeiro, a dimensão do evento pode ser diferente, pois as demandas pelo trabalho rural, comparado com a do seu país não são as mesmas.

"Os jovens nicaraguenses são influenciados pelo capitalismo, precisam de apoio, educação e motivação para se manterem no campo. Assim como os brasileiros, eles compactuam da mesma ideia de que o jovem, para ser bem-sucedido, deve sair do campo e ir para a cidade ou outro país".

As atividades que mais impressionaram Roberto foram os movimentos culturais. "É uma experiência muito rica. A diversidade das danças é incrível. Os jovens de Santa Catarina, que nunca assistiram nenhum tipo de manifestação cultural lá do Amazonas, por exemplo, começaram a dançar e interagir como se fossem um só grupo", destaca Martinez.

Ele ainda ressalta que "o jovem é capaz de mudar o mundo. Quanto mais aproveitar as oportunidades, como essa da jornada, mais experiências terá. Creio que este encontro é uma porta muito importante para consolidar as discussões envolvendo a manutenção do jovem no campo brasileiro", finaliza.

Parceria

Luiz André Soares*

O IICA, organismo reconhecido por sua contribuição nos processos de desenvolvimento rural, tem sido um importante aliado na defesa da causa da juventude rural. Desde 2006, temos um projeto de cooperação técnica com o IICA para a formação de jovens em três territórios rurais da Região Sul do Brasil. Outro passo fundamental para a consolidação desta parceria, iniciada há três anos, foi a criação da Câmara de Juventude Rural em 2008. O Fórum DRS e a Rede de Fortalecimento Institucional do Jovem Rural, coordenada pelo Instituto Souza Cruz, criaram este espaço – virtual e presencial – de articulação institucional e intercâmbio de ideias, conhecimentos e experiências, focado nas organizações que executam programas de educação e desenvolvimento de jovens rurais.



Em um ano, a Câmara já promoveu encontros em diferentes cidades, reunindo interessados e novos adeptos da causa. Já participamos de vários eventos promovidos pelo IICA, inclusive um encontro de jovens lideranças rurais na Costa Rica, onde estiveram presentes representantes dos 34 países que compõem a região América Latina/Caribe. São ocasiões de muita riqueza conceitual e prática. Por isso, vejo no IICA um parceiro sério e comprometido com o atendimento prioritário à juventude rural.

*** Luiz André Soares é cientista social, formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e mestre em Administração pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ). Além de gerenciar o Instituto Souza Cruz, Luiz André também coordena a Rede de Fortalecimento Institucional do Jovem Rural, formada pelo Instituto e outras cinco organizações que investem em projetos de Educação do Campo.**

I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional

A I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, promovida pelo Ministério da Integração Nacional, em parceria com a RIB, nos dias 24 a 27 de março de 2009, no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador (BA), teve mais de 2.000 inscritos de todo o país. Mais de 60 prefeitos brasileiros participaram da Mostra, além dos governadores dos Estados do Amazonas, Tocantins e Ceará.

A realização da I Mostra de Desenvolvimento Regional teve como objetivo debater e aprimorar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, a exemplo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujos principais objetivos são reduzir as desigualdades e estimular o potencial das regiões brasileiras.

Além das palestras, debates e painéis técnicos, a Mostra abriu um espaço para a divulgação dos produtos apoiados pelos programas do Ministério da Integração Nacional (MI), de suas vinculadas e parceiros. O evento destinou espaços e momentos para a realização de rodadas de negócios e gerou oportunidades comerciais importantes para os produtores participantes. Essas rodadas reuniram mais de 50 produtores e potenciais compradores pré-selecionados, o que resultou em uma comercialização significativa. O público em geral teve acesso aos produtos regionais em 20 estandes.

Pacto

Durante a I Mostra, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os governadores do Nordeste assinaram o compromisso “Mais Nordeste pela Cidadania”, com o objetivo de acelerar a redução das desigualdades na região. O foco prioritário das ações será reduzir a mortalidade infantil, diminuir o analfabetismo, erradicar o sub-registro civil e fortalecer a agricultura familiar.

“Saio daqui realizado como homem, como brasileiro e como Presidente da República. Saio realizado porque uma feira como esta demonstra a arte do possível, o resultado da política correta, o que significa a oportunidade dada às pessoas”, afirmou o presidente Lula.

Metas 2010

As estratégias para execução do compromisso “Mais Nordeste pela Cidadania” foram apresentadas pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República aos governadores do Nordeste e da Amazônia Legal, resultando em uma agenda de trabalho conjunta entre governo federal, estadual e municipal. O compromisso com os governadores da Amazônia Legal deverá ser assinado no início de abril de 2010, em Manaus (AM). O compromisso firmado com os governadores do Nordeste envolve as seguintes metas, até o final de 2010:

Expandir em 3,9 milhões o número de jovens e adultos em processo de alfabetização: organizar turmas de alfabetização de jovens e adultos, executando três edições do Programa Brasil Alfabetizado em dois anos.


Reduzir a mortalidade infantil em 5% ao ano: promover ações integradas nos municípios com maior número de óbitos, qualificar profissionais de saúde e prestar atendimento no primeiro dia de vida do recém-nascido.

Erradicar o sub-registro civil: realizar campanhas e mutirões para fazer o registro, garantir condições para a emissão da Declaração de Nascido Vivo (DNV) nas maternidades com maior incidência de sub-registro civil.

Ampliar a prestação de serviços de assistência técnica para produtores rurais nos Territórios da Cidadania: ampliar o número de agricultores rurais atendidos, passando dos atuais 289 mil para 616 mil.







4. Resultados da implementação da Agenda Nacional de Cooperação Técnica no Brasil durante 2009

4.1 Contribuições do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural

A Representação do IICA no Brasil (RIB) assinou Ajuste Complementar que consolidou uma parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para a promoção da cooperação técnica Sul-Sul na modalidade triangular entre países da América Latina e Caribe. O documento permite a execução de projetos de cooperação técnica em vários países em desenvolvimento, a começar pelo Haiti, nas áreas de agricultura e segurança alimentar e nutricional.

Apoiou a promoção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa no Brasil de dimensões continentais.

Tornou-se membro observador do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O Consea é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição.

O IICA participou do Grupo de Trabalho Interfederativo sobre a Integração Fronteiriça (GTI Integração Fronteiriça), composto por representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, membros das associações municipais representativas dos municípios e organismos internacionais.

Cabe ao Grupo contribuir para a formulação de políticas públicas federativas a serem implementadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal, além de sugerir projetos e ações que visem ao aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e promovam o fortalecimento da federação e atuar como instância de articulação dos atores para o aperfeiçoamento da integração e do relacionamento dos entes federativos.

O GTI Integração Fronteiriça tem como objetivo a elaboração de propostas que visem o desenvolvimento e a articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no Mercosul, e a coordenação federativa dessas ações. O Ministério da Integração Nacional é responsável pela coordenação do grupo, por meio das Secretarias de Programas Regionais (SPR) e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO).

Em 2009, a RIB iniciou a execução de dois PCTs com empresas do setor elétrico. Um com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e outro com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte).

Com a Eletrobrás, o desafio é colaborar com iniciativas do Governo Federal no processo de democratização do acesso à energia elétrica inscritas no Programa Governamental Luz para Todos. O Projeto Acesso e uso da energia elétrica como fator de inclusão de comunidades no meio rural brasileiro enfatiza a criação de processos e metodologias para o desenvolvimento de capacidades para execução de atividades relacionadas com o uso produtivo de fontes renováveis de energia como vetor de desenvolvimento de comunidades rurais. Tem prazo de execução de 36 meses e envolverá recursos da ordem de R\$ 9,5 milhões. Embora tenha abrangência nacional, o PCT terá, na Região Norte do Brasil, sua área prioritária de concentração de esforços.

Com a Eletronorte, o Projeto Fortalecimento de Capacidade Institucional e da Gestão de Ações Voltadas às Populações Atingidas pelos Empreendimentos da Eletronorte retoma um trabalho já desenvolvido pelo IICA no Brasil com este público. O PCT, com recursos da ordem de R\$ 4,6 milhões e prazo de execução de 60 meses, dará apoio técnico à implantação de ações e à adoção de abordagens e estratégias de desenvolvimento sustentável local. A área de atuação do PCT se concentrará na Região Norte do Brasil, com ênfase inicial em municípios situados às margens do lago que alimenta a Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará.

Brasileiros são contemplados com o Prêmio Interamericano do Setor Rural

A Representação do IICA no Brasil (RIB) realizou, no dia 10 de dezembro de 2009, a entrega oficial do Prêmio Interamericano do Setor Rural, em Brasília.

Na cerimônia, o ex-ministro da Agricultura do Brasil, Roberto Rodrigues, recebeu das mãos do Representante do IICA no Brasil, Carlos Américo Basco, a Medalha Agrícola Interamericana, prêmio que reconhece as contribuições para o desenvolvimento da agricultura sustentável e o melhoramento da vida rural nos países das Américas e do mundo.

O sociólogo brasileiro Rodolfo Lobato, outro premiado, foi contemplado com o Prêmio para Jovens Profissionais, entregue àqueles que se destacam por suas contribuições profissionais e demonstram vontade de trabalhar, iniciativa e vocação pelo desenvolvimento da agricultura sustentável e o bem-estar das comunidades rurais.

Ao receber o prêmio, o ex-ministro disse que não esperava ganhar uma premiação tão importante e ainda destacou a importância do IICA no desenvolvimento da economia verde. "Aproveito para ressaltar que ao IICA compete a importância de destacar as ações relacionadas à economia verde em toda a América Latina. O Instituto tem um papel fundamental para propor várias ações de desenvolvimento".

Rodolfo Lobato agradeceu o prêmio destacando os profissionais do IICA que, segundo ele, confiaram no seu trabalho. No seu discurso, ressaltou que "o investimento em educação para o desenvolvimento da sociedade brasileira, especialmente na formação de jovens para o meio rural, se fortalece a cada ano".

Em relação ao desenvolvimento do jovem no campo, o sociólogo acredita "que não se devem acorrentar os jovens para fixá-los no campo, de correntes basta a escravidão. Devemos prepará-los para fazer escolhas. Essas alternativas não fazem sentido se não houver um ambiente propício e acolhedor para os desejos de uma juventude que sonha em trabalhar, namorar, dançar, ir ao cinema, etc.."

PERFIL DOS PREMIADOS

Roberto Rodrigues – é empresário rural em São Paulo e no Maranhão. É presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp. Foi ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (janeiro de 2003 a junho de 2006). Atuou como presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Foi secretário de Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo. Por 19 anos foi eleito líder empresarial agrícola, em pesquisa realizada pelo jornal *Gazeta Mercantil*. Foi secretário executivo da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, entidade informal que obteve grandes conquistas durante os trabalhos da Constituinte. Como agricultor, recebeu vários prêmios nas áreas ambiental, social, de conservação do solo e de produtividade, e também a Ordem do Mérito Agrícola, no grau de Cavaleiro, concedido pelo governo da França.



Rodolfo Lobato – é sociólogo do Instituto Souza Cruz, Oscip focada no empreendedorismo de jovens rurais, entendido como condição de desenvolvimento territorial. Responsável por desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projetos e representação institucional, desde 2006. Foi responsável pela Pesquisa de Iniciação Científica sobre a Comunidade de Janela das Andorinhas, Nova Friburgo (RJ), inserido no Projeto Multifuncionalidade da Agricultura. Fez um estudo sobre conflitos de terra. Realizou pesquisa experimental sobre as Relações de Trabalho na Agroindústria Açucareira de Campos/RJ.

II Reunião de Intercâmbio apresenta experiências dos PCTs do IICA no Brasil

Desde 2008, a Representação do IICA no Brasil implantou uma sistemática de promoção de reuniões técnicas anuais de intercâmbio de experiências realizadas no âmbito das atividades de cooperação técnica em desenvolvimento. A primeira Reunião de Intercâmbio aconteceu nos dias 2 e 3 de abril de 2008, e a segunda ocorreu nos dias 7 e 8 de abril de 2009, ambas em Brasília, DF.

Diretores, coordenadores e técnicos dos Projetos de Cooperação Técnica (PCTs), representantes de instituições parceiras e especialistas participaram dos encontros, com o objetivo de divulgar resultados, intercambiar informações e articular ações de cooperação horizontal, com foco na integração de políticas públicas.

A metodologia utilizada nas reuniões de intercâmbio consiste da apresentação de produtos das diferentes atividades de cooperação, indicados por livre escolha das entidades nacionais executoras. A cada sequência de duas ou três apresentações é aberto espaço para debates e esclarecimento de dúvidas. A reunião reserva ainda um espaço para publicações, vídeos, *softwares*, entre outros, que são resultados dos PCTs.

A programação cumprida nos dias 7 e 8 de abril de 2009, ao longo da II Reunião, abrangeu experiências realizadas em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Maranhão (Seagro/MA), o Banco do Nordeste (BNB), a Fundação Banco do Brasil, o Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia (Ingá-BA), o Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (Idema-RN) e o Instituto Souza Cruz.



4.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios

Os principais produtos do IICA visando cumprir o mandato institucional nesta área estratégica consistem na divulgação sistemática e sustentável de informações e documentos relevantes para a tomada de decisões tanto pelos organismos e instituições públicas, como pelas organizações privadas e pela sociedade civil.

No decorrer do ano de 2009, a RIB desenvolveu atividades com foco estratégico nos temas do Turismo Rural/Ecoturismo, Biocombustíveis, Microfinanças e Dados Estatísticos.

Turismo rural

A RIB mapeou o contexto do Turismo Rural no Brasil e apresentou, em uma publicação, os principais elementos que compõem o setor e algumas debilidades da cadeia; as principais iniciativas para seu desenvolvimento; potencialidades e as instituições atuantes no mercado; o papel do Ministério Turismo e a necessidade de uma política específica para o desenvolvimento do setor.

Uma proposta de cooperação em Turismo Rural/Ecoturismo foi discutida em diversos eventos técnicos buscando-se estabelecer parcerias, com destaque para: (a) a Feira de Turismo Rural (Feiratur) de São Paulo em que participaram representantes das Secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Turismo de oito estados (SP, BA, ES, RJ, MG, PR e RS); (b) o I Encontro Agropecuário de Formosa (GO); e (c) a I Feira Indígena de Economia Solidária (FIES) em Roraima, com a presença da Secretaria de Turismo daquele estado, de comunidades indígenas locais e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir. Neste último evento o IICA foi instado a colaborar na implantação de um “Núcleo de Produção Integrada Indígena” na área de ocupação indígena de São Marcos (RR).

A RIB também apresentou a memória do processo de desenvolvimento de uma iniciativa junto com a Prefeitura de Formosa no Estado de Goiás, no sentido de promover e participar de uma ação que visa o desenvolvimento rural sustentável, com foco no fortalecimento das cadeias produtivas. A iniciativa teve sua gênese em um programa de capacitação em Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, organizada no âmbito de uma parceria entre o IICA, o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Ilpes, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas (Ilpes/Cepal/ONU).

Lançou, no primeiro semestre de 2009, o *Boletim Biocombustíveis em Foco*. Veículo de informação da RIB de acesso gratuito, mensal, com notícias, estudos e iniciativas sobre o estado da arte dos biocombustíveis no Brasil e no mundo. O veículo busca a promoção e o intercâmbio de informações e experiências bem-sucedidas de diversas fontes e está dirigido aos atores da cadeia produtiva e à comunidade em geral.

Publicou 50 edições do *Agribusiness Alerts*; 12 edições do *Biocombustíveis em Foco*; 2 edições do *Informe Agronegócios* e 3 edições do *Caderno de Estatísticas*, que mostraram especial relevância para a área de Promoção do Comércio e Competitividade dos Agronegócios. Um novo boletim quinzenal, o *Turalert*, que trata do Turismo Rural/Ecoturismo no Brasil e na Região Sul do continente também foi lançado.

No campo das microfinanças e microsseguros para agricultores familiares, a RIB acompanhou e participou de debates de abrangência nacional e regional.

No campo da agroenergia, a RIB participou de conferências e seminários mantendo-se atenta às tendências de desenvolvimento do setor no Brasil e em países vizinhos.

Consolidou-se, durante 2009, o portal virtual Ceragro como um instrumento-chave da cooperação técnica regional. Discutiram-se, com os homólogos da RIB na Argentina, no Chile, no Paraguai e no Uruguai, as atualizações e a alimentação do banco de dados (IICA Data). Este portal facilita a articulação do IICA com instituições públicas, privadas e com a sociedade civil, em um ambiente virtual que permite aperfeiçoar e otimizar o acesso a diversas informações e conhecimento de experiências bem-sucedidas do agronegócio da Região Sul do continente.

Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local

O Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, em parceria com o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) da Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas (Cepal), com o IICA e com governos estaduais, realizou, em 2009, quatro Cursos Internacionais de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, nos Estados da Paraíba, Pará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

O curso capacitou aproximadamente 160 agentes públicos para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento regional e local, em termos econômicos, sociais e políticos, e transmitiu técnicas e métodos concretos de gestão, sem perder de vista o contexto da globalidade do processo de desenvolvimento nacional.

A metodologia do curso baseia-se na capacitação ativa para possibilitar o conhecimento e a habilidade de profissionais para manuseio e aplicação dos conceitos e ferramentas de planejamento. Ao longo do curso é realizado um exercício prático de planejamento estratégico aplicado aos territórios predefinidos para estabelecimento de diretrizes estratégicas de desenvolvimento.

O corpo docente foi integrado por especialistas com notória experiência na temática de desenvolvimento regional e local do Ministério da Integração Nacional, do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes/Cepal), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e convidados. Além de monitores para auxiliar nas atividades práticas do curso.

4.3 Fortalecimento dos sistemas de Sanidade Agropecuária e da Inocuidade dos Alimentos (SAIA)

A sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos é uma das áreas de maior importância para o governo, como base para manter os sempre positivos balanços comerciais do setor agropecuário dos últimos anos para o país. Os programas nacionais e estaduais nessa área contam com o apoio do IICA na elaboração e na implantação de programas estratégicos de cooperação para erradicação e controle das principais pragas em vegetais e doenças em animais, e para a inocuidade dos produtos agropecuários, assim como na modernização e contínua adaptação das estruturas existentes às novas demandas decorrentes do protagonismo e da importância do Brasil no mercado agroexportador mundial.



A participação do IICA inclui a realização de seminários e eventos sobre Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos, além de colaborar com a capacitação de técnicos do setor e a coordenação de oficinas de trabalho para o desenvolvimento de programas e planos de ação voltados para a vigilância agropecuária, a sanidade animal e vegetal e a fiscalização agropecuária nos municípios, estados e no Distrito Federal, com metodologias participativas.

A área de SAIA promoveu em conjunto com o Centro de Processamento de Alimentos da Universidade de Nebraska-Lincoln, por meio do Centro de Capacitação a Distância (Cecadi), o Curso Regional sobre Análise de Risco em Alimentos – químico e outro sobre Análise de Risco em Alimentos – microbiológico.

O objetivo dos cursos foi capacitar os técnicos das instituições relevantes no tema, sobre os princípios gerais de análise de riscos químicos e microbiológicos em alimentos. Participaram técnicos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Cada curso durou cinco dias, em semanas consecutivas, e foi realizado por videoconferência, com seções teóricas e práticas.

No Brasil, a RIB organizou a transmissão da videoconferência e contou com a participação de técnicos do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Ministério da Saúde e do Programa de Análise de Risco de Agrotóxicos da Anvisa.

O curso demonstrou a importância da análise de risco em alimentos nas instituições públicas que lidam com a inocuidade dos alimentos.

Outra das ações de cooperação técnica aos parceiros foi a participação técnica do IICA, por meio da área de SAIA, na V Reunião de Vigilância Sanitária de Alimentos, em Goiânia (GO), apresentando o tema "Globalização e segurança dos alimentos", a convite da Gerência-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O objetivo do evento foi reunir os diretores de todas as Representações da Vigilância Sanitária do Brasil nos estados, para discutir diretrizes e estratégias de trabalho, importante instrumento gerencial de planejamento e aperfeiçoamento de atividades.

O IICA, como organismo internacional, contribuiu para o debate da vigilância sanitária no contexto da globalização. A proposta de cooperação técnica está fundamentada na ferramenta de Desempenho, Visão e Estratégia (DVE) aplicada aos serviços de inocuidade dos alimentos com o objetivo de estabelecer uma visão compartilhada sobre o desempenho e facilitar a planificação estratégica a partir das prioridades identificadas.

Além disso, o IICA prestou cooperação técnica à Anvisa e à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no curso de aprofundamento em Avaliação de Risco Microbiológico em Alimentos, facilitando a participação, por meio de videoconferência, da Universidade de Nebraska Lincoln, que apresentou a palestra "Microbiologia preditiva e avaliação de risco", destacando a experiência em pesquisa e as análises de estudos de caso a respeito do tema na Universidade, bem como disponibilizando espaços virtuais de banco de dados para análises e coleta de dados.

A área de SAIA do IICA, com apoio do Centro de Capacitação a Distância (Cecadi), promoveu o fórum técnico virtual "Normas Privadas no Comércio Internacional de Alimentos Frescos".

O objetivo geral do debate foi conhecer e discutir sobre as normas privadas e como podem facilitar ou atrapalhar o comércio internacional afetando o pequeno e médio produtor.

Robert Gravani, professor de Ciência de Alimentos, da Universidade de Cornell, Estados Unidos; Daniel Satragni, gerente técnico da Câmara Argentina de Fruticultores Integrados; Carlos Céspedes, da Câmara de Exportadores de Costa Rica; e Ana Marisa Cordero, especialista em Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos do IICA-Sede, foram os expositores do encontro.

A Representação do IICA no Brasil (RIB) organizou a exibição do Fórum, por meio de videoconferência, coordenada pela Sede Central do Instituto, oportunidade em que reuniu, na RIB, representantes da União Brasileira de Avicultura (UBA); Universidade de Brasília (UnB); Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa) da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e Departamento de Negociações Sanitárias e Fitossanitárias (DNSF) da Secretaria de Relações Internacionais (SRI), ambas do MAPA.

A SAIA, em coordenação com outras áreas técnicas do IICA, e o ProciTrópicos deram cooperação técnica à Representação do IICA na Nicarágua no processo de construção de uma proposta com foco em treinamentos facilitados por especialistas brasileiros em diferentes áreas técnicas vinculadas à agricultura e aos agronegócios. O projeto está em processo de negociação com o governo brasileiro por meio de sua Agência de Cooperação (ABC). Esta cooperação com a Nicarágua fortalece ações horizontais e a troca de experiências entre os países.

Um técnico da área de SAIA participou da aplicação, na área de SAIA no Paraguai, do “Taller de Planificación Estratégica sobre Nuevos Rumbos del Senacsa”. Nessa atividade foi aplicado o instrumento Desempenho, Visão e Estratégia (DVE) para os Serviços Veterinários Oficiais e elaborada uma planificação participativa das ações futuras dessa instância.

O IICA vem cooperando tecnicamente com o grupo de trabalho responsável pela Estruturação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/Suasa), coordenado pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa) da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O objetivo do programa é padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção sanitária e tecnológica, a fim de garantir a inocuidade e a segurança alimentar. Os municípios e estados, para adesão ao sistema, devem comprovar a equivalência dos seus serviços de inspeção na avaliação da qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal, o que permitirá o comércio desses produtos em todo o território nacional.

A SAIA apresentou proposta de atualização e edição do *software* Rural – PRO 2005, gratuito, desenvolvido pela Emater-DF para administração de pequenas propriedades rurais e posterior divulgação e disponibilização aos países integrantes do Sistema Interamericano. Esta parceria está em desenvolvimento junto à Emater-DF.

Por meio do Projeto de Fortalecimento dos Laboratórios de Diagnóstico da *Influenza* Aviária, componente do Projeto de *Influenza* Aviária e outras enfermidades transfronteiriças, a RIB promoveu, em 2009, a capacitação de técnicos dos Serviços Veterinários Oficiais do CVP/CAS, com o objetivo de fortalecer os países do Mercosul ampliado (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) em *Influenza* Aviária.



Esta atividade demonstrou a importância da cooperação técnica horizontal participativa, consolidando a Vigilância da *Influenza* Aviária na região e a cooperação técnica com o Comitê Veterinário Permanente do Conselho Agropecuário Sul (CVP/CAS).

A RIB apoiou e coordenou a realização de três cursos planejados neste Projeto:

1. "Actualización Científico – Técnica en Diagnóstico Molecular Avanzado". Laboratório Lanagro – Campinas (SP) – Brasil, 21 a 25 de setembro de 2009.
2. Treinamento em Isolamento Viral em Embriões e Provas de Patogenicidade em Laboratório NB3. Laboratório Lanagro – Campinas (SP) – Brasil, 5 a 16 de outubro de 2009.
3. Capacitação em Produção de Aves e Ovos SPF para o diagnóstico de *Influenza* aviária e Doença de *Newcastle*. Embrapa – Concórdia (SC) – Brasil, de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2009.

Nesses cursos foram treinados 18 técnicos de diversos países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Ações de Cooperação Técnica Horizontal fortalecem os serviços oficiais em vigilância de influenza aviária

A RIB apoiou o Projeto *Influenza* aviária e outras doenças transfronteiriças, buscando fortalecer os serviços oficiais em vigilância aviária nos países da região do Comitê Veterinário Permanente (CVP) do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), ou seja, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai.

A ação de cooperação técnica horizontal materializou-se por meio da organização e coordenação de seminários, oficinas, cursos e reuniões, agrupando o conhecimento técnico tácito de países para que todos construíssem juntos o projeto e o acompanhamento de sua execução.

O Projeto é um exemplo destacado de cooperação horizontal mesmo porque a metodologia usada pode ser replicada em outras iniciativas.

4.4 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente

O IICA tem focado sua atuação nessa temática, no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial das entidades nacionais responsáveis pela formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos de gestão integrada de recursos naturais e desenvolvimento regional. Nesse sentido a atuação do IICA tem permitido aos governos federal e estaduais contar com instrumentos inovadores de planejamento e gestão estratégica, visando ao aproveitamento racional dos recursos hídricos, à minimização das desigualdades regionais e à preservação ambiental.

No âmbito do Projeto de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação, Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semi-árida do Brasil (BRA/IICA/07/001), foi realizado o Geoprocessamento e Cadastramento de Propriedades Rurais do Oeste Baiano, mobilizando consultores e especialistas da Universidade de Brasília.

A área, localizada no Cerrado na Bahia, a oeste do rio São Francisco, com 6,4 milhões de hectares, engloba sete municípios – Riachão das Neves, Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Jaborandi e Cocos. Esta região é importante produtora de soja, algodão, milho e café irrigado, e caracterizada por possuir médias e grandes propriedades rurais.

O Projeto desenvolveu ações de mapeamento do uso do solo, cadastramento de propriedades rurais e, a partir dos dados obtidos, orientação dos proprietários para adequar ambientalmente as suas propriedades rurais por meio da recuperação e conservação das áreas de preservação permanente (APPs), como beiras de rios, córregos e lagos, encostas e topos de morros, e das áreas de Reserva Legal (RL), conforme previsto em nosso Código Florestal.

Os 6,4 milhões de hectares, nos sete municípios, já tiveram seu uso do solo nesta primeira fase do Projeto, finalizada em julho de 2009. Nessa fase, também foi realizado o cadastramento parcial das propriedades rurais de três municípios – Barreiras, Riachão das Neves e Luis Eduardo Magalhães –, com área total de 1,4 milhões de hectares.

O Projeto prevê ainda a formulação de uma base de dados cartográfica digital, segundo normas vigentes, com estruturação de um banco de dados; diagnósticos com base no mapeamento do uso do solo e da cobertura vegetal nas áreas de intervenção dos processos erosivos, em sub-bacias hidrográficas; delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APP's) e áreas degradadas.

Essas iniciativas servirão de insumos para a implementação do Projeto de Recuperação Ambiental e de Controle de Processos Erosivos nas Sub-Bacias Hidrográficas dos rios Grande, Corrente e Margem Esquerda do Carinhanha.

Os Ministérios da Integração Nacional (MI) e do Meio Ambiente (MMA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade de Brasília (UnB), a The Nature Conservancy (TNC), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) são parceiros nesse Projeto.

MI, MMA e IICA preparam o I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação

Em dezembro de 2009, os Ministérios da Integração Nacional (MI) e do Meio Ambiente (MMA) organizaram, com o apoio e a execução do IICA, o I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação (I ENED), previsto para acontecer de 3 a 5 de março, em Juazeiro, Bahia, e em Petrolina, Pernambuco.

O I ENED tem como objetivo central transformar-se em um marco no enfrentamento da desertificação no Brasil com o firmamento do Pacto pelo Desenvolvimento do Semiárido.

Para que isso se torne realidade, foram realizadas reuniões regionais preparatórias no período de 4 a 11 de dezembro, em Recife, Pernambuco; em Natal, Rio Grande do Norte; e em Salvador, Bahia, com a participação de todos os estados que apresentam áreas suscetíveis à desertificação. Nessas reuniões, foram discutidos os procedimentos de elaboração dos Planos de Ações Estratégicas estaduais de combate à desertificação (PAEs).

A fase preparatória contará com a participação de especialistas e representantes dos governos federal e estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil.



4.5 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial

Um número cada vez maior de entidades incorpora concepções de territorialidade e de sustentabilidade nas suas ações de desenvolvimento rural. A concepção de territorialidade é entendida como um mecanismo de articulação e integração entre a sociedade civil, os movimentos sociais e o poder público na promoção do desenvolvimento. A concepção de sustentabilidade pressupõe a compreensão do desenvolvimento como um processo multidimensional que busca integrar as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e político-institucional.

A Representação do IICA no Brasil tem cooperado tecnicamente com o governo brasileiro na implementação da política nacional que apoia o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza rural desde uma perspectiva territorial.

Por meio do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS), a RIB promoveu quatro Jornadas Temáticas em 2009. Os temas abordados foram: *Sistema de Gestão Estratégica Territorial (SGE); Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira; Sistemas de Financiamento para Projetos Territoriais; e Novas Institucionalidades no Contexto das Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil.*

O Fórum DRS lançou a 9ª e a 10ª edição da Série Desenvolvimento Rural Sustentável: *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira e Gestão Social dos Territórios.* Promoveu, ainda, o Curso Internacional de Atualização Conceitual em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e o IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

O IICA, com a participação de sua Representação no Brasil, vem prestando apoio técnico à formulação da Ecaderts. Trata-se de um projeto do Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC), que é formado pelos ministros da Agricultura de Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.

Esta iniciativa do CAC foi reforçada por uma resolução da 23ª Reunião Presidencial dos Países do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), que acordaram “instruir o CAC a priorizar a formulação de uma Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial Sustentável, em coordenação com as instituições pertinentes do SICA”.

Para levar adiante esse processo, os ministros da Agricultura, membros do CAC, criaram um Grupo Intergovernamental de Trabalho (GIT), que, por meio de sua Secretaria Executiva formada pelo IICA, constituiu um grupo de especialistas para dar suporte técnico à iniciativa. Para inaugurar o trabalho, este grupo reuniu-se em Costa Rica, na sede do IICA, no período de 27 de abril a 1º de maio, com o objetivo de propor um marco conceitual e operacional para elaboração da Ecaderts.

IICA e Fórum DRS realizam eventos internacionais

O IICA, o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS) e o Governo do Estado de Sergipe, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT), do Ministério da Integração Nacional (MI), do Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia (MME/LpT) e do Banco do Brasil, realizaram, no período de 15 a 27 de novembro, dois eventos internacionais, em Aracaju, Sergipe: o Curso de Atualização Conceitual em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e o IV Fórum de Desenvolvimento Territorial “Pensando o Futuro das Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial”.



Curso de atualização

Cinquenta gestores públicos, técnicos e dirigentes de organizações da sociedade e representantes de colegiados territoriais participaram do curso, sendo 38 brasileiros, representando todas as regiões do país, e 12 estrangeiros, de Costa Rica, Panamá, Equador, Peru, Venezuela, Bolívia, Chile e Espanha.

O curso teve por objetivo a atualização de aspectos conceituais e operacionais relacionados à formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial. Recebeu o apoio acadêmico do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA), por meio dos professores e pesquisadores Philippe Bonnal, Nelson Delgado, Marcelo Miná, Sergio Leite e Fabio Búrigo. Contou ainda com a participação do secretário técnico do Proterritórios, Rafael Echeverí, e do diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA, Carlos Jara. A coordenação e a monitoria estiveram a cargo de Carlos Miranda e Breno Tibúrcio, do IICA, Ivanilson Guimarães, da SDT/IICA, e Valdemar Júnior, do OPPA.

Para Ana Paula Santos Costa, da Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, é muito importante a troca de experiências e de conhecimentos técnicos e de normas aplicadas em outros países e em outros estados brasileiros. “Aqui se pode observar outros modelos e ajustá-los às demandas do Nordeste, de forma a contribuir e dinamizar o desenvolvimento territorial. As deficiências existem, principalmente na elaboração de projetos e na aplicação de financiamentos, mas a participação no Curso abriu caminhos para se pensar em novos eixos, a partir de ideias expostas aqui por especialistas e colegas”.

“Nós, na Venezuela, estamos assumindo o enfoque territorial como proposta de desenvolvimento, o que nos torna atentos para desenvolver vários projetos nos territórios. Este evento é importante porque nos ajuda a compartilhar e conhecer experiências em desenvolvimento rural que vêm sendo adotadas tanto no Brasil quanto nos outros países andinos. Isso nos permite observar elementos positivos e negativos para elaboração de propostas e projetos”, ressaltou Rodolfo Fernandez, especialista DRS da Venezuela.

IV Fórum de Desenvolvimento Territorial

O IV Fórum foi estruturado em três partes, sendo uma palestra magna inicial, cinco painéis temáticos e uma mesa redonda final de conclusões. Contou com a presença de 400 participantes nacionais e de países estrangeiros da América Latina e Europa, a saber: Costa Rica, México, Panamá, Equador, Peru, Venezuela, Bolívia, Chile, Paraguai e Espanha.



Cada painel foi organizado com uma introdução, exposições sobre a temática do painel e debates entre representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e dos Colegiados Territoriais, sempre finalizando com uma seção plenária.

Para Johana Rodrigues, especialista em DRS de Costa Rica, "é muito importante participar de um evento como esse, pois a gente pode expressar as experiências dos países e aprender com o conhecimento dos outros para ter uma ideia do que fazer em nosso território. Também é importante ter acesso a conceitos atualizados, ampliando e conhecendo o que acontece com a abordagem territorial em todo o mundo. O mais importante é levar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais em meu país. Tudo que eu possa aproveitar aqui será aplicado, e isso é muito bom".

4.6 A introdução de tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e para a vida rural

Essa área se reveste de grande importância para o Brasil. A inovação tecnológica é responsável pelo crescimento do país em termos de competitividade, sobretudo em época de economia globalizada. O IICA no Brasil atua no sentido de impulsionar a modernização das estruturas institucionais públicas para a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento tecnológico.

Em 2009, a RIB apoiou o desenvolvimento do Projeto Corporativo de Segurança da Informação e Modelagem de Processos Tecnológicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Tecnologia da Informação (TI) representa um recurso estratégico para o MAPA, devido à necessidade de viabilizar soluções tecnológicas alinhadas ao negócio, possibilitando o acesso e uso das informações pelas Unidades Organizacionais e pela sociedade. O Ministério mantém uma infraestrutura de tecnologia que suporta processos críticos, essenciais às atividades de elaboração e cumprimento das políticas públicas do agronegócio.

Sistemática de Gestão Estratégica

Com o apoio do Projeto de Cooperação Técnica firmado com o IICA, a Secretaria de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social (Secis), do Ministério da Ciência e Tecnologia, implantou nova Sistemática de Gestão Estratégica para possibilitar alterações em procedimentos internos e implantar novas estruturas em favor do fortalecimento institucional e da melhoria de gestão daquela Secretaria.

Trata-se de uma inovação gerencial amparada na criação de Núcleos de Gestão Estratégica, Central de Documentação e Central de Atendimento ao Cidadão, apoiadas por novas funcionalidades no âmbito do sistema informatizado existente.

A plataforma de integração da gestão estratégica, cuja matriz destaca a integração dos processos e das estruturas, representa as interações da Secis com os agentes que influenciam direta ou indiretamente o alcance dos resultados institucionais da Secretaria.

Com isso será possível dar mais agilidade e buscar maior convergência das políticas públicas, por meio da integração dos agentes de C&T estaduais e municipais, em prol da sustentabilidade dos projetos e do controle social.



5. Resultados da cooperação interagencial



5.1 Ilpes/Cepal

Parceria firmada entre a RIB e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), entidade especializada em planejamento econômico regional vinculado à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), deu continuidade à realização, no Brasil, de Cursos Internacionais de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, sob os auspícios da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI).

Coube ao Ilpes a coordenação pedagógica dos cursos, que se propuseram a capacitar agentes públicos e privados para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento local e regional, com aspectos econômicos, sociais e políticos, transmitindo técnicas e métodos concretos de gestão, dentro do contexto da globalidade do processo de desenvolvimento nacional. A metodologia incluiu exercício prático de elaboração de planejamento estratégico aplicado a um território, onde serão empregados os conceitos ministrados durante o curso.

5.2 CIAO

O Programa Hemisférico de Agricultura Orgânica (PHAO) do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Comissão Interamericana de Agricultura Orgânica (CIAO) promoveram, de 28 a 30 de setembro, uma videoconferência sobre sistemas de garantia, com a participação de especialistas internacionais e a assistência virtual de 17 países do hemisfério.

A RIB sediou e coordenou a participação de especialistas brasileiros que colaboraram na análise dos principais sistemas de garantia existentes: a certificação de terceira parte; o modelo público e semipúblico; a certificação por meio de associação de produtores; e os sistemas participativos de garantia.

Com o apoio do Centro de Capacitação a Distância do IICA (Cecadi), os quatro especialistas puderam dialogar com produtores e profissionais interessados no tema, com participação da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

5.3 FAO/Consea

Durante a realização da Cúpula Mundial da Alimentação 2009, que aconteceu em Roma, Itália, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em parceria com o IICA e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), distribuiu aos participantes o documento intitulado “Construção do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira”.

Além de relatar a experiência brasileira, com os avanços e os desafios, o documento, que é editado em inglês e espanhol, elabora um contexto nacional e internacional e aponta os princípios defendidos tanto pelo órgão como pelo próprio governo brasileiro.

Os princípios são: universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada; participação social e transparência; soberania alimentar; garantia do direito humano à alimentação; produção camponesa e familiar; exigibilidade desses direitos; e solidariedade e cooperação entre países e atores sociais envolvidos.







6. Resultados da cooperação técnica horizontal



6.1 Embrapa capacita técnicos do Mercosul na produção de aves e ovos SPF

Técnicos de laboratório dos Serviços Oficiais do Chile, Paraguai e Argentina participaram de um treinamento na Produção de Aves e Ovos SPF (livres de patógenos específicos) para Diagnóstico de *Influenza*. O curso ocorreu na Embrapa Suínos e Aves (Concórdia/SC) como parte do projeto “*Influenza* aviária e outras enfermidades transfronteiriças”, do IICA, com recursos do Banco Mundial.

O objetivo do projeto é fortalecer e capacitar os laboratórios dos países do Mercosul Ampliado (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) para o diagnóstico de *influenza* aviária, na perspectiva de nivelar as informações e preparar os laboratórios para o diagnóstico. Os países têm trabalhado em rede em cooperação horizontal como forma de intensificar a troca de experiências. A partir desta capacitação ampliaram-se as oportunidades de efetivação de parcerias para transferência de tecnologia sobre o tema entre países do Mercosul.

6.2 IICA, EticAgro e Universidade de Bologna promovem videoconferências do Curso virtual sobre Ética e RSE no Agro

O IICA, o Instituto de Ética e Qualidade no Setor Agropecuário (EticAgro) e a Universidade de Bologna promoveram em novembro, o V Curso virtual sobre Ética e Responsabilidade Social nas Empresas (RSE) no Agro. A RIB propiciou o acesso público e gratuito às videoconferências.

6.3 IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial

Numa parceria entre RIB (Fórum DRS) e a Secretaria de Planejamento do Estado do Sergipe (SEPLAN) foi realizado, em novembro, o IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, cuja grade temática abordou os avanços teóricos e operacionais obtidos pelo IICA e seus parceiros nos estudos orientados à formulação de uma nova geração de políticas públicas de desenvolvimento com enfoque territorial.

6.4 Curso Internacional de Atualização Conceitual em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial

O curso deu continuidade aos eventos internacionais realizados anualmente pela RIB (Fórum DRS) e seus principais parceiros: Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Integração Nacional (MI) e das Minas e Energia (MME), Banco do Brasil, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap) e governos estaduais, neste caso, em especial, o do Estado de Sergipe.

6.5 Seminário Extensão Rural na Região Sul

O *Seminário Extensão Rural na Região Sul: diálogo de saberes* aconteceu em Buenos Aires, Argentina, com o objetivo de promover a aproximação entre atores públicos e privados sobre a situação e perspectiva da extensão rural na Região Sul.

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil participou do painel "A Extensão Rural na Região Sul: perspectiva e situação dos países".

6.6 V Curso Internacional Ética e Responsabilidade Social Empresarial no Agro

O IICA, o Instituto de Ética e Qualidade no Setor Agropecuário (EticAgro) e o Departamento de Economia da Universidade de Bologna promoveram, em outubro, o V Curso Internacional Ética e Responsabilidade Social Empresarial no Agro, destinado a produtores, empresários, gerentes, supervisores, profissionais e estudantes vinculados ao agronegócio.

O curso dedicou parte de sua carga horária à formulação e discussão de um projeto concreto de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

6.7 Cursos a distância sobre avaliação de riscos

O IICA e o Centro de Processamento de Alimentos da Universidade de Nebraska-Lincoln, por meio do Centro de Capacitação a Distância (Cecadi), realizaram Cursos Regionais sobre Avaliação de Riscos Químicos em Alimentos e outro sobre Avaliação de Riscos Microbiológicos em Alimentos, com a presença de técnicos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A RIB sediou dois eventos, no decorrer de julho.

6.8 RIB recebe técnicos do IICA da Colômbia

A RIB recebeu, em julho, a visita do Representante do IICA na Colômbia, Jorge Caro, do Coordenador de Operações, Jorge Suarez, e da Especialista em Programação e Gestão, Maryluz Zuluaga. Os visitantes buscaram observar a estrutura técnica, administrativa, a gerência estratégica de projetos e o clima organizacional da RIB, a partir do processo de reestruturação introduzido em 2004.

6.9 Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar em Valdivia

O IICA e a Universidade Austral do Chile realizaram, em maio, o *Fórum Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar no Cone Sul: avanços e desafios*, em Valdivia, para discutir estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e definir mecanismos para aumentar a eficiência e efetividade das políticas públicas no âmbito rural da Região Sul.

Naquela oportunidade, houve uma exposição das interfaces do Desenvolvimento Rural Sustentável com a Plataforma Tecnológica Regional de Agricultura Familiar do Programa de Cooperativismo para o Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário e Agroindustrial do Cone Sul (Procisur) e dos contextos e tendências que justificam novas estratégias de desenvolvimento rural.

6.10 II Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica (PCT) no Brasil

A RIB planejou e realizou a II Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica (PCT) no Brasil, em Brasília, com a participação de diretores, coordenadores e técnicos de PCTs, além de representantes de instituições parceiras e especialistas da Representação do IICA no Brasil.

6.11 IICA e Governo Federal firmam ajuste complementar para implementar parceria Brasil/Haiti

O IICA e o Governo Federal do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), celebraram acordo de cooperação para implementação de parceria triangular de cooperação Sul-Sul, envolvendo o Brasil e o Haiti, que abrange todas as áreas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, em especial: a competitividade de produtos agropecuários no âmbito de suas respectivas cadeias produtivas; o desenvolvimento do agronegócio; a abordagem territorial como estratégia de melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, e outros.







7. Novas oportunidades para a cooperação técnica



7.1 Escola Superior do Ministério Público da União

O IICA e a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) discutiram, em novembro, iniciativa de cooperação técnica para fundamentar a constituição de um fórum permanente de debate político focalizado em uma agenda de desenvolvimento para o Brasil. Trata-se de criar um ambiente propício para contextualização da missão e da atuação do Ministério Público no Estado e na sociedade brasileira.

7.2 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR) e o IICA assinaram acordo com vistas no desenvolvimento da cooperação técnica entre as duas instituições. Um dos objetivos é contribuir com o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que reúne ações do Governo Federal para garantir aos remanescentes de quilombos acesso à terra, à saúde, à educação, ao desenvolvimento local, à valorização da cultura e à moradia.

7.3 Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural

O IICA e o Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (Idestur) reuniram-se para discutir estratégias de fortalecimento e consolidação do Turismo Rural no Brasil. No encontro, que aconteceu em Brasília, homologou-se uma matriz lógica do que poderá se transformar em um futuro PCT sobre o tema Turismo Rural. O PCT deverá dar apoio técnico à elaboração e implementação de políticas setoriais que potencializem a atividade e disseminem a prática do Turismo Rural, com os seguintes focos: (a) articulação e gestão de conhecimento, (b) validação de metodologias para o fortalecimento das sinergias e articulações entre os segmentos que realizam e promovem o Turismo Rural e (c) promoção de programas de capacitação.

7.4 Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Maranhão

A RIB manteve entendimentos com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Maranhão (Sedagro) visando à elaboração de um PCT com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares do Maranhão, a partir da gestão sustentável dos recursos naturais por eles mobilizados na produção agropecuária e extrativa.

7.5 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

Cooperação técnica para atuar na elevação dos níveis de segurança do consumo de produtos de origem animal, com reflexos positivos na melhoria da saúde pública brasileira, com foco:

- a) na consolidação da estratégia nacional de atendimento da demanda descentralizada da inspeção de produtos de origem animal;
- b) na harmonização dos procedimentos técnicos adotados nos processos de inspeção de produtos de origem animal nas diversas instâncias descentralizadas;
- c) no estabelecimento de estratégias educativas para conscientização popular sobre o consumo adequado e sustentável de produtos de origem animal.

7.6 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Cooperação técnica para atuar no fortalecimento e aperfeiçoamento de políticas públicas de economia solidária no Brasil, articuladas a processos locais e territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário, com foco:

- a) na ampliação e consolidação de políticas públicas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável;
- b) na capacitação de gestores públicos, formadores, educadores e agentes de promoção da economia solidária, visando o desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário;
- c) no fortalecimento da gestão social das políticas públicas de promoção da economia solidária, com ênfase na consolidação dos espaços participativos e de controle social.

7.7 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário do Maranhão (Sedagro)

Cooperação técnica para ampliar a capacidade técnica, gerencial e organizacional de colaboradores e de atores sociais beneficiários dos programas, projetos e ações desenvolvidos pelo Sistema Sedagro, com foco:

- a) na capacitação técnica, gerencial e organizacional de colaboradores e atores sociais beneficiários dos programas, projetos e ações do Sistema Sedagro, em suas respectivas áreas de atuação;
- b) no aperfeiçoamento de estratégias de intervenção do Sistema Sedagro, em face da gestão e da operacionalização de seus planos, programas, projetos e ações.



7.8 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Cooperação técnica para promoção da soberania alimentar e ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais de comunidades afro-rurais nas Américas, com foco:

- a) na sistematização dos aspectos sociais, econômicos, alimentares, institucionais, tecnológicos e culturais em comunidades afro-rurais no Panamá, Colômbia, Equador e Brasil;
- b) na construção de redes de cooperação entre territórios de comunidades afro-rurais.







8. Principais atividades organizadas pela Representação do IICA no Brasil

Dezembro de 2009

Entrega do “Prêmio Interamericano do Setor Rural”

Data: 10 de dezembro

Local: Brasília-DF

Novembro de 2009

Grupo de Trabalho em Estatísticas Agropecuárias

Data: 10 a 12 de novembro

Local: Rio de Janeiro (sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)

IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Pensando o futuro das políticas públicas de desenvolvimento territorial

Data: 24 a 27 de novembro

Local: Aracaju-SE

Outubro de 2009

Videoconferência “Normas privadas no comércio internacional de alimentos frescos”

Data: dia 19 de outubro

Local: Brasília-DF

V Curso Internacional Ética e Responsabilidade Social Empresarial no Agro

Data: 10 de outubro a 19 de dezembro

Local: Brasília-DF

Videoconferência sobre “Redes de Desenvolvimento Rural e Gestão Territorial”

Data: dia 16 de outubro

Local: Brasília-DF

IV Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais

Data: 27 a 29 de outubro

Local: Brasília-DF

Setembro de 2009

Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais: Desafios para a ação pública

Data: 22 a 25 de setembro

Local: Campina Grande-PA

XX Jornada do Fórum DRS: Novas institucionalidades no contexto das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil

Data: 23 de setembro

Local: Campina Grande-PA

III Jornada Nacional do Jovem Rural

Data: 22 a 25 de setembro

Local: Glória do Goitá-PE

Seminário de Atualização de Técnicas de Diagnóstico da *Influenza* Aviária por Biologia Molecular

Data: 21 a 25 de setembro

Local: Campinas-SP

I Seminário de Ética e Responsabilidade Socioambiental no Setor Agropecuário e Empresarial

Data: 4 de setembro

Local: Brasília-DF

Agosto de 2009

XIX Jornada do Fórum DRS – Sistemas de Financiamento para Projetos Territoriais

Data: 26 de agosto

Local: Brasília-DF

XVIII Jornada do Fórum DRS – Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar: um estudo para inserção competitiva e sustentável no mercado da apicultura, ovinocaprinocultura e piscicultura

Data: 18 de agosto

Local: Brasília-DF

Julho de 2009

Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local

Data: 7 de julho a 21 de agosto

Local: João Pessoa-PB

Curso Regional sobre Avaliação de Riscos Químicos em Alimentos

Data: 13 a 24 de julho

Local: Brasília-DF

Curso Regional sobre Avaliação de Riscos Microbiológicos em Alimentos

Data: 13 a 24 de julho

Local: Brasília-DF

Junho de 2009

Exposição fotográfica “IICA 45 anos com o Brasil: por uma vida melhor no campo e na cidade”

Data: 2 de junho

Local: Brasília-DF

IV Jornada Temática da Câmara de Juventude Rural – Trabalho e Sustentabilidade no Campo

Data: dia 4 de junho

Local: Piúma-ES

Maio de 2009

Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável

Data: 19 e 20 de maio

Local: Brasília-DF

Parceria: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Integração Nacional (MI), Câmara dos Deputados.

XVII Jornada do Fórum DRS – Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira

Data: 12 de maio

Local: Brasília-DF

Abril de 2009

II Reunião de Intercâmbio de Projetos de Cooperação Técnica

Data: 7 e 8 de abril

Local: Brasília-DF

Março de 2009

Mesa Redonda “Estratégias de fortalecimento e consolidação do turismo rural no Brasil”

Data: 24 de março

Local: Brasília

XVI Jornada do Fórum DRS – Sistema de Gestão Estratégica Territorial (SGE)

Data: dia 25 de março

Local: Brasília-DF

Fevereiro de 2009

Debate sobre parcerias de promoção do turismo rural brasileiro

Data: 27 de fevereiro

Local: Brasília-DF

Reunião Interamericana de Turismo Rural

Data: 10 a 12 de fevereiro

Local: Itupeva-SP







9. Lista de publicações

PUBLICAÇÕES DA RIB

Revista Cooperação Técnica RIB

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Nº de edições em 2009: 01

Programa em Áudio “Vozes do Desenvolvimento”

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Nº de edições em 2009: 12

Boletim Eletrônico do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Nº de edições em 2009: 12

Alertas do Agronegócio

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Nº de edições em 2009: 50

Boletim Eletrônico Agroalimentar do Cone Sul

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Nº de edições em 2009: 12

Informe Agronegócios

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Nº de edições em 2009: 02

Boletim “Biocombustíveis em Foco”

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Nº de edições em 2009: 12

Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Situação e perspectivas da agricultura brasileira 2008: a experiência da cooperação técnica do IICA

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

A experiência do Município de Formosa na geração de capacidades para o desenvolvimento com enfoque nas cadeias produtivas – Ação de cooperação técnica IICA – Município de Formosa/GO

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Álbum fotográfico “IICA 45 anos com o Brasil: por uma vida melhor no campo e na cidade”

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Série Desenvolvimento Rural Sustentável – Agroenergia e desenvolvimento de comunidades rurais isoladas – Volume 7

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil/Fórum DRS

Série Desenvolvimento Rural Sustentável – Emprego e trabalho na agricultura brasileira – Volume 9

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil/Fórum DRS

PUBLICAÇÕES DA RIB COM PARCEIROS

Construção do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil/Consea/FAO

Caderno de Estatísticas do Agronegócio Brasileiro

Data: 2009

Autor: Representação do IICA no Brasil

Nº de edições em 2009: 3

Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais nº 2

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

As cidades cercam os campos: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Urbanização e ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente. Trabalhos apresentados no Terceiro Seminário Internacional

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato – Volume II

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Coexistência: o caso do milho – proposta de revisão da Resolução Normativa nº 4 da CTNBio

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD



1st National Conference on Sustainable and Solidary Rural Development

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

O mundo dos trabalhadores e seus arquivos

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Oleaginosas da Amazônia

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Impactos das nanotecnologias na cadeia de produção da soja brasileira

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – Volume 2

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – Volume 1

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Direito aplicado: vivências judiciais de conflitos coletivos agrários em Minas Gerais

Data: 2009

Projeto: IICA/NEAD

Histórias de lutas e vitórias de uma trabalhadora rural

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Crédito Fundiário

I Salão Nacional dos Territórios Rurais (Documento-Síntese)

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Estudos de Reordenamento Agrário nº 5 – Guia metodológico das avaliações dos programas da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRD/MDA

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Estudos de Reordenamento Agrário nº 6 – Avaliação de impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário – Perfil de entrada da Linha de Financiamento Consolidação da Agricultura Familiar

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Identidade e território no Brasil

Data: 2009

Projeto: IICA/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA)

Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local 2006 – 2007 –2008

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério da Integração Nacional (MI)

Anuário turístico do Mato Grosso do Sul

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério da Integração Nacional (MI)

Fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial do Dnocs

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério da Integração Nacional (Dnocs/MI)

Plano de ação para a Mesorregião do Bico do Papagaio

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério da Integração Nacional (MI)

Manual de editoração para mídia impressa, eletrônica e digital do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Manual de identidade visual do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Data: 2009

Projeto: IICA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)



Campo em transformação: ações do Incra-SP voltadas à promoção da cidadania da mulher assentada

Data: 2009

Projeto: IICA/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Desenvolvimento e comunidades negras rurais quilombolas no Maranhão: produzir para a cidadania

Data: 2009

Projeto: IICA/Governo do Estado do Maranhão (MA)

Boletim Regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – 8ª Edição

Data: 2009

Projeto: IICA/MI para Ações de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional

